



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO - *CAMPUS OLINDA*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT**

JANE D'ARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES BESERRA

**PERMANÊNCIA ESCOLAR DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o que revelam os documentos e os
sujeitos?**

Olinda

2023

JANE D'ARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES BESERRA

**PERMANÊNCIA ESCOLAR DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o que revelam os documentos e os
sujeitos?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo
Campus Olinda do Instituto Federal de Pernambuco,
como parte dos requisitos para a obtenção do título de
Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Nildo Alves Caú

Olinda

2023

B554p Beserra, Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves.
Permanência escolar de estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e os sujeitos?. / Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves Beserra. – Olinda, PE: A autora, 2024.

183 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Nildo Alves Caú.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

Inclui Referências, Apêndices e Anexos.

1. Educação – Aspectos Sociais. 2. Permanência Escolar. 3. Estudantes - desistência. 4. Educação – Cotas. 5. Ensino Médio Integrado. 6. Educação Profissional e Tecnológica. I. Caú, José Nildo Alves (Orientador). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.



INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de
dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JANE D'ARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES BESERRA

**PERMANÊNCIA ESCOLAR DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o que revelam os documentos e os
sujeitos?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 24 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Nildo Alves Caú
Instituto Federal de Pernambuco (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Bernardina Santos Araújo de Sousa
Instituto Federal de Pernambuco (Examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Kátia Silva Cunha
Universidade Federal de Pernambuco (Examinadora externa)



INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de
dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JANE D'ARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES BESERRA

**OBSERVATÓRIO DA PERMANÊNCIA ESCOLAR ENSINO MÉDIO INTEGRADO Á
EPT**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Nildo Alves Cau

Instituto Federal de Pernambuco (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Bernardina Santos Araújo de Sousa

Instituto Federal de Pernambuco (Examinadoa interna)

Prof^a. Dr^a. Kátia Silva Cunha

Universidade Federal de Pernambuco (Examinadora externa)

Dedico esta Dissertação a minha mãe, que sempre será a razão do meu existir. Mulher forte, batalhadora, que com 97 anos ainda era lúcida, presente e me amava incondicionalmente. As dores do luto por Anderson meu sobrinho, Quitéria minha mãe e Jorge meu cunhado fizeram da escrita do mestrado o meu refúgio e esperança e ressignificaram o meu olhar para a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que é a minha razão de existir e persistir em tudo na minha vida.

Agradeço aos meus pais, Quitéria e Amaury, pelo amor, dedicação e pelo apoio nos meus estudos e vida profissional.

Agradeço a meu esposo, Marcelo, meu filho, Matheus, e minha filha, Juliana, pela paciência, compreensão e carinho nessa fase do mestrado. Vocês são a minha força motora para continuar vivendo.

Agradeço aos meus irmãos, Elivano, Graça, Geane, Amaury e Cida, e a toda família que me acolhe, me ajuda e me ama.

Agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho, Daiana, Karla, Claudiane, Jackeline, Dulcinéia, por terem me motivado a cursar o mestrado e por torcerem sempre por mim. Também agradeço aos demais colegas de trabalho, pela compreensão da minha parcial ausência nesse período de estudos.

Agradeço aos professores e colegas do mestrado ProfEPT, que contribuíram e compartilharam conhecimentos, sentimentos e emoções do período pandêmico. Posso dizer que somos vencedores, pois superamos as adversidades e resistimos até conseguir concluir o mestrado com êxito

Agradeço aos meus orientadores, prof. Dr. Assis e prof. Dr. Nildo, pela confiança em mim depositada e pelos direcionamentos essenciais para o andamento e conclusão da pesquisa.

Agradeço aos estudantes, professores e servidores do IFPE, que aceitaram participar da pesquisa e contribuíram para o alcance dos objetivos propostos.

Enfim, agradeço a todos que me apoiaram, torceram e rezaram por mim. Finalmente, consegui chegar, não no tempo que pensei, mas no tempo que Deus a mim permitiu.

Obrigada!

É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1992, p. 110-111).

RESUMO

Essa pesquisa analisa os fatores que favorecem a permanência dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE). O tema da permanência é importante para o desenvolvimento de pesquisas e formulação de políticas e programas educacionais. Com a implementação da Lei nº12.711/2012 e a Lei nº 13.409/2016, chamada de Lei de Cotas, ampliou-se o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio dos estudantes oriundos das escolas públicas, pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência. O problema de pesquisa assinala para a seguinte questão: Quais os fatores externo e interno que contribuem para a permanência escolar dos estudantes cotistas nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado do IFPE? Optou-se pela abordagem qualitativa de cunho descritiva e explicativa; como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A bibliográfica, abordou-se a produção acadêmica do Núcleo de Acesso e Permanência na Educação, utilizou-se do Estado da Arte para mapear a produção acadêmica sobre a Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Na análise documental realizou-se a pesquisa a partir das legislações educacionais em nível nacional e institucional, dando ênfase às normativas que regulamentam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e estabelece a permanência dos jovens estudantes como um direito. Consultou-se os documentos que norteiam os programas, projetos de ensino, pesquisa, extensão do IFPE. Utilizou-se de questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados com os estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas. Concluiu-se que os jovens estudantes relacionam a sua permanência ao esforço pessoal, a interação com os colegas, professores e servidores, aos programas e recursos da Assistência Estudantil, ao apoio da família. Reconhecem a importância dos programas de ensino, pesquisa e extensão, embora poucos tiveram oportunidade de participar efetivamente das atividades, já que esses estudantes iniciaram os cursos na pandemia. Como resultado da pesquisa, foi elaborado o Produto Educacional “Projeto e Protótipo do Site Observatório da Permanência no Ensino Médio Integrado”, sendo avaliado e aprovado pelos servidores, estudantes, pesquisadores e pela comunidade externa.

Palavras-chave: permanência escolar; estudantes cotistas; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This research analyzes the factors that favor the retention of quota students in High School Integrated with Professional and Technological Education (EPT) at the Federal Institute of Education of Pernambuco (IFPE). The theme of permanence is important for the development of research and the formulation of educational policies and programs. With the implementation of Law No. 12,711/2012 and Law No. 13,409/2016, called the Quota Law, admission to federal universities and federal secondary-level technical education institutions for black students from public schools was expanded, for brown and indigenous people and people with disabilities. The research problem raises the following question: What are the external and internal factors that contribute to the academic retention of quota students in IFPE's Integrated High School Technical Courses? We opted for a qualitative, descriptive and explanatory approach; as a data collection instrument, bibliographical research, documentary research and field research were used. The bibliographical approach addressed the academic production of the Center for Access and Permanence in Education, using the State of the Art to map the academic production on School Permanence in Secondary Education Integrated with Professional Education. In the documentary analysis, research was carried out based on educational legislation at national and institutional level, placing emphasis on the regulations that regulate Secondary Education Integrated with Professional Education and establish the permanence of young students as a right. The documents that guide the programs, teaching projects, research and extension of IFPE were consulted. Questionnaires with open and closed questions were used, applied to students who entered through the quota system. It was concluded that young students relate their stay to personal effort, interaction with colleagues, teachers and staff, Student Assistance programs and resources, and family support. They recognize the importance of teaching, research and extension programs, although few had the opportunity to effectively participate in the activities, as these students started courses during the pandemic. As a result of the research, the Educational Product "Project and Prototype of the Observatory of Permanence in Integrated High School Site" was created, being evaluated and approved by staff, students, researchers and the external community.

Keywords: school retention; quota students; Integrated High School; Professional and Technological Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Exemplo sistema de cota IFPE.....	32
Figura 2 - Universo da pesquisa.....	52

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas no Ensino Médio Integrado IFPE: PNP 2017 a 2022	30
Gráfico 2 - Matrículas estudantes EMI-IFPE por raça/cor.....	34
Gráfico 3 - Matrícula dos estudantes do EMI cor/raça – <i>campus</i> Belo Jardim	35
Gráfico 4 - Raça/cor estudante cotista EMI-IFPE - <i>campus</i> Caruaru	35
Gráfico 5 - Teses e dissertações: permanência no Ensino Médio Integrado	54
Gráfico 6 - Distribuição geográfica da produção acadêmica: permanência escolar no EMI na EPT	54
Gráfico 7 - Produção acadêmica por instituições: permanência escolar no EMI na EPT	55
Gráfico 8 - Produção acadêmica programa de pós-graduação: publicações no EMI na EPT..	56
Gráfico 9 - Estudantes que ingressaram pela Lei de Cotas: tipo de vagas	55
Gráfico 10- Curso dos estudantes cotistas EMI IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim e <i>Campus</i> Caruaru10	86
Gráfico 11- Sexo dos estudantes cotista do EMI	90
Gráfico 12- Idade dos estudantes cotistas EMI do IFPE.....	90
Gráfico 13- Fatores que influenciaram na decisão de estudar no IFPE	91
Gráfico 14- Fator que mais influenciou na escolha do curso IFPE <i>Campus</i> Caruaru e <i>Campus</i> Belo Jardim.....	92
Gráfico 15- Com quem moram os estudantes cotista do Ensino Médio Integrado?	93
Gráfico 16- Estudantes do Ensino Médio Integrado que exercem atividades remuneradas	93
Gráfico 17- Estudantes do Ensino Médio Integrado: renda familiar inicial e renda atual	94
Gráfico 18- Grupo familiar dos estudantes do Ensino Médio Integrado.....	95
Gráfico 19- Nível de escolaridade dos pais dos estudantes cotista EMI IFPE.....	95
Gráfico 20- Autodeclaração estudantes cotistas do EMI do IFPE	97
Gráfico 21- Participação dos estudantes cotistas do EMI no processo seletivo por heteroidentificação.....	97
Gráfico 22- Idade dos estudantes cotista do EMI que se autodeclararam como pretos	98
Gráfico 23- Existência de estudantes com deficiência na turma.....	99
Gráfico 24- Existe atendimento especializado no IFPE?	99

Gráfico 25- Conhecimento da política de assistência	100
Gráfico 26- Estudantes do EMI: recebem ou receberam auxílio da assistência estudantil do IFPE.....	101
Gráfico 27- Motivos para não ter recebido o auxílio estudantil.....	101
Gráfico 28- Importância do auxílio para permanência nos cursos	102
Gráfico 29- Tipo de recursos recebidos pela assistência estudantil	104
Gráfico 30- Grau de importância da assistência estudantil para a permanência	104
Gráfico 31- Resultado acadêmico dos estudantes do Ensino Médio Integrado	105
Gráfico 32- Fatores que contribuem para os bons resultados acadêmicos dos estudantes	106
Gráfico 33- Fatores individuais que contribuem para o bom desempenho acadêmico	106
Gráfico 34- Relações interpessoais no ambiente do IFPE	108
Gráfico 35- Grau de relevância dos aspectos institucionais para a permanência.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico da Educação Profissional no Brasil.....	22
Quadro 2 - Grupos que constituem o IFPE	29
Quadro 3 - Fontes documentais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.....	37
Quadro 4 - Produção acadêmica do NUCLEAPE	49
Quadro 5 - Categoria da produção acadêmica BTDT e Catálogo e Tese	57
Quadro 6 - Cursos ofertados pelo <i>campus</i> Belo Jardim.....	76
Quadro 7 - Perfil dos estudantes cotistas do <i>campus</i> Belo Jardim.....	87
Quadro 8 - Perfil dos estudantes cotistas do <i>campus</i> Caruaru.....	88
Quadro 9 - Grau de satisfação com o contexto educacional do IFPE	107

LISTA DE SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Conselho da Educação Básica
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
Consup	Conselho Superior
DAE	Diretoria de Assistência Estudantil
DAE/MEC	Departamento de Assistência ao Educando do MEC
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Inepe	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
Napne	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NUCLEAPE	Núcleo de Acesso e Permanência na Educação
PAEVS	Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibic-IT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico
Pibic Jr	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
Pibic-IT Jr	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PRAEI	Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
Proex	Pró-reitoria de Extensão do IFPE
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SciELO	Scientific Electronic Library Online
Setec/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA	22
2.1	HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	22
2.2	PANORAMA DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	27
2.3	O INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO: a elementos para o debate	29
2.3.1	Matricula e permanência escolar dos estudantes no Ensino Médio Integrado do IFPE após a lei de cotas	30
2.4	POLÍTICA PARA PERMANÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: o que revelam os documentos nacionais da educação e institucionais do IFPE.....	36
3	O FENÔMENO PERMANÊNCIA ESCOLAR: o que revelam os estudos acadêmicos	48
3.1	NÚCLEO DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO (NUCLEAPE) MUDANÇA DE PARADGMA DA EVASÃO PARA A PERMANÊNCIA	48
3.2	ESTADO DA ARTE PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	51
3.2.1	Apresentação das produções acadêmicas do estado da arte da permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	53
4	ENSINO MÉDIO INTEGRADO: desafios e perspectivas	64
4.1	ENSINO MÉDIO INTEGRADO: resistência para consolidação e permanência	64
4.2	CONTEXTUALIZANDO A COMPLEXIBILIDADE DA EXCLUSÃO/ INCLUSÃO.....	67
4.3	POLÍTICA AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO	71
5	METODOLOGIA	74
5.1	TIPO DE PESQUISA.....	74
5.2	AMBIENTE DA PESQUISA: pesquisa de campo	75
5.2.1	Caracterização do campo de pesquisa	75
5.3	AMOSTRA DA PESQUISA.....	78
5.3.1	Critério da escolha do sujeito da pesquisa	78
5.4	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	79
5.5	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	82
5.6	PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	83
5.6.1	O questionário como recurso exploratório: permanência escolar em foco	83
5.6.1.1	Bloco 1: identificação dos estudantes, forma de acesso e escolha do EMI e do	

curso	84
5.6.1.2 Bloco 2: fatores socioeconômicos para permanência.....	92
5.6.1.3 Bloco 3: inclusão as ações afirmativas para permanência.....	96
5.6.1.4 Bloco 4: perfil acadêmico e permanência escolar	105
5.6.1.5 Bloco 5: o que revelam os estudantes sobre a permanência escolar.....	107
6 PRODUTO EDUCACIONAL.....	111
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A - PROJETO DO PROTÓTIPO OBSERVATÓRIO DA PERMANÊNCIA ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	123
APÊNDICE B – FOCO NA PERMANÊNCIA ESCOLAR DO(A) ESTUDANTE.....	148
APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO SITE EDUCACIONAL.....	168
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)	171
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	173
APÊNDICE F – TERMOS DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA	175
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	180

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar como os estudantes cotistas se inserem na problemática da permanência escolar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tomando como referência o Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE).

A criação e a expansão dos Institutos Federais de Ensino (IFs) alcançaram efeitos positivos, ao diminuir a desigualdade social, no quesito acesso à educação, visto que as classes sociais menos favorecidas tiveram a oportunidade de realizar matrículas nos cursos técnicos, ensino médio e cursos superiores. Os processos seletivos para ingresso aos cursos da rede federal de educação, ciência e tecnologia seguem a Lei nº12.711/2012 e a Lei nº 13.409/2016, que estabelecem no mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas das instituições federais de ensino para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou o ensino médio, conforme nível do curso, em escolas públicas, sendo esse percentual sobreposto por estratos associados à renda mínima familiar e por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

A democratização do acesso na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi ampliada com a política de acesso por cotas, porém o desafio institucional é implementar e acompanhar a política de permanência que possibilite aos estudantes que ingressaram na instituição pelo sistema de cotas a conclusão dos cursos no tempo previsto e com uma formação de qualidade.

A temática central desta pesquisa é a permanência escolar dos estudantes que ingressaram pelos sistemas de cotas no Ensino Médio Integrado, já que a democratização do ensino vai além do acesso. De acordo com Zago (2006, p. 228):

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

A política de acesso por cotas possibilitou o acesso à educação, onde ao adentrarem na instituição, os estudantes cotistas precisam de todo o suporte para o período de adaptação e trajetória acadêmica, sendo é necessária política de permanência que atendam às necessidades dos estudantes e possibilitem a sua formação integral.

A permanência como fenômeno a ser pesquisado se mostra relevante do ponto de vista acadêmico, científico e social, ao desvelar o que acontece no interior da instituição, onde o processo de aprendizagem acontece e contribui para a formação integral do estudante.

Compreender os fatores internos e externos que favorecem a permanência dos estudantes até a conclusão do curso é fundamental para implantar e ampliar políticas para permanência em todos os níveis educacionais, em especial no ensino médio, por meio do qual o jovem faz a escolha da profissão e pode dar continuidade a sua formação acadêmica.

As políticas para permanência são importantes para construir coletivamente as ações político-pedagógicas de intervenção para todos os níveis de educação, destacando-se que o foco principal é garantir a qualidade do ensino e que, para isso, se faz necessário investimento em infraestrutura, em recursos humanos e materiais, como afirma Frigotto (2018, p. 144):

A qualidade da educação dá-se, por outra parte, dentro de condições materiais objetivas que envolvem infraestrutura física com espaços educativos, laboratórios, material pedagógico; corpo docente, trabalhadores técnico-administrativos, serviços e pessoal de apoio que atuem numa única escola e com plano de carreira regulamentado. No caso do corpo docente, é crucial o nível e a qualidade de sua formação, distribuição do seu tempo entre atividades em sala de aula e tempo de estudo, organização de materiais, orientação de projetos e monografias de final de curso, participação em reuniões, tempo para atualização.

A qualidade da educação depende de diversos fatores que envolvem infraestrutura, recursos materiais e humanos, além de formação em serviço dos docentes e servidores que atuam na Educação Profissional e deve compreender a missão e visão dos Institutos Federais (IFs).

Os Institutos Federais (IFs) constituem um novo paradigma na educação brasileira, têm uma proposta pedagógica inovadora, com características que as diferenciam das demais escolas devido à verticalização formativa que percorre desde a formação técnica de nível médio a cursos de doutorado em diversas áreas. Um dos maiores desafios para ser enfrentado é ter assegurados os recursos para garantir uma base material necessária para a efetivação do processo de aprendizagem e educação de qualidade.

[...] nenhum processo educativo formal se faz com qualidade sem uma robusta base material que se expressa: a) pela formação e pelo número adequado de docentes, pessoal técnico e de apoio e com tempo adequado em sala de aula, estudo, pesquisa e orientação dos alunos; b) pela estabilidade e continuidade na instituição deste corpo docente e técnico; c) pela existência de laboratórios para todas as áreas e materiais disponíveis e biblioteca adequada e atualizada não apenas no que é específico, mas naquilo que é fundamental a todas as ciências e artes; e d) espaços para esportes, lazer e atividades culturais, sem o que os jovens sentem-se [sic] aprisionados (Frigotto, 2018, p. 144).

Para que o processo educativo aconteça e os jovens não se sintam aprisionados, se faz necessário que a escola seja um espaço de aprendizagem, convivência e formação integral. Para isso, é necessário que os docentes e administrativos tenham oportunidades de formação em serviço e condições materiais e financeiras para exercerem as atividades, que a instituição de

ensino tenha uma robusta base material que atenda à especificidade de cada curso, e viabilize a vivência da prática educativa, com materiais adequados e laboratórios, bibliotecas e toda a infraestrutura para viabilizar o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) destaca, em seu Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento de Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2022, que a Rede Federal apresenta a melhor evolução no período analisado, com acréscimo de 36,9% nas matrículas. O crescimento da Rede Federal se caracteriza pelo massivo acréscimo nas matrículas em cursos técnicos integrados (80,5%).

A meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que as matrículas da educação profissional técnica de nível médio devem ser triplicadas entre 2014 e 2024, assegurando qualidade da oferta, e que pelo menos 50% da expansão aconteça no setor público. A meta 11 foi atingida parcialmente pelos IFs, já que dos 38 Institutos Federais de Educação 28 atingiram os 50% da matrícula.

Ao se pensar o acesso ao ensino médio integrado, ele foi ampliado para a população pobre, preta, parda, indígena e com deficiência, por meio da lei de cotas, tendo em vista a limitação do acesso que esse público tinha a estas instituições antes dessa aprovação. Pensando nesses estudantes que já adentraram na instituição e precisam enfrentar as dificuldades de adaptação, aquisição de material escolar, superar dificuldades no aprendizado das disciplinas e na adaptação às novas rotinas acadêmicas, entre outros desafios, faz-se necessária a implementação de pesquisas sobre a permanência, para verificar quais as ações que os IFs estão desenvolvendo para o atendimento à complexidade de situações que envolvem esses estudantes.

Os Institutos Federais devem fortalecer o monitoramento das Políticas de Permanência para verificar como as metas destinadas aos programas e projetos de permanência estão sendo vivenciadas no Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico, para atender à especificidade dos estudantes no percurso acadêmico.

Frente aos desafios enfrentados, situamos que o mundo viveu uma crise sanitária (pandemia da COVID-19) que trouxe inúmeros desafios e dilemas para a sociedade, e com os sistemas educacionais não foi diferente. Mediante a necessidade de isolamento social, como medida de diminuição do contágio, o Ministério da Educação publicou, em 17 de março de 2020, a Portaria 343, com o intuito de flexibilizar e estimular o ensino remoto (improvisado), como forma de diminuir os impactos na vida escolar de crianças, jovens e adultos em todo o território nacional.

As medidas sanitárias de isolamento social fizeram muitas instituições restringirem suas atividades presenciais. A pandemia afetou, além da qualidade de vida e vários outros

setores da sociedade, o direito à educação. Os estudantes e professores tiveram que enfrentar e se adaptar a uma nova forma de aprender e ensinar, com o fechamento de escolas. Os efeitos foram perversos sobre toda a comunidade escolar, dentro dos quais se destacam: aumento da desigualdade educacional, excesso de trabalho e jornadas exaustivas em *home office* para os servidores, e professores, falta de mediação tecnológica e pedagógica, dificuldades de acesso por parte dos estudantes, falta de recursos tecnológicos dos estudantes em vulnerabilidade, consequências para a interrupção de projetos de ensino, pesquisa e extensão em curso e a restrição do convívio comunitário e social.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), praticamente todas as escolas (99,3%) declararam a suspensão das atividades presenciais de ensino, e a média nacional de suspensão das aulas presenciais foi de 279 dias. Considerando somente a rede pública, a média foi de 287 dias, enquanto a média da rede privada foi de 248 dias (Brasil, 2022).

A pandemia escancarou a desigualdade social existente no país. Conforme Santos (2020, p. 22): “A quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento injusto que eles provocam”. As condições de exclusão dos estudantes cotistas se agravaram pela imposição do isolamento social. A COVID-19 evidenciou a cruel pedagogia do vírus que impõe o drama social pelas opções de “morrer de vírus ou morrer de fome”, como salienta Santos (2020, p. 17).

Diante das informações elencadas sobre a crise pandêmica, são necessárias ações de acolhimento a todos que fazem parte da comunidade acadêmica, já que a vida foi ameaçada e o desafio mundial é preservar a vida com um sistema de saúde eficiente e investir na educação, ciência e tecnologia para reconstruir o mundo e o bem-estar coletivo.

Partindo do contexto elencado, a pesquisa tem como público-alvo os estudantes que ingressaram no Ensino Médio Integrado por meio da lei de cotas e que estão com matrícula ativa em 2023. Esses estudantes ultrapassaram a crise pandêmica, vivenciaram o isolamento social e retornaram ao ensino presencial, com uma sobrecarga emocional, insegurança do retorno presencial e tendo que se adaptar a um “novo normal”, cujas cicatrizes permanecem, mas é necessário reaprender a viver com os problemas e sequelas deixada pela COVID 19.

Diante dos desafios enfrentados pelos estudantes, em especial os cotistas, se faz necessário fortalecer as ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão para permanência e êxito nos cursos. A indagação para responder o problema da pesquisa é a seguinte: quais os fatores externo e interno que contribuem para a permanência escolar dos estudantes cotistas nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado do IFPE?

Como referência teórico analítico-conceitual, a pesquisa apropriou-se de Tinto (2012; 2014), que é uma referência para os estudos internacionais e nacionais sobre Permanência, de Carmo (2014; 2016, 2020), da produção de livros, dissertações e Teses do Núcleo de Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE), que traduziu as produções de Tinto e vem produzindo um acervo nacional com as produções de livros, teses, dissertações.

Os autores Núcleo de Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE) destacam que escrever sobre a permanência na educação pode ser considerado uma gênese de construção coletiva, mesmo que ainda em formação dispersa, pelo fato de a tomarem como experiências instituintes sob o princípio de o direito à qualidade da educação no Brasil estabelecer a permanência escolar como tema, pois não consideram apenas os motivos da retenção e evasão, mas têm como marco inicial a indagação: o que faz os estudantes permanecerem e concluírem os cursos?

Na pesquisa, estabeleceu-se como recorte temporal o período compreendido entre 2017 e 2022. O marco temporal justifica-se pela possibilidade de consolidação dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que a partir de 2017 destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação. Diante desse contexto e delimitação apontamos a seguir os objetivos (geral e específicos):

Objetivo foi geral analisar os fatores que favorecem a permanência dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE). Como desdobramento do objetivo geral, foram definidos os objetivos específicos, conforme apresentados a seguir:

- Identificar como as questões referentes à permanência escolar estão relacionadas na literatura acadêmica, na legislação brasileira e nos documentos Institucionais do IFPE;
- Caracterizar os fatores internos e externos que contribuem para permanência e êxito no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFPE *campus* Caruaru e *campus* Belo Jardim;
- Analisar as dimensões da permanência escolar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Pernambuco, a partir dos documentos institucionais e experiências dos estudantes cotistas;
- Elaborar o projeto do Protótipo da plataforma institucional, considerando o resultado da pesquisa com os estudantes cotistas da permanência escolar como experiência instituinte.

A estrutura desta dissertação está disposta da seguinte forma: o primeiro capítulo contextualiza o objeto da pesquisa, inicia apresentando um breve histórico da educação Profissional no Brasil e a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), a expansão da Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Destaca os dados da Plataforma Nilo Peçanha que representa um avanço para o aperfeiçoamento e acompanhamento das estatísticas e indicadores dos cursos e da Rede Profissional de Educação e apresenta o panorama de matrícula do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE).

O segundo capítulo apresenta a produção acadêmica do Núcleo de Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE) e o Estado da Arte da produção acadêmica sobre a Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. O terceiro capítulo aborda o referencial teórico do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Inclusão e Exclusão, Sistemas de Cotas no Ensino Médio Integrado.

Após às discussões teóricas, apresenta-se as metodologias que embasam este trabalho, seguidas dos resultados e suas análises. Por fim, serão apresentados o produto educacional resultante deste trabalho: Protótipo do Site Permanência no Ensino Médio Integrado.

2 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA

Para contextualizar o objeto de pesquisa, que é a permanência escolar dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, fez-se um resgate histórico da Educação Profissional na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). Para tal, aborda-se o marco normativo que permeia a discussão da agenda da política educacional e agora proporciona visibilidade e assegura o direito à permanência na educação.

2.1 HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) acompanha o homem desde os tempos mais remotos, por meio da formação do trabalhador que teve seu início no período da colonização do País, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os indígenas e os escravos, considerados as classes mais baixas da sociedade. Podemos dizer que a educação profissional tem na sua gênese a exploração do trabalho.

A noção do trabalho na história do Brasil se altera seguindo as mudanças no contexto social, político e econômico do País. Para Manfred (2002, p. 34), “As noções de trabalho foram se construindo e reconstruindo ao longo da história das sociedades humanas, variando conforme os modos de organização da população e de distribuição de riqueza e poder”.

Para retratar a história da Educação profissional no Brasil, apresenta-se o Quadro 1, com os marcos legais e principais fatos históricos.

Quadro 1 - Histórico da educação profissional no Brasil (continua)

Ano	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL
1909	O Decreto-Lei n.º 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional no Brasil, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, que objetivava a preparação de mão de obra qualificada.
1927	O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1930	É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que supervisiona as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspeção do Ensino Profissional Técnico
1937	Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.
1940	Fase que inicia a grande industrialização no Brasil.
1941	Vigora uma série de leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos: - o ensino profissional agora é considerado de nível médio; - o ingresso nas escolas industriais depende de exames de admissão; - os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.

Quadro 1 - Histórico da educação profissional no Brasil (conclusão)

Ano	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL
1942	Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde no Brasil, promove uma grande mudança na estrutura educacional brasileira, onde equiparou o ensino profissionalizante e técnico ao nível médio e os Liceus passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas (EITs).
1959	As Escolas Industriais e Técnicas (ETIs) são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais (ETFs), com autonomia didática e de gestão.
1961	O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.
1967	Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que agora funciona como escolas agrícolas
1971	Promulgação da Lei 5.692/71, Lei da Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Graus, que instaura a profissionalização compulsória em todo o Brasil, fazendo com que todos os cursos de 2o grau agora têm caráter profissionalizante.
1978	Surgem os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), centralizados nas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos
1980-1990	Período em que os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.
1996	Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no 9.394/96, a qual favoreceu a publicação do Decreto Lei no 2.208/96, reformulando o ensino técnico, promovendo a separação das disciplinas de formação geral daquelas destinadas à formação técnico-profissional.
1997	O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).
1999	Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).
2004	O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	O Decreto 5.458/05 cria o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – Proeja.
2005	Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais; lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná
2006	O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia
2007	Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades. O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
2008	O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei no 11.892/08, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

Fonte: MEC (2010)

O Quadro 1 apresenta uma linha histórica que retrata os anos de luta por uma Educação Profissional, considerando como marco inicial a criação das 19 Escolas de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais dos estados do Brasil, em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto Nº 7.566/1909 pelo Presidente Nilo Peçanha. Considera-se que o conjunto das escolas de Aprendizes Artífices deu início à Rede Federal de Ensino. Foi a partir dessa época que a educação profissional passou a ser pensada ao nível nacional e organizada de forma sistemática.

[...] a criação da rede federal de educação profissional no Brasil [...] ocorreu

no final da década de 1910, quando o governo federal criou e instalou em cada capital brasileira uma Escola de Aprendizes Artífices, com a finalidade de ministrar o ensino de ofícios referentes às especialidades industriais de cada Estado, proporcionar aos considerados ociosos e desprovidos da fortuna uma profissão, um ofício, e formar os futuros operários úteis às indústrias nascentes. O conjunto das dezenove escolas profissionais congêneres foi concebido no âmbito das ações voltadas à afirmação e consolidação da República Federativa Brasileira, bem como, ao seu progresso que foi atribuído à educação do povo, ao controle social e à industrialização, entre outras condições (Kuenzer 2009, p. 9).

As Escolas de Aprendizes Artífices apresentam caráter assistencial e excludente, já que o objetivo principal era ocupar, com atividades manuais, os menores desvalidos, para evitar que se tornassem perigosos por conta da ociosidade, ao mesmo tempo em que ensinavam um ofício para prepará-los para o mercado de trabalho.

Segundo Cunha (2000), no século XIX, o Colégio das Fábricas ensinava certos ofícios aos órfãos e servira de modelo a outras instituições que abrigaram os “desvalidos da sorte” (Brasil, 1909, [s.p.]), crianças de 6 a 12 anos, incorporando, além do ensino de trabalho manual, a obediência hierárquica e a disciplina historicamente requeridas para o trabalho. A educação para a classe dominante era educação de excelência, com estudos clássicos, fundamentada nas atividades intelectuais, enquanto que para as classes menos favorecidas, cabiam o ensino técnico e o trabalho manual, para preparar seus membros para o mercado de trabalho.

Em 1927, o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Fidélis Reis, que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no País. Em 1930, no intuito de atender o grande crescimento urbano no País e o crescente processo de industrialização, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, sendo estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional e Técnico, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices.

De 1934 a 1945, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho, promove uma gestão marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional.

No Estado Novo (1937 – 1945) houve mudanças significativas na educação profissional no Brasil, em 1937 é promulgada a Constituição Brasileira, que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e apresenta os indicativos de uma organização sistematizada do ensino industrial. É o que se vê a seguir.

O ensino pré-vocacional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhes dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criarem, na esfera de sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de

seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (Constituição de 10 de novembro de 1937, art. 129).

É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Em 1941 vigora uma série de leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no País. Os principais pontos: o ensino profissional é considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.

Em 1942, o Decreto n.º 4.127 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, estabelecendo uma equivalência entre o ensino profissional e o ensino secundário. Segundo os estudos de Cunha (2005, p. 35), nos anos que antecederam 1942 não existia uma diretriz única para essa modalidade de ensino no Brasil, cada instituição seguia suas próprias normas: em nível federal existiam as Escolas de Aprendizes Artífices, ensinando ofícios a menores que não trabalhavam, enquanto ministravam o ensino primário; os estados mantinham escolas industriais, seguindo suas próprias normatizações; as instituições privadas (religiosas e laicas) mantinham escolas assistenciais de aprendizes; e as forças armadas tinham suas próprias escolas junto a fábricas de material bélico e estaleiros.

Em 1959, a Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro, estabelece nova organização escolar e administrativa para estabelecimentos do ensino industrial. Ao ser regulamentado, o Decreto n.º 47.038, de 16 de novembro de 1959, definiu as Escolas Técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais (ETFs). A rede de Escolas Técnicas Federais se consolidou em 1959 e ocupou um lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial brasileira, de tal modo que em 1971 se configurou um projeto ainda mais ousado, tal como a transformação de algumas delas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). Em 1961, o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Decreto de n.º 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, que passam a funcionar como escolas agrícolas. Por fim, conclui-se que, ao longo da história brasileira, a educação profissional reflete as relações de poder de uma sociedade dividida em classes, em que se atribui o exercício de funções intelectuais e dirigentes à elite e o exercício de funções operacionais e braçais às classes

trabalhadoras.

No ano de 1971, há a Promulgação da Lei 5.692/71, Lei da Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Graus, que instaura a profissionalização compulsória em todo o Brasil, fazendo com que todos os cursos de 2.º Grau tivessem caráter profissionalizante.

De 1980 a 1990 os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, absorvendo as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre as décadas supracitadas.

Em 1996 deu-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, a qual favoreceu a publicação do Decreto Lei nº 2.208/96, reformulando o ensino técnico, promovendo a separação das disciplinas de formação geral daquelas destinadas à formação técnico-profissional. A Lei nº 9.394/96 incorporou a Educação Profissional como processo educacional específico, não vinculado necessariamente a etapas de escolaridade, voltado para o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, retomando-se, assim, o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Assim, o Decreto nº 2.208/1997 que, regulamentou a Reforma da Educação Profissional e Tecnológica, cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), tendo sido considerado um retrocesso para a educação profissional, já que ele atende ao interesse do capital para a formação de mão de obra. Esse Decreto possibilitou a separação entre o ensino médio e o técnico. O foco do Proep estava centrado, conforme o discurso do MEC, na melhoria de qualidade e de pertinência da educação profissional em relação ao mercado e, na construção e fortalecimento das parcerias entre a sociedade e o Estado, por meio da escola e do setor produtivo. O Decreto nº 2.208/1997 gerou inúmeras discussões e críticas entre os educadores e pesquisadores mais progressistas da área de educação, sobretudo aqueles ligados ao campo Trabalho e Educação.

A revogação do Decreto nº 2.208/97, que separava, compulsoriamente, a educação profissional e a educação básica, tem a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que permite, de forma flexível, desenvolver educação integrada. Este Decreto criou três níveis de classificação da educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III- educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (Brasil, 2004). Em 18 de novembro de 2005 foi criada a Lei nº 11.195, para permitir a construção de novas unidades escolares de educação profissional, pertencentes à Rede Federal e, conseqüentemente, seu crescimento.

Após o Decreto n.º 5.154, de 2004, o governo ratifica-o por meio a Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou os artigos 37, 39, 41 e 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, colocando a educação profissional na esfera da educação básica, tornando-a parte da política educacional nacional e possibilitando seu desenvolvimento no ensino médio.

Em 2008, o governo institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

2.2 PANORAMA DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem 113 anos de história de luta por uma educação profissional de qualidade, no percurso histórico houve diversas modificações nos nomes, objetivos pedagógicos. Rede Federal de Educação Profissional, e Tecnológica (RFEPT), foi instituída através da Lei n.º 11.892/08, essa lei também criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é referência na educação brasileira,

Os Instituto Federais têm como objetivos atuar na formação inicial, no ensino médio integrado à formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação. Entretanto, estas diferentes modalidades têm de dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos, especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão (Pacheco,2020, p.6).

Para apresentar a expansão da Rede Federal de Ensino, utilizaram-se dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) em 2022. A PNP, conforme a Setec/MEC, é uma plataforma caracterizada como:

[...] um ambiente de validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), tem como objetivo reunir dados sobre relativos ao corpo docente discente e técnico- administrativo, e de gasto financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação (Setec/MEC) (PNP, 2022).

A PNP permite uma nova visão de acompanhamento dos cursos da EPT e ajuda a compreender que a metodologia utilizada na construção da Plataforma Nilo Peçanha é baseada no tipo censitária para produções estatísticas: Coleta de Dados, Validação da Informação e

Disseminação dos Resultados (Moraes, 2018).

A coleta dos dados é extraída dos dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), do ano anterior, e serão analisados sempre baseando-se no início e término do ciclo acadêmico. Estes dados são categorizados, a fim de retratar, com maior fidelidade possível, um ambiente de validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), e tem em vista reunir dados sobre relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação (Setec/MEC).

Os dados do Sistec, do Sistema de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (Sigepe) e do Sistema de Administração Financeira (Siafi), foram unificados a partir de 2017, desenvolvendo, assim, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), uma resposta aos constantes questionamentos dos órgãos de controle, como o Tribunal de Conta da União (TCU), por indicadores de gestão para a RFEPT, e tem dentre suas principais preocupações: a definição de conceitos, a modelagem dos indicadores, as estratégias de coleta e validação dos dados e os procedimentos para a divulgação dos seus resultados.

A Plataforma Nilo Peçanha representa um avanço para o aperfeiçoamento e acompanhamento das estatísticas e criação de indicadores para a Rede. A PNP é uma base de dados importante para extração de informações sobre todos os cursos, em especial os cursos integrados, foco desta pesquisa.

Atualmente, a Rede Federal é composta por 41 Instituições, sendo: 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), e o Colégio Pedro II, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), de 2022, como ambiente de consulta e levantamento estatísticos da Educação Profissional.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica apresenta os seguintes resultados na PNP (2022): o total de matrículas em 2021 foi de 295.356 em 2.589 cursos, dessas, 77.920 são ingressantes e 57.621 são concluintes. Os Cursos Integrados apresentam uma taxa de eficácia de 69%, sendo que 43.078 estão em Conclusão de Ciclo, 19.360 Evasão no Ciclo, e 7.704 estão com Retenção no Ciclo.

2.3 O INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO: elementos para o debate

A criação do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) se deu no contexto das políticas nacionais de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, implementadas pelo Governo Federal a partir da primeira década deste século. A legislação que criou os Institutos Federais de Educação definiu uma nova institucionalidade e ampliou significativamente as finalidades e características, objetivos e estrutura organizacional.

O IFPE é constituído por 16 *Campi*, além de ofertar cursos na modalidade da Educação a Distância (EaD). Os *Campi* são divididos em três grupos, distribuídos conforme ilustra o Quadro 2.

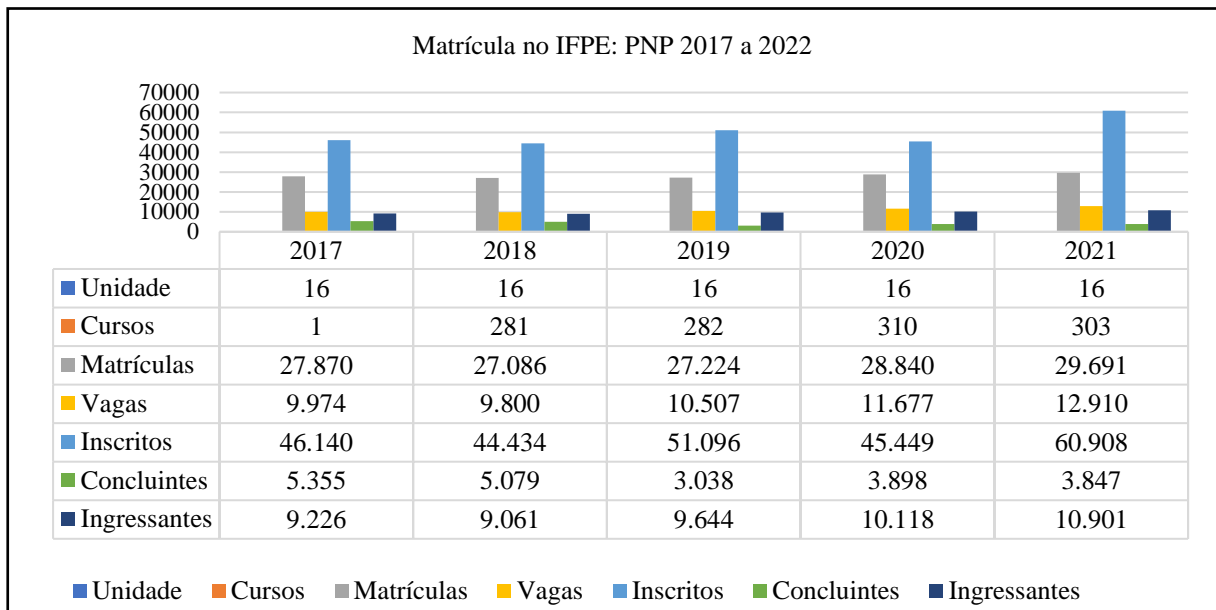
Quadro 2 - Grupos que constituem o IFPE

Grupo	<i>Campi</i>
Grupo 1 – 1ª FASE	Barreiros, Belo Jardim, Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão.
Grupo 2 - 2ª FASE	Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns.
Grupo 3 - 3ª FASE	Abreu e Lima, Cabo de Santo agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares e Paulista.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Quadro 2 representa os 16 *campi* do IFPE. Destaca-se que os *campi* da 2ª fase e 3ª fase aqueles que fizeram parte do Plano de Expansão e Interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No IFPE, o Ensino Médio Integrado é ofertado em 9 *campi*. No Gráfico 1, ilustrado a seguir, apresentam-se as unidades, a quantidade de cursos, as matrículas, as vagas nos processos seletivos, o número de inscritos, concluintes e ingressantes dos cursos referentes ao ano de 2017 a 2021 (PNP 2017 a 2022).

Gráfico 1 - Matrículas no Ensino Médio Integrado IFPE: PNP 2017 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2022)

Conforme o Gráfico 1, o IFPE ofertou em 2021 303 cursos Técnicos Integrados, distribuídos em 16 unidades. Observa-se que em 2017 todos os cursos foram computados como 1 e que na PNP 2018 aparece o quantitativo correto de cursos que foram 281, e na PNP 2022 o total de cursos integrado foi 303. Em 2017 as matrículas foram 27.870 e em 2021 contabilizaram 29.691 estudantes matriculados; os concluintes corresponderam a um total de 5.335 em 2017. No período de 2019 a 2021 houve uma queda no número de concluintes, que pode ter se agravado devido ao período pandêmico, sendo 3.847 estudantes concluintes em 2021.

Quando se analisam os resultados observando o número de inscritos no processo seletivo, verifica-se que a procura pelos cursos integrados aumentou consideravelmente, passando de 46.140 inscritos em 2017 para 60.908 no ano de 2021; o número de vagas também teve um acréscimo, passando de 9.974 para 12.910. Um dado interessante e que deve ser observado pelo IFPE é que mesmo com o número elevado de inscritos em todos os processos, sobram vagas: em 2017, ingressaram 9.226 e o total de vagas foi de 9.974; e em 2021 ingressaram 10.901 e a quantidade de vagas foi de 12.910.

2.3.1 Matrícula e permanência escolar dos estudantes no Ensino Médio Integrado do IFPE após a lei de cotas

A permanência escolar é um fenômeno que media a entrada e a saída com êxito dos

estudantes, sendo processual e deve contribuir na formação integral desse jovem que tem na educação a esperança de mudar a sua vida pessoal, profissional e acadêmica.

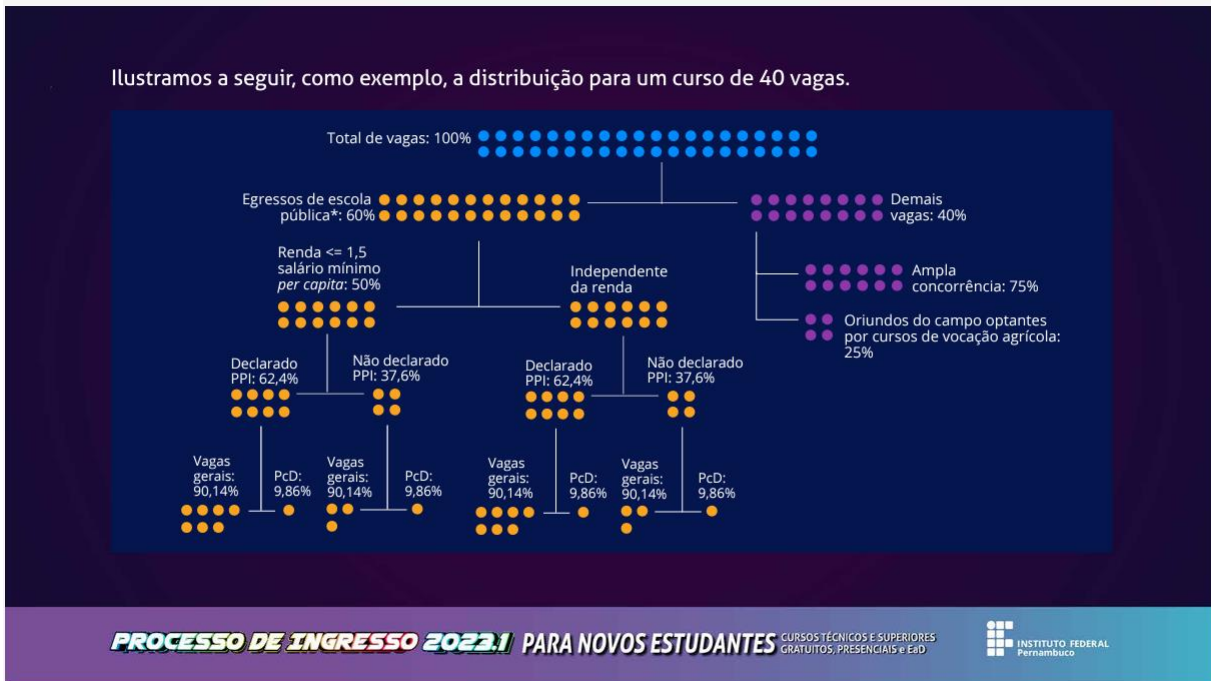
Como a pesquisa é referente aos estudantes do Ensino Médio Integrado, em especial os cotistas, é preciso contextualizar quem são esses jovens e suas expectativas com esse nível de ensino. Esses estudantes acessaram o Ensino Médio Integrado, oriundos de diversas cidades, bairros, e carregam consigo culturas, linguagens e variados contextos sociais. São jovens que estão numa fase permeada por uma série de transformações biológicas, psíquicas e sociais, levando a transformações no corpo, alterações de humor e várias outras mudanças tão importantes para o sujeito.

Os estudantes da classe popular buscam a vida acadêmica como melhorias nas condições de vida, partindo daí a perspectiva de que irão obter sucesso, porém, muitos consideram o caminho da integralização (conclusão da formação) árduo e com retorno em longo prazo. O ambiente nos quais estão inseridos e os fatores internos e externos têm grandes implicações para a longevidade escolar de alunos de camadas populares. Destaca-se que o termo “longevidade escolar” se refere à permanência do estudante no sistema de ensino até a entrada no ensino superior (Viana, 2012), trajetória nem sempre possível aos jovens de camadas populares, por vivenciarem condições de existência materiais e simbólicas (econômicas, sociais e culturais). A longevidade escolar em camadas populares é um fenômeno de natureza multifatorial e interdependente, uma vez que evidencia a presença simultânea de mais de um fator explicativo.

Para avaliar a efetividade das ações da política afirmativa do IFPE, se faz necessário compreender o processo seletivo de ingresso neste instituto, que caracteriza que são os jovens estudantes do ensino médio que têm direito a participar do processo seletivo e ingressar pelo sistema de cotas. Na próxima seção apresenta-se o Sistema de Cotas no IFPE

A Lei que define o Sistema de Cotas no IFPE foi implantada em 2013, por meio da Portaria Normativa nº 18/2012 e Resolução Nº 041/2013 de 08/08/2013, do Conselho Superior do IFPE. O IFPE iniciou destinando 50% das vagas (atualmente destina 60%) a estudantes de escola pública. Para exemplificar melhor o Sistema de Cotas, realizou-se um recorte do Edital REI/IFPE Nº 53, de 6 de Outubro de 2022, que trata do Processo de Ingresso 2023.1 para cursos Técnicos e superiores, e no Guia Rápido de Inscrições Processo de Ingresso 2023.1 é possível compreender como funciona o sistema de Cotas, que define as condições para reserva.

Figura 1 - Exemplo sistema de cota IFPE



Fonte: Guia Rápido de Inscrição (IFPE, 2023, p. 7)

Na Figura 1, o exemplo é com 40 estudantes que representam 100% das vagas, sendo que 60% são para estudantes oriundos de escola pública, correspondendo a 24 vagas, e os 40% para os estudantes oriundos da Rede particular, que corresponde a 16 vagas. Conforme a Figura 1, as 24 vagas são divididas pela cota socioeconômica, ou seja o critério é renda, sendo 50% (12 vagas) para que tem renda \leq 1,5 salário mínimo per capita. Essas 12 vagas ainda são subdivididas pela ação afirmativa, em que 8 são para os estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, e dessas 8 vagas, 1 é destinada à pessoa com deficiência e 4 vagas para os não declarados pretos, pardos e indígenas. Os outros 50% (12 vagas) são para estudantes oriundos de escola pública, independente da renda, sendo essas 12 vagas subdivididas pela ação afirmativa, em que 8 são para os estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, e dessas 1 uma é destinada à pessoa com deficiência e 4 vagas para os não declarados pretos, pardos, e indígenas.

As 16 vagas (40%) são para ampla concorrência, sendo que destas, 4 são destinadas à ação afirmativa, para estudantes oriundos do campo, optantes por cursos agrícolas.

No período de pandemia, foi necessário alterar o sistema de Seleção de Ingresso que deixou de ser seleção por prova e em 2020.2, foi adotado o sistema de análise de desempenho baseado no histórico escolar. Outra alteração que ocorreu foi o processo de Heteroidentificação para pessoas pretas e pardas e aferição da condição de indígena. Os candidatos que concorrem às vagas reservadas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas e que tiverem a

inscrição confirmada devem ser submetidos ao procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração de pessoas negras ou de aferição da condição de indígena autodeclarada.

É importante destacar que no início da implementação das cotas, por volta dos anos 2000, o método utilizado era o da autodeclaração, no qual o candidato afirmava a raça à qual se identificava no ato da inscrição para concorrer à vaga na universidade. Nesse modelo, apenas a declaração do indivíduo era necessária para a comprovação da raça, mas, para enquadrar-se no perfil dos destinatários da cota, também são exigidos comprovantes de renda, a fim de averiguar a condição socioeconômica do candidato.

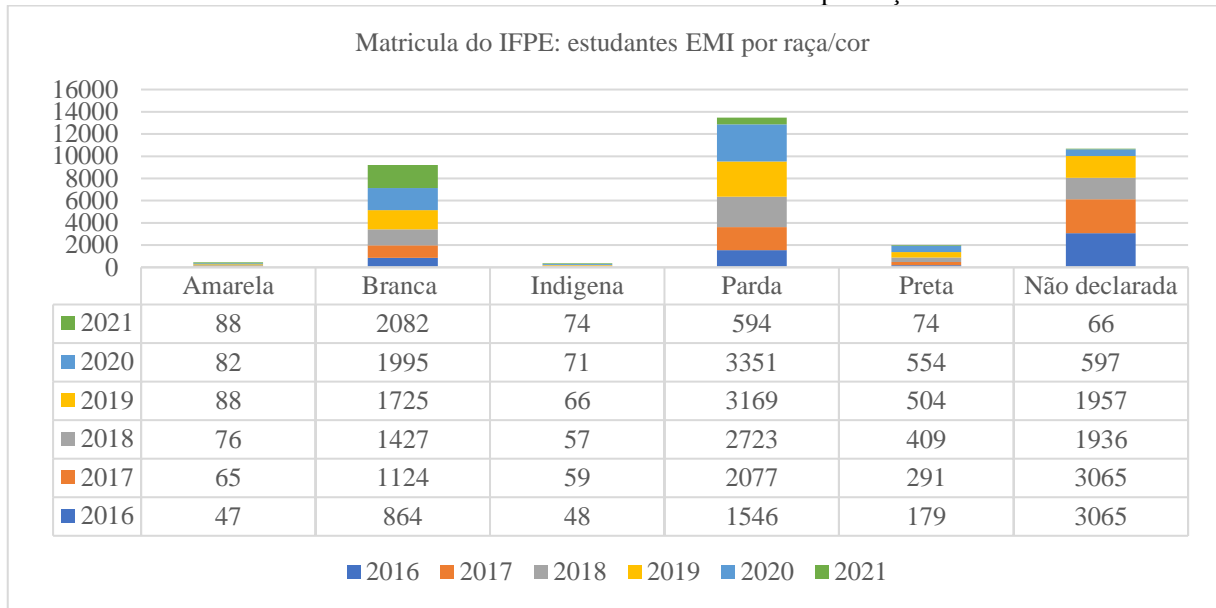
No IFPE, a resolução nº 106/2021 regulamentou os procedimentos para preenchimento das vagas reservadas a indígenas e de heteroidentificação complementar à autodeclaração de pessoas negras. A análise da banca baseia-se exclusivamente nos aspectos fenóticos do(a) candidato(a), que é o conjunto de características visíveis, a exemplo de cor da pele, textura do cabelo, formatos do rosto, lábios e nariz.

A heteroidentificação complementar à autodeclaração de pessoas negras e aferição da condição de indígena é adotada pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) em seleções de estudantes para cursos técnicos integrados em 2022.

Destaca-se que para o IBGE a regra é como a pessoa se vê, é ela quem diz qual é a própria raça. São cinco opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela, que, no caso, são descendentes de asiáticos, como japoneses, chineses ou coreanos. Os pretos são descendentes dos africanos e brancos dos europeus.

Para analisar a matrícula por cor/raça no IFPE, realizou-se a pesquisa na PNP (2017 a 2022), que corresponde ao período entre os anos de 2016 e 2021. Conforme o Gráfico 2, observa-se que é possível analisar a distribuição das Matrículas e verificar quantas são as vagas destinadas aos pretos, pardos e indígenas.

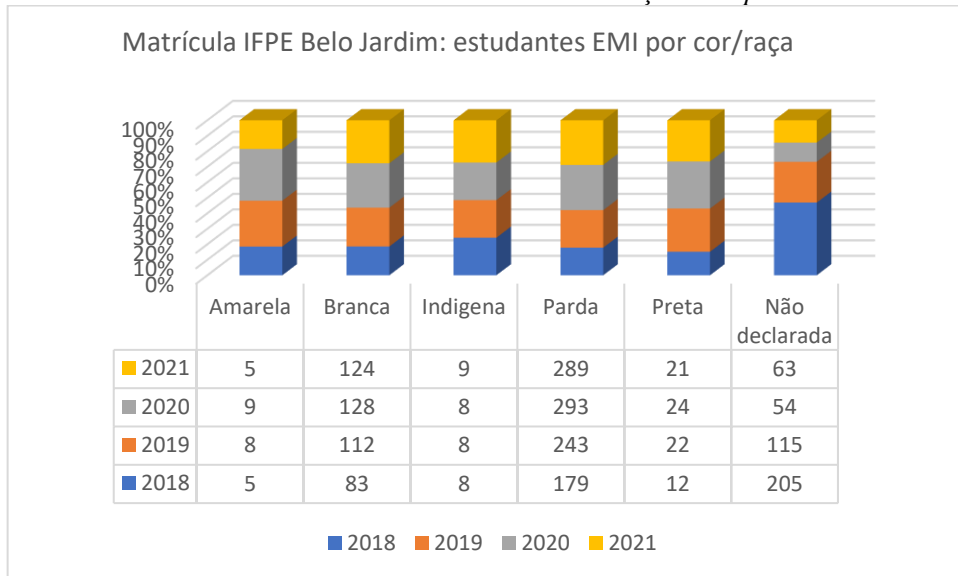
Gráfico 2- Matrículas de estudantes EMI-IFPE por raça/cor



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2022)

No Gráfico 2, verifica-se as autodeclaração dos estudantes nos anos de 2016 a 2021 dos estudantes matriculados nos Cursos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do IFPE. Percebe-se que o número de estudantes que não declararam a cor ou se identificaram como indígena diminuiu de 3065 para 66 e que os estudantes que autodeclararam a cor amarela em 2016 foram 47, sendo 88 estudantes em 2021; estudantes da cor branca passaram de 864 para 2082; indígena, de 48 estudantes para 74 estudantes; o número de negros que se declararam pardos diminuiu de 1546 para 594; e o número de negros que se declararam da cor preta era 174 estudantes e diminuiu para 74 estudantes.

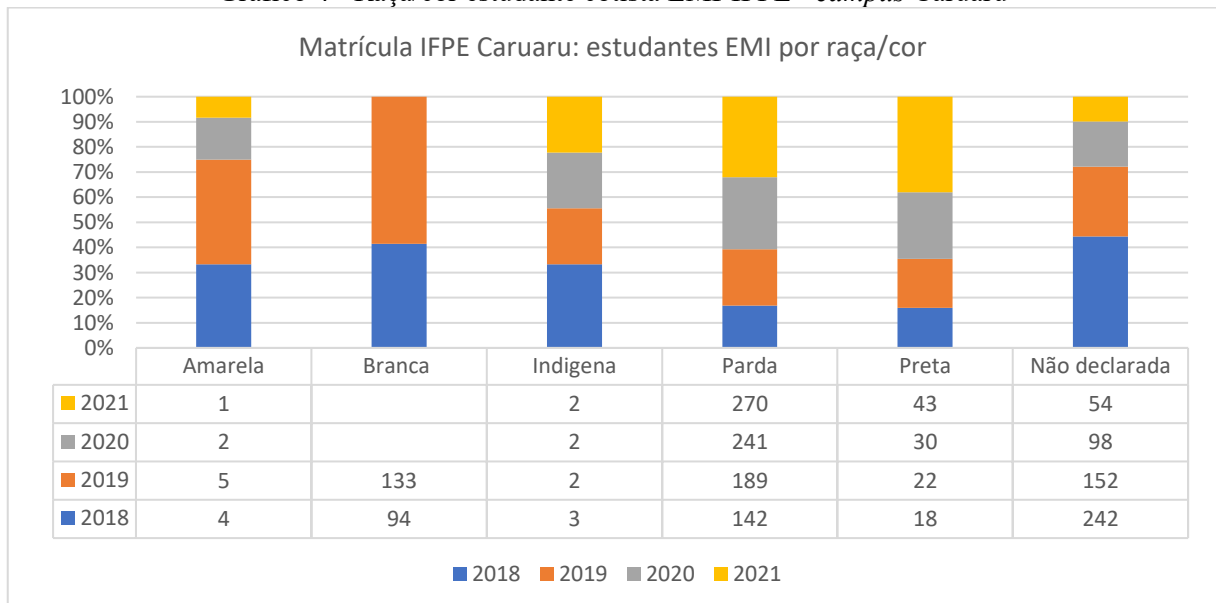
O Gráfico 3 ilustrado a seguir se refere à matrícula por cor/raça do IFPE *campus* Belo Jardim, extraída da PNP (2017 a 2022) correspondente ao período de 2016 a 2021.

Gráfico 3 - Matrícula dos estudantes do EMI cor/raça – *campus* Belo Jardim

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2022)

Conforme o Gráfico 3, no IFPE *Campus* Belo Jardim, 205 não declararam a raça/Cor na PNP 2018, e na PNP 2021 63 estudantes não declararam a raça/Cor. Destaca-se a importância da autodeclaração e do processo de heteroidentificação para que a política de cotas étnico-raciais atenda a todos os estudantes que trazem na história a marca da discriminação racial.

Para verificar o acesso dos estudantes cotistas declarados pretos, pardos e indígenas no IFPE *Campus* Caruaru, apresenta-se o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Raça/cor estudante cotista EMI-IFPE - *campus* Caruaru

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2022)

No próximo capítulo apresenta-se a metodologia utilizada para a pesquisa. Na análise dos dados contextualizam-se as políticas e programas de permanência que contribuem para a longevidade acadêmica dos estudantes.

2.4 POLÍTICA PARA PERMANÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: o que revelam os documentos nacionais da educação e institucionais do IFPE

Nesta seção apresenta-se o levantamento e a análise realizada por meio do procedimento da pesquisa documental de fontes externas e internas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) no âmbito da EPT. A pesquisa documental ocorreu durante toda a pesquisa. Neste contexto, foram analisados documentos oficiais públicos de abrangência nacional, regional e local. Assim, todos os documentos analisados estão interligados à temática de permanência escolar (leis, decretos, resoluções, entre outros). Mediante a leitura flutuante, foram selecionados as legislações, os documentos da Rede Federal e documentos institucionais do IFPE que abordassem programas e ações no ensino, pesquisa e extensão que contribuem para permanência escolar dos estudantes cotistas. A pesquisa documental foi realizada nos *sites* da Rede Federal e no *site* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, para conhecimento dos seguintes documentos institucionais:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional (2022 – 2024);
- b) Projeto Político Pedagógico Institucional (2012);
- c) Organização Acadêmica (2014);
- d) Política de Assistência Estudantil (2021);
- e) Programa de Acesso, Permanência e Êxito – PROIFPE (2013);
- f) Programa de Iniciação Científica, Pibic;
- g) Programa de Bolsas de Extensão (Pibex);
- h) Programa de Bolsas de Monitoria;
- i) Plano de Permanência e Êxito do IFPE;
- j) banco de dados Plataforma Nilo Peçanha;
- l) Sistema de Registro Acadêmico (Q-acadêmico) dos estudantes da Instituição pesquisada;
- m) Relatórios de Gestão 2022.

A pesquisa documental foi importante, pois permitiu o entendimento das relações gerais, descrições e conceitos acerca do tema investigado. A seguir, apresenta-se uma síntese

dos principais documentos institucionais que norteiam a política educacional para a permanência no IFPE e contribuem para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e formação integral dos estudantes. Destaca-se como referencial para análise dos documentos ao nível institucional o Plano de Desenvolvimento Institucional 2022/ 2026 do IFPE, sendo um documento recente aprovado por meio da Resolução Consup/IFPE nº 137, de julho de 2022. As fontes documentais externas e internas pesquisadas estão detalhadas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Fontes documentais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (continua)

Documentos (Fonte Externa)	Permanência na Legislação
Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988	<p>Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.</p> <p>Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (...)" (Brasil, 1988)</p>
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Artigo 3º, "O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)"
Lei no 11.892/08, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	<p>Art. 7ª Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:</p> <p>I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;</p> <p>II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;</p> <p>III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;</p> <p>IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;</p> <p>V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional</p>
Lei. nº 12.711, de 29 de agosto de 2012- Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.	<p>Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.</p> <p>Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.</p> <p>Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)</u></p> <p>Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.</p>

Quadro 3 - Fontes documentais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (continua)

Documentos (Fonte Externa)	Permanência na Legislação
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014- Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências	Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Estratégias: 11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;
Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012 - CNE/CEB Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal
Acórdão TCU nº 506, de 13 de março de 2013. TC 026.062/2011-9 Relatório de Auditoria do Plano de Fiscalização 2011 do TCU com escopo de avaliar as ações de estruturação e expansão do Ensino Técnico Profissionalizante, com ênfase na atuação dos IFs.	Com o intuito de valorizar questões associadas à Educação Profissional e à apuração do desempenho dos Institutos Federais, essa Auditoria teve como recorte a investigação de cinco questões, a saber: 1) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; 5) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais.(BRASIL, 2013, p. 2)TCU, em que se recomendava à Setec/MEC, em conjunto com os Institutos Federais, instituir um “(...) plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional” (BRASIL, 2013, p. 21), que possa, a partir de sua implementação, “(...) aperfeiçoar o processo de detecção das causas da evasão nos diversos segmentos de curso ofertados pelos Institutos Federais, bem como dos alunos mais propensos a evadir, além de subsidiar o desenho de estratégias de combate a esse problema” (BRASIL, 2013, p. 21)
Documento orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal da SETEC-MEC de 2014.	documento, no qual foram listados 110 fatores específicos que aumentam as chances de evasão e retenção (BRASIL, 2014, p. 41-45) e 190 ações de intervenção para superação da evasão e retenção (BRASIL, 2014, p. 46-52)
LEI nº 8.069 Estatuto da Criança e Adolescente	Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. <u>(Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)</u> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Quadro 3 - Fontes documentais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (continua)

Documentos (Fonte Interna)	Descrição
PPPI-IFPE, de 2012.	Projeto Político Pedagógico Institucional
Documento Regulamentador do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE- PROIFPE, de 2013.	O PROIFPE é um programa institucional voltado à promoção do acesso, permanência e êxito de estudantes do instituto. O programa trabalha em conjunto com a equipe multiprofissional, a fim de assistir estudantes com dificuldades e contribuir com seu aproveitamento acadêmico. Permanência: constitui-se em ações de acompanhamento e contribuições ao processo de ensino-aprendizagem, a fim de atender às necessidades do estudante, dotando-o de conhecimentos e de competências humanísticas, científicas e tecnológicas. Ao lhe ser permitida a permanência com qualidade na instituição, previnem-se e diminuem-se os índices de retenção e evasão escolar.
Resolução nº 37/2012 Estabelece o Sistema de Cota e fixa e percentual	Art 1º Criar o Sistema de Cotas e fixar 50% (cinquenta por cento) a reservar vagas por curso/turno nas diversidades modalidades de ensino destes instituinto nos exames de seleção para alunos oriundos de Escolas Publicas do Território Nacional nos cursos oferecidos nos campi do IFPE
Resolução 68/2011 Aprova o Programa de Monitoria do IFPE	Art. 1º Monitoria é um Programa de incentivo a formação acadêmica que visa a ampliação dos espaços de aprendizagem à melhoria da qualidade de ensino e ao desenvolvimento da autonomia e formação integral dos estudantes
Resolução 51/2012 Aprova cota de 25% estudantes da Cota Rural do IFPE	Autoriza no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, a inclusão da sub cota de 25% (vinte e cinco por cento), destinada a estudante oriundos do campo que optem por curso de vocação agrícola dentro do percentual 50% (cinquenta por cento) das vagas social para escolas da rede pública.
Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFPE de 2016.	Neste Plano Estratégico, toma-se por base o Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal, no qual se entende a evasão escolar como o abandono de curso sem renovação de matrícula no período letivo seguinte, devido a fatores relacionados ou não à escola (IFPE, 2016, p. 4).
Resolução IFPE/CONSUP nº 25, de 23 de abril de 2019. implementa ingresso de estudantes nos cursos oferecidos nos campi/polos do IFPE.	Art.5º A reserva de vagas de que trata esta Resolução encontra-se disposta na Lei Nº12.711/2012— alterada pela Lei nº13.409/2016—,no Decreto nº7.824/2012— alterado pelo Decreto nº9.034/2017—e na Portaria Normativa MEC nº18/2012— alterada pela Portaria Normativa MEC nº09/2017 e Portaria nº 1.117/2018. Art.6º O IFPE reservará,em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos superiores,por curso e turno,o mínimo de 60 %(sessenta por cento)de suas vagas para estudantes que tenham cursado,integralmente,o ensino fundamental ou o ensino médio (conforme o caso) em escolas públicas, observadas as seguintes condições: I-no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata o caput serão reservadas aos estudantes com renda familiar Bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio)per capita; II-proporção, no total de vagas, no mínimo igual à soma de pretos,pardos, indígena! E pessoas com deficiência na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição,segundo o último censo demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE), será reservada ,por curso e turno, ao autodeclarados pretos,pardos e indígenas e às pessoas com deficiência.
RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 133, DE 30 DE JUNHO DE 2022 Aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE	A Política de Assistência Estudantil tem o objetivo geral de viabilizar condições de permanência e êxito da comunidade discente do Instituto, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais.
Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8, de 26 de AGOSTO de 2022. Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica estabelecido pela Resolução nº 133, de 30 de Junho de 2022, do Conselho Superior do IFPE	Art. 3º O Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica do IFPE é um programa de assistência aos/às estudantes em situação de vulnerabilidade social regularmente matriculados/as nos cursos presenciais oferecidos pelo IFPE que visa contribuir para a permanência deles/as na instituição, por meio de apoio financeiro para auxiliar no custeio das despesas com transporte, alimentação, moradia, creche e outras necessidades relacionadas à manutenção acadêmica. Art. 4º O repasse financeiro da Manutenção Acadêmica será concedido diretamente ao/à estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades ou superdotação, para auxiliá-lo/a no custeio das despesas relativas a transporte, alimentação, moradia, creche e outras necessidades relacionadas à manutenção acadêmica.

Quadro 3 - Fontes documentais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (conclusão)

Documentos (Fonte Interna)	Descrição
<p>Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 7, de 23 de agosto de 2022.</p> <p>Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Tutoria de Pares estabelecido pela Resolução nº 133 de 30 de JUNHO de 2022, do Conselho Superior do IFPE.</p>	<p>Art. 1º Este Regulamento visa estabelecer normas e procedimentos para a execução e concessão de bolsas do Programa de Tutoria de Pares, no âmbito dos campi do IFPE, com o intuito de fortalecer as ações de inclusão na perspectiva da permanência e do êxito dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.</p>
<p>REGULAMENTAÇÃO DE BOLSA PERMANÊNCIA NO ÂMBITO DO IFPE</p>	<p>Art. 1º O Programa de Bolsa Permanência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) é um programa de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pelo IFPE, que visa a contribuir para a permanência através de apoio financeiro, com vistas ao atendimento prioritário ao transporte, à alimentação, à moradia e à creche.</p>
<p>RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 137, DE 29 DE JULHO DE 2022</p> <p>Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional 2022/2026 do IFPE.</p>	<p>A expansão do IFPE oportunizou formação de qualidade a estudantes de baixa renda, diminuindo ou evitando gastos com locomoção e de manutenção em outras localidades, principalmente para a capital ou cidades maiores do interior. Acrescentam-se a isso as ações afirmativas, uma garantia de vagas para alunos de escola pública e de baixa renda, negros, quilombolas e indígenas. Aliado a essas iniciativas, o IFPE mantém um robusto programa de assistência estudantil que visa prover condições para que o discente possa permanecer no curso escolhido (IFPE, 2022, p. 49).</p> <p>O IFPE entende a educação inclusiva e respeita a diversidade concebendo uma educação que garante a todos o direito ao acesso e à permanência em uma sala comum no ensino regular, independentemente de suas características pessoais. As questões de raça, gênero, orientação sexual, religião, condição física e geração ganham centralidade em um debate sobre a perspectiva da educação inclusiva para a diversidade. São, pois, sujeitos da inclusão aqueles que historicamente tiveram o acesso à educação atravessado por barreiras e impedimentos objetivos e subjetivos. Ter a inclusão e a diversidade como princípios fundamentais que norteiam as ações e metas institucionais significa empreender o combate às desigualdades sociais geradas pela falta de acesso de grupos sociais a direitos básicos, entre eles o direito a uma educação pública, gratuita, socialmente referenciada, humanizada, laica e de qualidade. (IFPE, 2022, p. 50).</p> <p>A educação inclusiva no IFPE objetiva criar um espaço educacional cada vez mais atento às questões de inclusão e diversidade, ao implementar ações afirmativas de acesso e permanência de minorias sociais, de acompanhamento aos estudantes com deficiência e de fortalecimento das pautas de gênero, de sexualidade, de envelhecimento humano e de raça/etnia. As ações são realizadas em parceria com os Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência (Napnes), regulamentados pela Resolução nº 82/2014, do Conselho Superior do IFPE; com o Núcleo de Tecnologia Assistiva (NTA), regulamentado pela Resolução nº 36 de 1º de junho de 2018, do Conselho Superior do IFPE; com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis), regulamentados pela Resolução nº 45/2015, do Conselho Superior do IFPE; os Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade (Negeds) dos 16 campi e dos polos da Educação a Distância (EaD), regulamentados pela Resolução nº 65 de 20 de janeiro de 2021, do Conselho Superior do IFPE. Também está em andamento a implementação do Núcleo 60+, que tratará de estudos, ações e projetos sobre o envelhecimento humano, conforme regulamento aprovado por meio da Resolução nº 112, de 7 de janeiro de 2022, do Conselho Superior do IFPE (IFPE, 2022, p. 50).</p> <p>Educar para a inclusão e convivência com a diversidade exige que as temáticas abordadas pela educação em direitos humanos perpassa de modo transversal e intersetorial pelas políticas de acesso e permanência estudantil, os PPCs, a política de contratação de pessoal, os modelos de gestão e as relações cotidianas dos diferentes sujeitos que dão vida ao IFPE. Sendo assim, vislumbra-se o desafio de sistematizar as ações hoje existentes que tratam da inclusão e da diversidade em uma política institucional que implemente, monitore e avalie tais iniciativas. Ademais, pretende-se também fortalecer ainda mais as relações do IFPE com a sociedade civil, no intuito de absorver no interior dessa política pública as reais demandas reivindicadas pelos sujeitos a quem se destinam nossas ações (IFPE, 2022, p. 52).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base na Resolução nº 063/2013 (Brasil, 2013)

O Quadro 3 é um recorte dos principais documentos normatizadores da Educação Profissional nos Institutos Federais e IFPE. A análise dos documentos externos e internos, contribuiu com a pesquisa, atendendo o objetivo Específico 1, que é identificar como as questões referentes à permanência escolar estão relacionadas na literatura acadêmica, na legislação brasileira e nos documentos Institucionais IFPE.

As questões referentes ao acesso, permanência na Educação Profissional e Tecnológica estão dispostas na legislação e nos documentos institucionais do IFPE. O levantamento e análise documental das fontes externas foram iniciados a partir da Carta Magna, Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 205, que trata da educação como um direito público subjetivo.

O Artigo 206, inciso I da Constituição destaca a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988) e contempla além do acesso, o direito à permanência, fazendo-se necessário que as instituições de ensino, de modo geral, garantam não só o acesso, mas também a permanência, para que, assim, o direito à educação seja efetivado, garantindo a formação integral do ser humano, para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ratifica o direito constitucional ao definir no seu artigo 3º, inciso I, que o ensino será ministrado com base em princípios, e o primeiro deles é: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996).

A Lei no 11.892/08 criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), fortalecendo a Educação Profissional e contribuindo para a formação integral dos jovens estudantes e preparação para vida profissional e acadêmica.

O Plano Nacional de Educação estabelece na meta 11 “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (Brasil, 2014a).

A Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a lei de cotas, amplia o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas, ofertando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental ou médio, conforme o caso, em escolas públicas. Dentro desse percentual, os parágrafos únicos dos artigos reservam mais 50% (cinquenta por cento) para os estudantes que tenham renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (Brasil, 2012a).

A inclusão é abordada nesta lei nos artigos 3º e 5º, em que essas vagas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas (Brasil, 2012a), e, com a alteração

da redação dada pela Lei n 13.409, de 28 de dezembro de 2016, foram incluídas pessoas com deficiência.

O IFPE, por meio da Resolução IFPE/Consup n° 25, de 23 de abril de 2019, em seu art. 6º, reserva o mínimo de 60% (sessenta por cento) de suas vagas para os estudantes de escolas públicas, conforme redação a seguir:

O IFPE reservará, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos superiores, por curso e turno, o mínimo de 60% (sessenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado, integralmente, o ensino fundamental ou o ensino médio (conforme o caso) em escolas públicas [...] (IFPE, 2019c).

Diante do exposto, o IFPE é uma instituição que amplia as oportunidades de ingresso aos estudantes em vulnerabilidade, ampliando o percentual de 50% definido pela lei federal para 60%. Para contribuir com a permanência, destaca-se o Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual determina no art. 1º que esse Programa “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010a).

O PNAES é a legislação que fundamenta a definição da Política de Assistência Estudantil do IFPE e de toda a RFEPECT. O Relatório de Auditoria do Plano de Fiscalização 2011 a 2012, Acórdão n° 506/2013 do Tribunal de Conta da União (TCU), afirma que “tiveram por escopo avaliar as ações de estruturação e expansão do Ensino Técnico Profissionalizante, com ênfase na atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais)” (Brasil, 2013, p. 1). No relatório, a permanência dos estudantes nos IFs é relacionada ao investimento financeiro:

A título de registro, acerca do tema, é importante salientar que o período em que o aluno permanece no Instituto Federal afeta diretamente a economicidade do programa de governo. Assim, cada ano a mais que o discente demora para concluir seu curso gera um custo para a sociedade, cujos recursos poderiam ser aplicados em fins diversos, até mesmo especializando outros alunos. Isso sem falar nos casos de desistência, que caracterizam típico desperdício de dinheiro público, vez que não haverá retorno para a coletividade em decorrência dos valores investidos (Brasil, 2013, p. 57).

No Acórdão TCU n° 506, de 13 de março de 2013, destaca-se para essa pesquisa as questões 1 e 5, nas quais o TCU recomenda que seja realizada a “caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; e infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais” (Brasil, 2013, p. 2) e a instituição de “(...) plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional” (Brasil, 2013, p. 21).

Para a elaboração dos Planos foi criado Documento orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal da SETEC-MEC de 2014, com documento, no qual foram

listados 110 fatores específicos que aumentam as chances de evasão e retenção (Brasil, 2014, p. 41-45) e 190 ações de intervenção para superação da evasão e retenção (Brasil, 2014, p. 46-52). Esse documento norteou a instituição da RFEPCT elaborar e desenvolver um “Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para superação da Evasão e Retenção” (Brasil, 2014b, p. 29).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é um documento que regulamenta os direitos fundamentais e entre esses direitos, está o Direito à Educação das crianças e adolescentes e estabelece a responsabilidade da família, das instituições de Ensino, da sociedade e de todos os órgãos e entidades como o cuidado ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade a todas as crianças e jovens. Conforme o Art. 2º, considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos. Este documento deve ser amplamente divulgado com os jovens do ensino médio, para que eles possam conhecer seus direitos e as obrigações, especialmente o que trata da formação técnico-profissional. Em seu artigo 63, o ECA dispõe (Brasil, 1990, art. 63, princípios I, II e III):

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

A análise dos documentos internos, por sua vez, inicia-se pelo Projeto Político Pedagógico Institucional do IFPE, que norteia ações educacionais da instituição. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento entre as diversas exigências legais ao qual as instituições de ensino no Brasil precisam atender. Está previsto em lei, no Decreto nº 5.773/2006, uma vez que os Institutos Federais são equiparados às Universidades públicas, conforme o Art. 2º § 1º da Lei 11.892/2008.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (Brasil, 2008, art. 2º. §1º).

O PDI para o ciclo 2022-2026 é um instrumento norteador de gestão, que propõe um projeto institucional e uma estratégia comprometidos com a Missão, a Visão e os Valores da instituição e com o fortalecimento das suas atividades de ensino, pesquisa e inovação, extensão, bem como das atividades administrativas (IFPE, 2022, p. 20).

O PDI apresenta as linhas de ação referentes às políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão, bem como seus respectivos programas, além de definir os objetivos e as metas

institucionais que orientam indicadores e índices alcançados num período de quatro anos ou mais.

No caso em questão, os seguintes programas fazem parte da Política de Ensino do IFPE: Programa de Acesso, Permanência e Êxito (PROIFPE); o Programa de Bolsas de Monitoria; o Programa de Avaliação Preventiva; Programa de Fomento à Formação Docente; Programa Institucional de Formação Continuada Docente e o Programa de Bolsa Permanência.

Na política de pesquisa e inovação do IFPE os programas são: Pibic, Pibic-AF, Pibiti e BIA. Na política de extensão, observamos o Pibex, Projetos Tecnológicos, Eventos, Projetos Sociais, Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos, Visitas Técnicas Gerenciais, Empreendedorismo, Conselhos e Fóruns, Egressos e Relações Internacionais.

O Projeto Pedagógico Institucional do IFPE está em vigência desde 2012, sendo um documento que estabelece políticas para o fazer acadêmico, norteando as ações educacionais com vistas à consolidação da Missão institucional e do fortalecimento das dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

O IFPE, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), define na política de assistência seu público prioritário: os estudantes nos cursos e modalidades presenciais de ensino, advindos de escolas públicas, ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio.

Com base na Lei 12.711/2012, pode-se inferir que pelo menos 50% do público ingressante nos IFs vivenciam alguma condição especial ou de vulnerabilidade, impactando nos índices de permanência e êxito. Brito Filho (2014, p. 123) escreve que a Lei nº 12.711/2012 pode ser compreendida como “uma ação que tem por objetivo a distribuição mais igualitária de um bem importante, que é a educação, tanto no nível superior como no nível médio, nesse caso, nas instituições de ensino técnico”.

Com a aprovação da Lei nº 13.409/2016, o acesso foi ampliado para as ações afirmativas, que, além de destinar 50% das vagas a alunos de escola pública nas instituições federais de nível médio, aprofunda o seu alcance ao determinar que as vagas deverão ser distribuídas por curso, por candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Segue abaixo o art. 1º da Lei nº 12.711/2012 que estabelece as cotas para alunos de escola pública cuja renda per capita seja igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e o art. 3º cuja redação foi dada pela Lei nº 13.409/2016 que estabelece os demais critérios para distribuição das vagas:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. [...].

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (Brasil, 2016, art. 3º).

As vagas nos processos seletivos permitiram o acesso para jovens estudantes pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências nos Institutos Federais. Para ir além do acesso, garantindo o direito à permanência e o êxito dos estudantes cotistas, é necessário: aumento do financiamento para a gestão do sistema de ensino público, ampliação do corpo docente, incremento em recursos para assistência estudantil, projetos pedagógicos inclusivos e a expansão dos programas institucionais.

Destaca-se nos IFPE a Política de Assistência Estudantil do IFPE, que com base no PNAES, visa, entre outros aspectos, “assegurar o caráter público e gratuito da Instituição, trabalhar a inclusão educacional e social, pautada na igualdade de condições, para acesso e permanência com êxito do estudante no seu percurso educacional” (IFPE, 2012b, p. 9).

Esta política abrange diversos programas, projetos e ações que favorecem a permanência do estudante na instituição, como os Programas Técnico-Científicos (Pibic, Pibex, Monitoria, BIA, dentre outros), os Específicos (Auxílio financeiro, benefício eventual, Apoio a Visitas Técnicas, Assistência ao estudante do Proeja, dentre outros) e os Universais (Acompanhamento Biopsicossocial, Incentivo à Cultura e Arte, Incentivo ao Esporte e Lazer) (IFPE, 2012b).

Conforme já colocado, a política de assistência estudantil é essencial para a permanência dos discentes, pois a maioria deles depende dessa assistência para se manter estudando no Instituto.

O PROIFPE é um programa que se constitui em uma política institucional que visa promover formas **de acesso, permanência e êxito** aos estudantes **oriundos de escolas públicas**, apoia-se, principalmente, na função social e na missão institucional do IFPE, sendo um programa de **ação afirmativa**. Destacam-se a seguir os objetivos Gerais do PROIFPE nas

linhas de acesso, permanência e êxito IFPE (2013, p. 14):

- **linha de ação 1 – Acesso** ampliar as oportunidades ofertadas a estudantes de escolas públicas em situação de desigualdade, decorrentes de vulnerabilidade socioeconômica e pedagógica, com a finalidade de prepará-los para participarem em condições de igualdade nos processos seletivos do IFPE.
- **linha de ação 2 – Permanência** Contribuir para a permanência qualificada de cada estudante na instituição, favorecendo a diminuição da retenção e da evasão escolar nos cursos regulares oferecidos pelo IFPE.
- **linha de ação 3 – Êxito** colaborar com as demais instâncias Institucionais na perspectiva de assistir ao estudante em processos complementares a sua formação, visando sua inserção no mundo do trabalho.

O PROIFPE é um programa que se destaca devido a sua proposta pedagógica e por ser uma política de ação afirmativa que tem uma equipe gestora e executora em cada campi do IFPE e conta com o apoio das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa Extensão e a Diretoria da Assistência ao Estudante do IFPE.

O PROIFPE contribui para preparação dos jovens estudantes que desejam cursar o ensino Médio integrado. O IFPE oferece curso preparatório para os estudantes em vulnerabilidade, oriundos das escolas públicas que estão cursando o 9º ano, curso este que possibilita aos estudantes se prepararem para a seleção de ingresso nos cursos, além de conhecerem os cursos e espaços físico da instituição, receberem apoio no processo de ensino-aprendizagem dos docentes, coordenadores, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e profissionais da assistência estudantil, além de receberem todas as orientações para se inscreverem no processo seletivo.

O PROIFPE Permanência é desenvolvido por meio das ações planejadas pela equipe gestora e executora. Para que a efetivação das estratégias propostas tenham eficácia, fazem-se necessários o envolvimento e a articulação com os setores da área de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. O PROIFPE Êxito é destinado aos estudantes concludentes que estão na fase de finalização dos componentes curriculares dos cursos (últimos módulo/períodos/séries) e sua execução é proposta e executada por meio de atividades de cunho multidisciplinar, que oportunizam aos estudantes participar de cursos, oficinas, atividades complementares que contribuam na formação integral dos jovens estudantes e na sua preparação, para darem continuidade no ensino superior e adentrarem no mundo do trabalho.

A pesquisa documental foi um método investigativo que desvelou os documentos que apresentam relação com o objeto da pesquisa, que é a permanência, e destaca-se que tais

documentos são o norte para a gestão pedagógica e administrativa. No Proximo capítulo apresenta-se a fundamentação teorica sobre o fenômeno da permanência.

3 O FENÔMENO PERMANÊNCIA ESCOLAR: o que revelam os estudos acadêmicos

Assinalamos que a fundamentação teórica é fundamental na perspectiva de compreender a construção do conceito da permanência escolar como objeto de estudo na produção científica. Neste capítulo apresenta-se a produção acadêmica do Núcleo de Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE) e a metodologia do Estado da Arte que foi utilizada para mapear a produção acadêmica sobre a Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

3.1 NÚCLEO DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO (NUCLEAPE): mudança de paradigma da evasão para a permanência

O Grupo de Pesquisa NUCLEAPE surge de um Diagnóstico da Qualidade de Ensino do Proeja no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense). Após análise dos dados de sete dimensões qualitativas sobre o Proeja, percebeu-se que a dimensão permanência escolar configura um indicador estruturante da qualidade do ensino, ao qual as demais dimensões estariam atreladas.

Em dezembro de 2014, o Núcleo de Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE) é criado no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), com abordagem interinstitucional, a qual propõe a coordenação de demandas e ações integradas, assim como ações específicas para cada uma das instituições parceiras. Por parte da UENF, mediante pesquisas nos programas de Cognição e Linguagem e Políticas Sociais, e por parte do IFF, por meio da constituição de um lócus de pesquisa para intervenções e reflexões sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

O NUCLEAP investiga a permanência escolar tendo como referência a teoria de Vincent Tinto. O grupo de pesquisa traduziu 20 artigos de 2000 a 2017 para fundamentação das produções acadêmicas do núcleo. Comparato (2021) aborda os caminhos teóricos e metodológicos percorridos pelo NUCLEAPE para pensar e escrever sobre a permanência escolar enquanto objeto de pesquisa na Educação. Segundo a autora, o NUCLEAPE conduz suas atividades sob a ótica de um trabalho coletivo que caracteriza a existência de um Esquema Conceitual, Referencial e Operativo (Ecro).

Comparato (2021) realizou o levantamento da produção acadêmica no Currículo Lattes do pesquisador Gerson Tavares do Carmo, o vice-coordenador do NUCLEAPE. O

levantamento foi realizado a partir de 2015, ano em que os trabalhos do grupo iniciaram de forma sistemática, contemplando: livros publicados, dissertações e teses, além de artigos publicados em periódicos. No Quadro 4 apresenta-se a produção acadêmica do NUCLEAPE.

Quadro 4 - Produção acadêmica do NUCLEAPE (continua)

Nº	Ano	Título	Tipo
1	2016	Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva.	Livro
2	2018	Dos estudos de evasão para os da permanência e do êxito escolar: um giro paradigmático.	Livro
3	2019	Dar conta da permanência: da invisibilidade à publicitação de uma pergunta.	Livro
4	2020	O enigma da permanência na educação: incursões técnicas e metodológicas para investigação.	Livro
5	2021	A sala de aula sob outro paradigma: ensaios sobre o permanecer de alunos, com alunos e para alunos do Ensino Superior Público.	Livro
6	2016	Do Centro de Trabalho e Cultura de Recife ao Instituto Federal Fluminense: atualização da pergunta como técnica de ensino e de aprendizagem.	Tese
7	2017	Comunidades de aprendizagem na educação de jovens e adultos: estratégias discentes para a permanência e êxito escolar.	Tese
8	2014	Uma questão é o acesso, outra é a permanência escolar: um estudo do Proeja do Instituto Federal Fluminense campus Campos Guarus.	Dissertação
9	2016	Estenografado no IFFluminense: sociabilidades estudiantis no Proeja campus Campos Guarus.	Dissertação
10	2016	Relação do professor com o Proeja: interdiscursos do permanecer nessa modalidade da educação.	Dissertação
11	2017	Educação inclusiva, acesso e permanência na educação básica: um estudo de caso em escola pública de Campos dos Goytacazes/RJ.	Dissertação
12	2017	Retratos sociológicos: do fracasso iminente à permanência e êxito escolar.	Dissertação
13	2017	Direitos Humanos e o Direito à Permanência na Educação de Adolescentes em Conflito com a Lei: um estudo com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em Campos dos Goytacazes-RJ.	Dissertação
14	2017	O idoso na EJA: percepções sobre o retorno e a permanência escolar.	Dissertação
15	2017	Permanência escolar na educação a distância: características e estratégias dos cursos de licenciatura em Biologia e licenciatura em Química do Cederj/UENF.	Dissertação
16	2017	Nível de estresse e estilo de vida: relações com a permanência e o êxito escolar de estudantes do Proeja.	Dissertação

Quadro 4 - Produção acadêmica do NUCLEAPE (conclusão)

Nº	Ano	Título	Tipo
17	2017	O desafio de saber ensinar no Proeja: em busca da qualidade.	Dissertação
18	2019	Relações com o saber escolarizado no ensino superior: aproximações e distanciamentos com os conteúdos das disciplinas obrigatórias do curso de Ciências Sociais da UFF - Campos (licenciatura) e da UENF (bacharelado).	Dissertação

Fonte: Contrato (2021)

O Quadro 4 apresenta a produção acadêmica do NUCLEAPE do período de 2016 a 2022: foram 5 (cinco) livros publicados, 2 (duas) teses e 11 (onze) dissertações. As produções acadêmicas resultam da mobilização de um grupo de pessoas engajadas em torno de um campo epistemológico que tem como centro a temática da permanência na educação. As produções iniciaram tendo como foco a educação de jovens e adultos, em especial o Proeja, e os temas a partir de 2018 voltam-se mais para a análise sobre o Ensino Superior, debruçando-se com maior força em 2020, com novos trabalhos que direcionam a análise compreensiva do universo da sala de aula, com maior foco nas relações estudantis.

Como o objeto da presente pesquisa é a permanência, o NUCLEAPE contribuiu para ampliar a reflexão sobre a temática, ao traduzir as produções acadêmicas de Vicent Tinto, destacando três pistas cruciais para que o estudante permaneça na Instituição.

A primeira pista é a centralidade da sala de aula, idealmente, os alunos precisam vivenciar experiências significativas no processo de aprendizagem, que devem ser planejadas e executadas como uma tarefa conjunta de todos os agentes institucionais. A segunda pista é o suporte necessário ao aluno ao longo de seu primeiro ano crítico de estudos, quando ele ainda precisa adaptar-se às mudanças, por vezes bruscas, tanto no âmbito acadêmico, quanto no âmbito das relações interpessoais dentro da instituição. A terceira pista é o envolvimento do aluno com a instituição de ensino e, mais do que isso, o envolvimento do aluno com o processo de aprendizagem, pois, sem que haja um envolvimento real entre o estudante e o contexto em que ele se insere, não é possível a existência de um ambiente propício à aprendizagem e ao seu crescimento não só acadêmico, mas, mais do que isso, ao seu crescimento como cidadão (Carmo; Manhaes; Cola, 2018, p. 61).

A sala de aula é o espaço pedagógico onde os estudantes têm acesso ao conhecimento, à integração com os outros estudantes e professores. Para que permaneçam, os estudantes devem se sentir pertencentes à instituição, posto que é na sala de aula que a aprendizagem significativa acontece e se amplia, mediante as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A segunda pista retrata a importância dos recursos materiais e humanos que devem ser utilizados para acompanhar toda a trajetória do estudante. Os estudantes que estão no primeiro ano do ensino médio precisam de maior acompanhamento, já que é o período de adaptação e

aqueles que ingressam pelo sistema de cotas trazem uma especificidade devido à vulnerabilidade e déficit de aprendizagem.

A terceira pista para permanência é o envolvimento e compromisso do estudante com a Instituição e formação integral. Nessa etapa, o estudante já tem pertencimento e participa não só na sala de aula, mas em todos os espaços pedagógicos de atividades de Ensino, pesquisa e extensão.

O levantamento realizado por Catarato (2021) possibilitou conhecer as publicações do NUCLEAPE sobre o fenômeno da Permanência e as três pistas apresentadas pelos autores Carmo; Manhaes; Cola (2018), contribui com a mudança de paradgmas do fenômeno da evasão para o fenômeno da permanência, pois na evasão busca-se os motivos da saída dos estudantes sem êxito e na permanência é possível modificar a cultura do fracasso para a do sucesso já que no espaço da sala de aula, o processo de ensino acontece, o conhecimento é construído as relações interpessoais entre professores e estudantes, estudantes e estudante interferem ou ajudam para que os estudantes tenham pertencimento ao curso, instituição.

A complexibilidade da permanência escolar acompanha todo o curso, já que a motivação é intrínseca ao sujeito e cabe a instituição disponibilizar recursos materiais e humanos que devem ser utilizados para acompanhar toda a trajetória do estudante, destaca-se que os estudantes não são sujeitos passíveis e que na sua trajetória acadêmica ele deve utilizar todos os recursos que a instituição oferece para conseguir ultrapassar as barreiras que possam existir, cabe ao estudante acreditar no seu pontencial procurando participar das atividades de ensino, pesquisa e extensão preparando-se para o futuro no mundo acadêmico e profissional.

Na próxima seção apresenta-se a pesquisa bibliográfica com o estado da Arte da produção científica sobre permanência escolar no Ensino Médio Integrado (EMI) à EPT.

3.2 ESTADO DA ARTE SOBRE A PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta seção apresenta-se a revisão bibliográfica, a metodologia utilizada para mapear a produção científica sobre a permanência escolar no ensino médio integrado à EPT e o Estado da Arte. Para Messina (1998, p. 01), consoante delineamento do objetivo do trabalho, “um estado da arte é um mapa que permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios”. O objetivo dessa metodologia é:

Responder que aspectos dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em

diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p. 257).

Antes de iniciar a revisão da literatura, foi necessário se ter clareza do objetivo e do percurso metodológico a ser percorrido. Para atender o objetivo da pesquisa, trabalhou-se um universo de estudos produzidos na interface em questão, seguindo os dois procedimentos indicados por Romanowski (2002, p.15-160e): a definição dos descritores e a localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações. Na Figura 2 a seguir, apresenta-se o universo da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Com o universo da pesquisa estabelecido, conforme a Figura 2, o Estado da Arte mapeou a produção que abordasse no título: resumo e palavras-chave, Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado da Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais.

Para realizar o mapeamento das pesquisas, recorreu-se a dois bancos de dados de pesquisas, teses e dissertações, sendo eles: Banco de Teses e Dissertações da Capes\Sucupira e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), tendo por critério os seguintes descritores: Permanência Escolar, Educação Profissional, Ensino Médio Integrado e Cotas.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encontraram-se, até março de 2023, 81 produções acadêmicas, sendo 60 dissertações e 21 teses. Excluíram-se os trabalhos utilizando os seguintes critérios: os

que abordavam Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Ensino Médio, Sistema S, ficando 18 trabalhos, sendo 1 dissertação de Mestrado Profissional, 13 dissertações de Mestrado Acadêmico e 4 teses, publicadas entre 2012 e 2023.

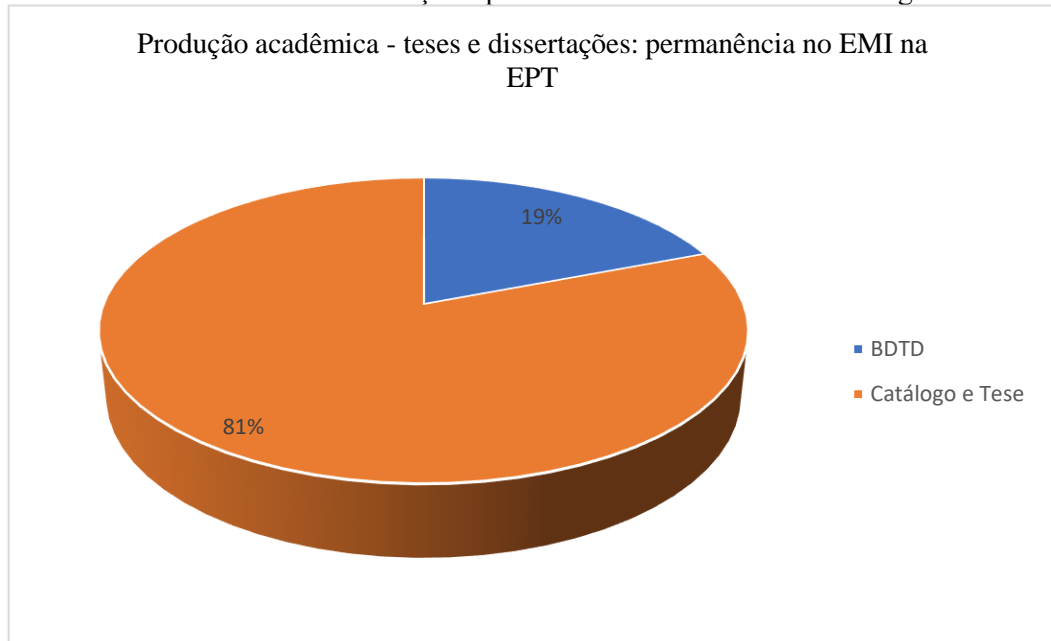
No Banco de Teses e Dissertações da Capes\Sucupira obteve-se o resultado de 170 trabalhos catalogados, sendo: 18 teses, 59 dissertações de Mestrado Acadêmico e 96 de Mestrado Profissional. Após esta seleção, realizou-se a leitura, análise inicial dos resumos dos trabalhos, para construir uma revisão da literatura, destacando os que mais se aproximavam da temática permanência escolar no EMI à EPT. Excluíram-se 37 trabalhos utilizando os seguintes critérios: os que abordavam Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Ensino Médio, Sistema S escolar, ficando 76 trabalhos, sendo 1 teses, 16 dissertações de Mestrado Acadêmico e 59 dissertações de Mestrado Profissional.

Para a organização das produções, após localizadas e selecionadas, foi elaborado um banco de dados eletrônico, denominado de levantamento bibliográfico panorâmico. A planilha foi composta por: referência bibliográfica, autor principal, palavras-chave, objetivo geral, abordagem, tipo de publicação, grande área do conhecimento, programa de pós-graduação, instituição de origem, região, ano de publicação, título da publicação, *link* da página de acesso. Os 94 trabalhos acadêmicos foram analisados e serão apresentados no próximo tópico.

3.2.1 Apresentação das produções acadêmicas do estado da arte da permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

O estado da arte foi realizado em março de 2022 e atualizado em março de 2023. Os trabalhos selecionados para a análise foram 94, sendo 76 do Banco de Teses e Dissertações da Capes\Sucupira e 18 da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A distribuição desses 94 trabalhos por ano, por estado da Federação, por Região e por Instituição pode ser verificada nos Gráfico 5 a seguir.

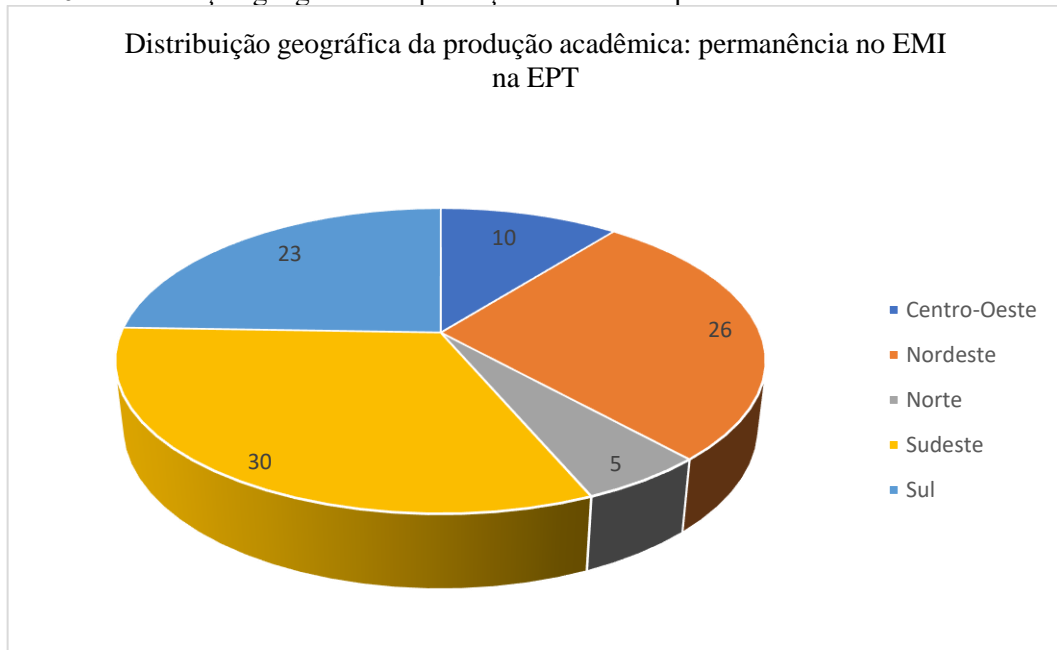
Gráfico 5 - Teses e dissertações: permanência no Ensino Médio Integrado



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

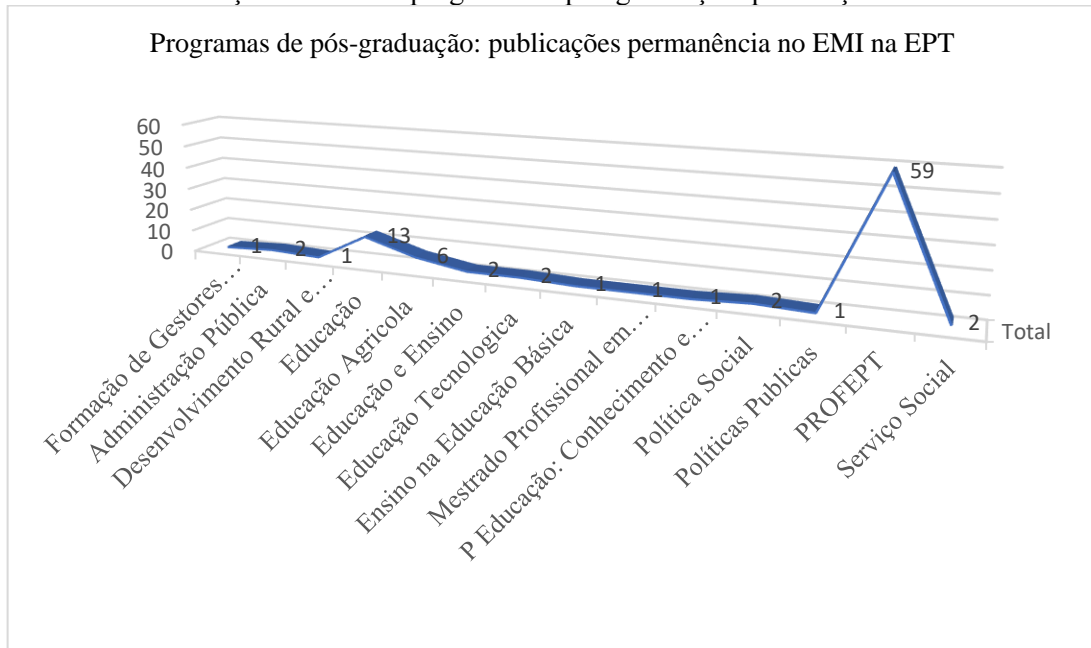
No Gráfico 5 apresentam-se as produções acadêmicas de permanência escolar no EMI à EPT que foram encontradas no Estado da Arte, sendo que: na BDTD foram encontradas 19% das publicações, correspondendo a 18 produções acadêmicas, 4 Teses e 14 dissertações; no Catálogo e Tese foram encontradas 81% das publicações, correspondendo a 76 produções acadêmicas, sendo 1 tese e 75 dissertações.

Gráfico 6 - Distribuição geográfica da produção acadêmica: permanência escolar no EMI na EPT



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Gráfico 8 - Produção acadêmica programa de pós-graduação: publicações no EMI na EPT



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observa-se no Gráfico 8 que 14 programas de Pós-graduação abordaram o tema permanência no Ensino Médio Integrado sendo que: o Mestrado Profissional ProfEPT se destaca por apresentar 59 dissertações, seguido pelo Mestrado em Educação, com 13, e o mestrado em Educação Agrícola, com 6.

No estado da arte sobre permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, encontraram-se 94 publicações acadêmicas, sendo 5 teses e 89 dissertações, distribuídas entre 24 (vinte e quatro) instituições que publicaram no período de 2011 a 2023.

No estado da arte utilizou-se a análise de conteúdo. A fase da pré-análise foi muito importante, após a leitura flutuante, selecionou e organizaram-se os documentos, esse material foi submetido à análise. Na exploração do material, as 94 publicações foram agrupadas por unidades de análise temática similares. Para melhor visualização e compreensão, foi elaborado o Quadro 5, com as Categoria da Produção Acadêmica BTDT e Catálogo de Tese.

Quadro 5 - Categoria da produção acadêmica BTDT e Catálogo de Tese

Categorias 1	Subcategorias	Autores/Ano
Estratégias para Permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica	1- Permanência como possibilidade de intervenção para a evasão no EMI EPT	Rosales (2019); Feitosa (2020); Souza (2020); Alvarez (2021); Oliveira (2021).
	2- Fenômeno da Permanência no EMI à EPT	Pereira (2016); Matos (2018); Souza (2019); Milliorin (2018); Costa (2020).
	3 Permanência Êxito EMI na EPT	Zibenberg (2016); Almeida (2019); Souza (2019); Ribeiro (2019); Duarte (2019); Ribeiro (2020); Sá (2020); Almirante (2020).
Categorias 2	Subcategorias 2	Autoras Ano
Políticas Educacionais para Permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica	2.1 Permanência e a Lei de Cotas para Grupos Específicos	
	Política de Cotas	Pieroni (2016); Rateke (2018); Kostrycki (2020); Barth (2021); Santos (2021); Rodrigues (2021).
	Cota para Estudante da Zona Rural	Oliveira (2020).
	Cota para estudante Negro	Nascimento (2017); Mendes (2019); Zibenberg (2019).
	Cota para estudante Quilombola	Marcelino (2018); Bezerra (2019).
	Cota para estudante Indígena	Estevão (2021).
	Cota para estudante com deficiência	Lobão (2019); Silva (2020); Sommer (2020); Ferreira (2021); Oliveira (2021).
	2.2 Permanência e a Política e Programas da Assistência Estudantil	
	Faria (2012); Silva (2014); Macedo (2015); Oliveira (2015); Carlos (2017); Lima (2017); Moura (2017); Santos (2017); Silva (2017); Leite (2018); Sales (2018); Silva (2018); Santos (2019); Souza (2019); Resende (2019); Trindade (2019); Vicente (2019); Finger (2020); Martins (2020); Noberto (2020) Medeiros (2020); Moraes (2020); Oliveira (2020); Antunes (2021); Bettoni (2021); Góis (2020); Holanda (2021); Lima (2021); Lopes (2021), MoUreira (2021) Marchesan (2021) Rocha (2021); Santos (2021); Silva (2021) Silva (2021); Moreira (2021); Oliveira (2022); Brito (2023).	

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseado no Catálogo de Tese Sucupira e na BDT

No Quadro 5, as produções acadêmicas foram distribuídas em duas categorias de análise sendo:

- Categoria 1- Estratégias para Permanência no EMI à EPT que foi dividida em três subcategorias. Na Subcategoria 1- Permanência como Possibilidade de Intervenção para a Evasão no EMI EPT, os autores analisaram os motivos da evasão com a intenção tanto de compreender os fatores que levam estudantes a se evadirem, e apresentaram sugestões com possíveis estratégias de permanência dos discentes mediante a apresentação de um produto educacional, como no das dissertações do

Mestrado ProfEPT; na Subcategoria 2- Do Fenômeno da Permanência no EMI à EPT, os autores abordaram a permanência dos estudantes do Ensino Médio Integrado; e na Subcategoria 3- Permanência e êxito no EMI da EPT, os autores relacionaram a permanência com a conclusão do curso que seria o êxito obtido pelos estudante.

- Categoria 2- Políticas Educacionais para Permanência no EMI à EPT, que foi dividida em duas subcategorias: Subcategoria 1- Permanência e a Lei de Cotas para Grupos Específicos; e Subcategoria 2- Permanência e a Política da Assistência Estudantil. Na Subcategoria 2- Categorias Permanência e a Política e Programas de Assistência Estudantil, estes estudos têm como abordagem as ações afirmativas para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, em especial os que participam dos programas da Assistência estudantil.

Verifica-se que 33 (trinta e três) autores abordam a Assistência Estudantil, porém um achado da pesquisa é que mesmo com a Política e Programas da Assistência Estudantil, os autores abordaram fatores que devem ser reformulados e ações para melhorar a permanência. Diante do exposto, realizamos uma síntese como um programa que contribui para a permanência dos estudantes que estão em vulnerabilidade socioeconômica.

Para atender ao objetivo da pesquisa, realizou-se um movimento analítico da produção acadêmica dos autores que fazem parte da subcategoria 1- Permanência e a Lei de Cotas para Grupos Específicos, que será abordada na próxima seção.

Destacamos as produções que abordam a Permanência e a Lei de Cotas para Grupos Específicos foram 19, cujos estudos tratam especificamente dos estudantes negros, quilombolas, indígenas e com deficiência. As ações afirmativas foram abordadas como políticas de reparação histórica das desigualdades que incidem sobre determinados grupos, coletivos sociais, étnicos, de nacionalidade, gênero. Os autores apontaram que o avanço da política afirmativa está na ampliação das oportunidades educacionais, mobilidade social, mudança comportamental, cultural e estrutural na sociedade e devem reverter um processo histórico de discriminação.

Evidenciamos nos estudos de Pieroni (2016) a Lei de Cotas refletindo sobre o desempenho acadêmico dos estudantes concluintes cotistas e não cotistas. A autora observou que os resultados acadêmicos dos estudantes cotistas e não cotistas são semelhantes e que os recursos da assistência estudantil contribuem para a permanência dos dois grupos de estudantes pesquisados.

Para Rateke (2018) em sua tese de doutoramento analisou o acesso e a permanência de jovens estudantes da classe trabalhadora na Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica, por meio da implementação da Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. A pesquisa comprovou a hipótese de que a ampliação do acesso por meio do sistema de cotas, se não vem acompanhada de um projeto educativo voltado à classe trabalhadora, compromete o aproveitamento e a permanência do estudante cotista, na medida em que mantém intocável o projeto de escola unilateral nas dependências do capital-Estado, voltado ao mercado de trabalho. O autor destaca que a cota se mostrou pela pesquisa como necessária e capaz de ampliar a entrada dos segmentos mais “marginalizados” da classe trabalhadora aos cursos de EMI, mas, da mesma forma que a cota possibilitou o acesso como inclusão, essa mesma instituição de ensino exclui durante a permanência desse estudante, pois a escola não mudou, ou não luta contra a dualidade instalada. A situação de crise que vivemos hoje é determinante para que essa mudança ocorra. Cabe aos que rejeitam a sociabilidade do capital continuar lutando para a promoção de outro projeto formativo ou de outra escola que não esteja destituída de seu papel formador e emancipador, em que não se tenha sonogado o direito à cultura, à arte, à sociologia, à filosofia, isto é, à formação omnilateral.

Nos estudos de Santos (2021), ganha destaque a reflexão sobre o acesso à educação na sociedade brasileira, especialmente para pretos e pardos. Além disso, refletiu sobre a origem das ações afirmativas, os desafios, críticas e sua institucionalização enquanto política pública. Verificaram-se os impactos e contribuições da Lei 12.711/12 para o ingresso de pretos e pardos nos cursos técnicos integrados ao médio no IFNMG, *Campus Salinas*.

Rodrigues (2021) pesquisou a implantação de um sistema de cotas para ingresso nas instituições federais de ensino, acompanhado de mecanismos que contribuíram para a permanência do aluno cotista, trazendo a perspectiva de tentar contribuir na consolidação do princípio da igualdade de oportunidades para todos.

Nos estudos de Barth (2021) ganhou relevância conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos alunos egressos que ingressaram pelo Sistema de Cotas em uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, papel relevante dos auxílios financeiros recebidos e do essencial apoio dos professores para que a caminhada fosse concluída com sucesso. Observou-se uma necessidade de interação crescente com os alunos recém-chegados, a fim de acolhê-los e orientá-los, assim como o apoio da família e da instituição que foi determinante na persistência para concluir o curso com êxito.

Para Oliveira (2020), ao conhecer o desenvolvimento do percurso escolar dos estudantes da cota rural, em comparação aos demais estudantes, observou que os resultados constatam que as vulnerabilidades educacionais percebidas nos estudantes da zona rural anteriormente ao ingresso no curso reproduzem-se no interior dele, uma vez que eles evadem e

reprovam mais, integralizam menos e apresentam desempenho acadêmico inferior, estigmatizando e excluindo os que mais necessitam de educação pública, gratuita e de qualidade. Esses resultados apontam para a urgente adoção de políticas públicas educacionais que não apenas favoreçam o acesso, mas também garantam a permanência dos estudantes que o próprio Estado reconhece como merecedores de especial atenção ao adotar sistema de cotas para inclusão nas instituições educacionais.

A pesquisa de Nascimento (2017) objetivou contribuir para o entendimento de quais são as estratégias que o aluno cotista negro dos cursos técnicos de nível médio do Cefet-MG, em fase de conclusão, tem adotado para permanecer na escola até o fim do seu curso e poder viabilizar os projetos inerentes ao seu futuro profissional. Os resultados da pesquisa apontaram que suas estratégias de permanência se relacionam, principalmente, com a assistência estudantil por meio dos programas de bolsa e do uso do restaurante com tarifa subsidiada; a dedicação aos estudos; e o apoio da família. Os demais serviços de apoio disponíveis ao aluno são menos explorados, mas também são utilizados como estratégia de permanência, como as monitorias de estudo, o atendimento psicossocial e os grupos de pesquisas e de debates acerca das temáticas ligadas à juventude. Ademais, em relação ao projeto de futuro profissional, percebeu-se que, em geral, o jovem tem confiança em se inserir no mercado de trabalho após a sua formação. Todavia, para ele essa inserção não é uma garantia de independência financeira, indicando que mesmo após adulto e já trabalhando, há uma tendência de que ele se abrigue por mais tempo sob a dependência dos pais.

Nos estudos de Mendes (2019) analisou o processo de acesso, permanência e êxito dos estudantes negros do IFS *Campus* Aracaju. O resultado da pesquisa apontou a necessidade de maior aprofundamento e avanço dos Ifs nas discussões e ações em torno da questão étnico-racial, e a reflexão das bases teóricas e metodológicas e a reinterpretação sobre a questão étnico-racial na sua relação com as ações afirmativas e assistência estudantil. É importante que a instituição entenda a importância da centralidade de se considerar a questão étnico-racial não somente na intencionalidade documental, mas nas práticas institucionais cotidianas, quer seja na elaboração das políticas, ações educativas e fazer em sala de aula.

Evidenciamos em Zibenberg (2019) em sua tese compreender a incorporação do êxito escolar mediante a formação dos hábitos estudantis para estudantes negros concluintes do IFS *Campus* Aracaju. O resultado apontou que os egressos concluíram seus cursos a partir da incorporação e da atualização de seus habitus, os quais, apesar de apresentarem algumas disposições sociais recorrentes, se mostraram heterogêneos entre si. A viabilização do êxito escolar se constitui a partir de uma pluralidade de habitus estudantis, foram identificados os

quadros de socialização que influenciaram a constituição das disposições sociais correlatas ao êxito escolar, sendo que as redes de interdependência da família, da escola de Ensino Fundamental e do *Campus Restinga* se apresentaram com os principais contextos de socialização.

Para Marcelino (2018) analisou o acesso de estudantes quilombolas ao Ensino Médio Integrado. A análise dos dados extraídos na pesquisa indica o esforço institucional para a efetivação da interiorização e inclusão social na escola das populações mais vulneráveis. As políticas de assistência estudantil de acesso e permanência precisam também incluir ações em que se possibilite a formação política de estudantes do Ensino Fundamental e de seus pais, no sentido de pensar em uma postura política acerca da valorização da educação nas comunidades. Uma possibilidade que poderia ser discutida seria uma oferta específica do Proitec para comunidades quilombolas e indígenas.

Nos estudos de Bezerra (2019) busca compreender os impactos causados por esta Ação Afirmativa de Cotas Étnico-raciais na efetivação do acesso da população Quilombola do Castainho aos cursos regulares ofertados pelo IFPE – *Campus Garanhuns*, além de desenvolver dois produtos educacionais (uma intervenção temática e um vídeo de curta-metragem), com o intuito de aproximar os Institutos Federais (Ifs) de populações remanescentes quilombolas e dar visibilidade à trajetória de vida desses estudantes. Como resultado principal, obteve-se a constatação de que apenas a Lei de Cotas não é suficiente para incluir de fato a população quilombola nas Instituições Federais de Ensino. A autora ratifica a importância de articular a essa política uma série de outras políticas de promoção da igualdade racial para haver a participação de quilombolas nesses espaços privilegiados de saber.

Estevão (2021), em pesquisa na qual teve como objetivo geral analisar o processo de inclusão de estudantes indígenas no IFRO Campus Guajará-Mirim, descreveu mais as dificuldades relatadas pelos estudantes indígenas para a permanência e êxito nos estudos, que são diversas: saudade da família e da comunidade, dificuldades de adaptação ao espaço urbano, medo da violência urbana, dificuldades financeiras, doenças, doenças na família, barreira linguística e dificuldades de compreensão de disciplinas específicas.

Lobão (2019) analisou a concepção de educação inclusiva e seus indicadores desafiantes e facilitadores, vivenciados pela equipe multiprofissional e estudantes acompanhados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) no percurso do acesso, permanência e êxito do curso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)/*Campus Aracaju*. Os elementos facilitadores apontaram questões relacionadas à garantia da oferta de reserva de vagas; à apresentação de editais, publicações e

processos seletivos adaptados; à adequação dos espaços, metodologias, posturas, sistemas e processos; à necessidade de profissionais capacitados; e à construção de relações interpessoais perpassadas pela abordagem inclusiva e empática.

Ganha destaque em Silva (2020) a análise das possibilidades de acesso e permanência da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul. O Napne exerce um trabalho e um papel de protagonista, tendo seu trabalho reconhecido tanto interna como externamente. Ações institucionais que garantem ou promovem a permanência aparecem nos discursos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, no envolvimento de professores, gestores e técnicos administrativos. Destaca-se o processo de promoção da acessibilidade; articulação entre os núcleos e departamentos da instituição e a inclusão dos alunos e alunas com deficiência. Vale ressaltar a partir da materialidade obtida que a assistência estudantil, o departamento de ensino, o serviço de orientação/supervisão, dentre outros segmentos, contribuem para o processo de inclusão. A possibilidade de mobilidade de curso funciona como uma oportunidade ou instrumento institucional que ajuda a garantir a permanência. Outra possibilidade oferecida é a adaptação curricular e processo avaliativo pensado a partir de reais possibilidades dos educandos e educandas, considerando as dificuldades e potencialidades das pessoas com deficiência. Os estudantes que participaram da nossa pesquisa consideraram que as condições de acesso para a realização da prova de seleção são de grande importância para a sua acolhida e contribuem para inserção e inclusão dos alunos no Instituto. Eles também consideraram as condições de acessibilidade no *campus* em relação à estrutura física básica, como banheiros, laboratórios, salas de aula, ambientes de socialização e auditório, como satisfatórias.

Sommer (2020) buscou conhecer, compreender e analisar os aspectos educacionais, político-pedagógicos e sociais do acesso e permanência de PCD no Ensino Médio Integrado do IFBA. Encontrou como elementos do núcleo central das representações sociais referentes ao acesso e à permanência de estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado os termos: Direito; Acessibilidade; Política; Informação; Barreiras; Formação/Capacitação. E o elemento postulado pelos autores desta pesquisa foi o termo Preconceito. Este elemento está inserido e influencia as ações, quer sejam as de acesso quanto as de permanência. Os resultados foram discutidos de acordo com duas categorias de análise: Acesso e Permanência. Na categoria de Acesso, encontram-se como facilitadores a reserva de vagas de PCD desde o ano de 2006, a oferta de atendimento diferenciado durante o processo seletivo. Os aspectos positivos citados foram: O apoio do Napne do *campus* de Barreiras aos professores, por meio de informações

acerca da deficiência dos alunos, bem como orientações das práticas pedagógicas em sala de aula. No *campus* de Salvador, o Capne auxilia os alunos em questões acadêmicas com adaptações, transcrições de materiais pedagógicos, e em demandas emocionais relacionadas ao processo de permanência na Instituição.

Encontramos nos apontamentos de Ferreira (2021), as análises dos marcos legais da Educação Inclusiva e a documentação existente nos Institutos Federais Goianos, a fim de investigar as condições de permanência, participação e aprendizagem do aluno com deficiência após o acesso no Instituto Federal de Goiás após a lei de cotas, Lei nº 13.409/2016, que alterou a Lei n.º Lei no 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio das instituições federais de ensino, é de extrema validade para as Instituições, uma vez que investiga a realidade que o aluno com deficiência encontra dentro dos IFGs após o seu acesso garantido por lei.

A pesquisa mensurou o acompanhamento que o aluno com deficiência recebe em relação à permanência e aprendizagem na sua vida escolar no IFG. Como resultado da pesquisa, foi possível produzir um produto educacional na forma de *E-book*, que contempla as adaptações curriculares, estas responsáveis pela facilitação da aprendizagem dos alunos. Foram divididas em adaptação curricular de grande e de pequeno porte e vão desde políticas públicas, espaço físico até a construção de material pedagógico para os ACDs.

Ja para Oliveira (2021) procurou investigar se as políticas de permanência estavam presentes no centro do processo educativo. Nos dados levantados, constatou-se que as políticas de permanência do IFB direcionadas aos estudantes com deficiência eram materializadas no conjunto de ações de ordem pedagógica, arquitetônica, atitudinal e programática, na promoção da acessibilidade e, conseqüentemente, na inclusão destes estudantes. Transpor as barreiras para a inclusão desses estudantes de forma que se garanta um ensino de qualidade é um grande desafio ainda a ser superado.

4 ENSINO MÉDIO INTEGRADO: desafios e perspectivas

O capítulo está estruturado em quatro seções: na primeira, apresenta-se a importância do Ensino Médio Integrado para superação da dualidade educacional, destacando a luta e contribuição de pesquisadores que afirmam que o Ensino Médio Integrado pode ser considerado um ponto de resistência, como uma forma de ensino que caminhe no sentido de, cada vez mais, recompor a compreensão da totalidade da realidade. Logo, fundamentado nas ideias defendidas por autores como Frigotto (2011), Ciavatta (2011), Kuenzer (2010), Moura (2011), Ramos (2005) e Paulo Freire que, mesmo não sendo um teórico da Educação Profissional, é um exemplo a ser seguido, devido a ser considerado o patrão da educação brasileira e ser um dos autores mais citados no mundo. Na segunda seção, aborda-se e contextualiza-se a inclusão/exclusão e o desafio para fortalecer a política de inclusão social. Na terceira seção, apresentam-se as políticas de ações afirmativas, sobretudo as cotas, que possibilitam a acessibilidade educacional às classes pobres, aos pretos, pardos e indígenas.

4.1 ENSINO MÉDIO INTEGRADO: resistência para consolidação e permanência

No Brasil, a integração entre a Formação Geral e a educação profissional partiu da ideia de buscar a superação do dualismo entre a sociedade e a educação brasileira e as lutas pela democracia nos anos 1980, logo após a elaboração do primeiro projeto da LDB, em consonância com os princípios de educação na Constituição de 1988.

A abordagem da história do Ensino Médio Integrado nos Ifs, a partir do Decreto nº 5.154/04, permitiu várias alternativas de oferta: a articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, a integração entre ambos, possibilitando aos estudantes em um mesmo curso, uma formação geral, propedêutica e uma habilitação profissional técnica.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) chamam atenção para um aspecto contraditório da implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional como uma política educacional que se propõe superar a dualidade estrutural que historicamente separou o Ensino Médio regular da Educação Profissional.

Nesse projeto, apropriando-se de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010), no sentido de compreender o fenômeno da dualidade, busca-se partir da tese de que se faz necessário assegurar uma formação básica que supere a dualidade entre cultura geral e cultura técnica, procurando estender ao ensino médio processos de trabalho que possibilitem apreender não apenas a teoria, mas também a prática dos princípios científicos, num sentido de politecnia.

Politecnia diz respeito ao “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (Saviani, 2003, p. 140). O Ensino Médio Integrado na Educação Profissional é uma conquista e um desafio, por ser gerado em tempo de crise e até hoje luta pela sua consolidação e permanência, conforme se afirma:

O ensino de nível médio brasileiro, historicamente, enfrenta muitos desafios, especialmente, no que se refere ao acesso, à permanência, à qualidade e à sua identidade (Krawczyk, 2011, n.p.).

A busca pela qualidade na educação depende do fortalecimento e efetivação do Ensino Médio Integrado, não basta estar estabelecido e defendido nos documentos norteadores do IFPE, é necessário envolvimento e compromisso de todos os agentes envolvidos. Desse modo, colocar em prática a proposta de Ensino Médio Integrado é um ideal a ser conquistado com a gestão democrática e participativa. É possível vencer os desafios para garantir o acesso à permanência e à conclusão dos cursos de ensino médio.

Segundo Araújo e Rodrigues (2012), definir as finalidades políticas e educacionais emancipadoras e assumir o compromisso com essas finalidades é a condição para que o projeto de Ensino Médio Integrado seja, de fato, concretizado. Aos educadores, em geral, cabe se debruçarem na construção desse projeto de integração a partir da leitura e interpretação crítica da realidade e da compreensão da relação existente entre as dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais, e determinarem a vida dos sujeitos na sociedade. Portanto, a integração constitui uma possibilidade e um grande desafio para se alcançar a formação humana integral.

O Projeto dos Institutos Federais pode ser considerado inédito, pois se contrapõe às concepções neoliberais, defende uma política pública com compromisso social, comprometida com o progresso socioeconômico local e regional, dialogando com outras políticas setoriais, abrindo oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora a terem uma educação de qualidade com uma formação integral, dando prioridade de atendimento à Educação Profissional Técnica de Nível Médio para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos.

Com a criação dos Institutos Federais em 2008, foi necessário atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos do IFPE, de modo a atender aos novos ordenamentos legais sobre a Educação Técnica de Nível Médio, principalmente os exarados pelo Conselho Nacional de Educação. A concepção de Ensino Médio Integrado, que norteia os cursos técnicos integrados do IFPE, apresenta-se na percepção de Ramos (2008, p. 16):

[...] como uma formação que contempla três sentidos: o sentido da *omnilateralidade*, que considera a formação “com base na integração de todas

as dimensões da vida no processo formativo”; o sentido da integração, que considera a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade”.

Segundo Ramos (2014b), a integração diz respeito a uma concepção de formação humana, que tem como base todas as dimensões indissociáveis desta, o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, no processo educativo.

Diante do encantamento e defesa por um Ensino Integrado, vem a certeza de que passamos por tempos tenebrosos para as políticas públicas devido aos desmandos dos governos neoliberais, que atendem aos interesses do mercado (lucro) e a hegemonia imposta pelo capital. Na Educação Profissional, as ameaças advindas da reforma educacional e do reordenamento dos Institutos Federais foram de encontro à lei que instituiu a Rede Federal. Esse governo tentou destruir a história de luta e conquista. A esperança resurge com a eleição de Lula, que deverá reconstruir um país e restabelecer a democracia.

Ramos (2019) faz uma análise partindo do pressuposto de que existe no Brasil um “estado de exceção”, a partir do ano de 2016, quando se processou o golpe — jurídico-parlamentar — midiático, que levou ao afastamento da então Presidenta Dilma Roussef.

Os defensores da integração – dentre os quais se destacam Ramos (2005) e Frigotto (2005), afirmam que o projeto de integração parte dos eixos estruturantes, sendo: trabalho, ciência e cultura –, possibilitando a formação *omnilateral* dos sujeitos. Entende-se por *omnilateral* uma formação que integre todas as dimensões da vida no processo formativo. Para Ramos (2005), a formação *omnilateral* é o primeiro sentido da integração, acompanhada pela indissociabilidade.

O EMI é propício para contribuir com a formação integral do estudante, se estiver sustentado pelos ideais de formação integral, *omnilateral* e politécnica. Afinal de contas, “o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para uma nova realidade” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 43).

Em busca da então articulação educação e trabalho, o Ensino Médio Integrado possui como proposta a integração do Ensino Médio e do Ensino Técnico de nível médio, assumida por meio do decreto n.º 5.154/04 (Grabowski, 2006). Assim, essa etapa:

[...] possui um significado e um desafio para além da prática disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, pois implica um compromisso de construir uma articulação e uma integração orgânica entre o trabalho como princípio educativo, a ciência como criação e recriação pela humanidade de sua natureza e cultura, como síntese de toda produção e relação dos seres humanos com seu meio. Portanto, ensino integrado implica um conjunto de categorias e práticas

educativas no espaço escolar que desenvolvam uma formação integral do sujeito trabalhador (Grabowski, 2006, p. 9).

No entanto, na esperança de contribuir na mudança de paradigmas, do fracasso escolar e abandono, para permanência com êxito, na formação integral dos estudantes cotistas do Ensino Médio Integrado à EPT, toma-se, como referência, a obra e pensamento de Paulo Freire, considerado um dos pensadores mais importantes no cenário contemporâneo mundial e reconhecido como o Patrono da Educação Brasileira, desde 2012, Lei n.º 12.612, de 13 de abril de 2012. Na educação como transformação social Paulo Freire é um exemplo a ser seguido.

Para Freire (2000, p. 53), não se transforma o mundo “sem sonhos, sem utopia ou sem projeto”. Neste sentido, pensar em um mundo melhor, é pensar em mudança social, é pensar em uma sociedade justa, inclusiva e humana, é pensar no poder e na força e intenção do ser humano.

Freire contribuiu com uma filosofia da educação, a qual é inspirada não só das abordagens clássicas decorrentes de Platão, mas também de pensadores marxistas e anticolonialistas modernos. As produções de Paulo Freire nos fazem refletir sobre o mundo, as pessoas e a vida e acreditar que a educação pode transformar as pessoas e, nesse tempo de crise mundial, a cultura de paz é essencial para transformar as pessoas e as pessoas transformarem o mundo por meio da educação.

4.2 CONTEXTUALIZANDO A COMPLEXIBILIDADE DA EXCLUSÃO/ INCLUSÃO

O Brasil é um país com uma dívida histórica com grupos que durante décadas foram excluídos, ficando à margem da sociedade. A exclusão é um tema da atualidade usado hegemonicamente em todas as áreas do conhecimento. Não é possível descrever nesta pesquisa inclusão na educação sem compreender a nuance das dimensões da exclusão. A psicóloga social Bader Sawaia, ao escrever a introdução “inclusão e exclusão perversa” no livro “As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social”, elegeu como objetivo:

[...] abordar a exclusão social sobre a perspectiva ético-psicossociológica para analisá-la como processo complexo, que não é, em si, nem objetivo, individual, nem coletivo, racional nem emocional. É processo sócio-histórico que se configura pelo recalçamento de todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações (Sawaia, 2001, p. 8).

A complexibilidade da exclusão como processo sócio-histórico, infelizmente, acompanha a vida individual, coletiva, histórica e social da humanidade, seja por reproduzir a exclusão ou pela luta constante e compromisso social de um pequeno grupo que deseja, sonha

e tem a utopia de um projeto de sociedade ética, justa, solidária, humana, igualitária em que seja concretizada a inclusão com respeito à diversidade.

A exclusão social é um fenômeno que vem sendo estudado e abordado mundialmente. Segundo Wanderley:

Tema presente na mídia, no discurso político e nos planos e programas governamentais, a noção de exclusão social tornou-se familiar no cotidiano das mais diferentes sociedades. Não é apenas um fenômeno que atinge os países pobres. Ao contrário, ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho, seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida (Wanderley, 2001, p. 16).

A exclusão está enraizada na história da humanidade e faz parte dos discursos políticos, da ideologia de classe, ou seja, a violência da exclusão atinge diretamente os mais vulneráveis e reproduz a desigualdade econômica, social, prejudicando a qualidade de vida do ser humano.

Devido à multidimensionalidade do conceito de exclusão, destaca-se o conceito de Sawaia (2001), em que a exclusão é um conceito que permite usar diversos repertórios, desde a concepção de desigualdade, como sendo resultante de uma deficiência ou inadaptação individual à falta de algo, até mesmo como condição de uma injustiça social. Conforme a autora, a sociedade exclui para incluir. Essa é uma dialética da própria sociedade.

A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (Sawaia, 2001, p. 8).

Verifica-se como é contraditório o processo de inclusão na sociedade, a falsa ilusão da inclusão, já que, como afirma a autora, a maioria está inserida, mas com insuficiência e privações econômicas. A dialética inclusão/exclusão demonstra que essa noção deve ser compreendida tanto como um processo que pode estar em constante movimento – o indivíduo/grupo pode ser excluído em um fator e incluído em outro –, quanto estando relacionada com os modos de sociabilidade e valores sociais (Sawaia, 2001).

O grande desafio no Brasil nas últimas décadas é não perder os direitos sociais previstos na legislação brasileira que foram frutos de lutas sociais e que se consolidou nas constituições que preveem o Estado de Bem-estar Social ou Estado Constitucional. Diante da pobreza e exclusão no Brasil, destaca Sawaia (2001, p. 8).

Pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade persistentes em nosso país -

convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os "excluídos" e os "incluídos", de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos. O Estado de Bem-Estar (que no Brasil já foi muito bem apelidado de Estado de Mal Estar) não tem mais condições de assegurar esses direitos. Acresça-se a isso tudo, a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado.

A política neoliberal contribui para exclusão e pobreza e diminui a ação social do Estado. A pandemia agravou a situação do Brasil. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa Alimentar (Rede PENSSAN), naquele período, chegamos a 125,2 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, (correspondendo a 58,7% da população), 33,1 milhões em estado de fome, cerca de 15,5% da população brasileira. Esses números representam o retrocesso do País ao quadro vivido nos anos 1990. A fome no Brasil é estrutural e histórica, está diretamente ligada à desigualdade social profunda, altas taxas de inflação, ausência de políticas públicas de longo prazo. São múltiplas as causas que levam um indivíduo à vulnerabilidade social e, em casos mais graves, a sua exclusão social.

Diante da crise instaurada no mundo no período de pandemia, o Brasil teve um governo marcado pelo contrassenso autoritário, negacionista, descaso e incompetência para gerir a crise econômica, social e de saúde do País, baseado na cultura do ódio, não respeitando a democracia e não sendo capaz do diálogo devido a sua autossuficiência, corroborando com o que diz Freire (1986, p. 80):

Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros 'isto', em quem não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são 'essa gente', ou são 'nativos inferiores'? Como posso dialogar com se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sina de sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar com se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro e definho? A autossuficiência é incompatível com o diálogo.

Passados cinquenta e cinco anos da Pedagogia do Oprimido (Freire, 1968), podemos reafirmar que, diante da conjuntura vigente marcada pela destituição de direitos sociais historicamente conquistados e por ataques à liberdade de ensinar e aprender, nunca a filosofia educacional proposta por Paulo Freire esteve tão atual, e é nesta filosofia que esta pesquisa se insere, por acreditar que emancipação, ou humanização, como conceitua Freire (1987), não acontece na consciência, mas no diálogo. É no diálogo, no encontro entre iguais que se problematiza o mundo, que a consciência se constrói.

O diálogo é a essência da emancipação humana, é sempre uma relação de iguais mediatizados pelo mundo. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (Freire, 1987, p.78).

Quando se acredita que é possível transformar o mundo e o diálogo contribui tanto para a humanização do homem quanto para a construção de um mundo melhor, estamos próximos da ideia freiriana que nos tira da ingenuidade, mas conserva a simplicidade, afetividade, amorosidade, respeito.

Os ensinamentos de Paulo Freire sobre os ideais de uma educação libertadora, dialógica e democrática fundamentam os pressupostos e bases teóricas da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica. Freire não foi o teórico da Educação Profissional, mas é referência mundial para todas as áreas de educação, mediante a sua história de vida, os seus ideais que são propagados por meio dos registros dos seus tantos livros, e das vozes e práticas dos educadores libertadores que, incansavelmente, fazem da educação a mola principal para a transformação dos homens e sociedade.

A obra pedagógica de Paulo Freire canaliza seus princípios, conceitos e práxis para uma educação contra-hegemônica, pois ele sempre foi a favor da classe popular e lutou contra os interesses dominantes, a partir de uma educação libertadora para a qual aceitar, respeitar e conviver com a diferença requer romper com todas as formas de preconceito. Segundo Freire (2011, p. 59):

[...] o preconceito de classe social, gênero ou etnia, afirma o seguinte: Que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assume como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas, ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados.

Para combater os preconceitos, seja de classe, de gênero ou etnia, se faz necessário fortalecer a política de inclusão social, que é uma política pública com o propósito reduzir as desigualdades sociais que, ao longo dos séculos, predominam em nossa história, discriminando vários segmentos da sociedade. Na próxima seção, abordam-se as ações afirmativas, que podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso à educação.

4.3 POLÍTICA AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO

A Política Afirmativa é oriunda de todo um contexto histórico de luta do Movimento Negro. A perspectiva do movimento negro, no contexto das políticas de ações afirmativas, emprega o termo raça com a intenção de introduzir uma ressignificação política. Segundo Guimarães (1999), essa ressignificação se faz necessária, uma vez que raça ainda é a noção utilizada frequentemente nas relações sociais, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, etc., influenciam, interferem e, por vezes, até mesmo determinam o destino e o lugar social de determinados sujeitos no interior da sociedade brasileira. De acordo com Guimarães (1999, p. 9):

‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.

Mesmo não concordando com o conceito de raça, a autora ratifica que ele retrata uma realidade social plena, e não só o fenótipo da cor da pele, do cabelo, entre outros atributos.

O racismo persiste durante séculos independentemente da classe. Mesmo na classe média, os negros sofrem a discriminação nas corriqueiras interações cotidianas, além de enfrentarem constante ceticismo e dúvidas sobre sua posição.

A raça é um fator marcante para a exclusão social, criando uma estrutura de classes na qual os negros são mantidos nos níveis mais baixos. A classe e a raça tornam-se, então, significantes [signifiers] de status fundamentais em uma sociedade com consciência de status. Hierarquias raciais ou de classe estão codificadas em regras informais de interação social e são consideradas naturais. Nelas o status de uma pessoa ou sua posição na hierarquia garantem maiores direitos e privilégios. Ambos os fatores claramente limitam a mobilidade e a aceitação social. Raça e classe social, juntas, têm o poder de prejudicá-las severamente (Telles, 2004, p.183).

Entretanto, raça e classe social ainda são fatores determinantes para mobilidade social dos negros. Para reparação à dívida histórica da população negra que sofre com exclusão, preconceito social e econômico, foi necessária muita luta dos movimentos negros por ações afirmativas. De acordo com Guimarães (2012, p. 113), no campo das políticas públicas o combate ao racismo, preconceito de cor e a desigualdade racial está marcado pela luta por ações afirmativas: política de promoção do acesso/permanência à educação, emprego e serviços

sociais que garantam maior igualdade de oportunidades de vida para membros de grupos estigmatizados e sujeitos a preconceitos e discriminações.

Durante séculos, os direitos sociais foram negados aos negros, fazendo com que estes ficassem à margem da sociedade. Bayma (2012, p. 338) identifica que “a falta de preparo de negros está associada às precárias condições econômicas e à qualidade do ensino básico público, um reflexo da vida desfavorecida socioeconômica, política e culturalmente desde a escravidão”.

A luta do movimento negro só foi iniciada, pois até nas ações afirmativas o critério mais considerado é socioeconômico. “A preferência pelas ações afirmativas sociais é, possivelmente, a expressão da resistência em admitir a modalidade das ações afirmativas raciais, ainda na defesa da ideia de “democracia racial” (Daflon *et al.*, 2013, p. 310).

No final da década de 1990, intensificado o debate, para o sistema público educacional, as cotas representam uma forma de ação afirmativa para estudantes negros de baixa renda e provenientes de escolas públicas com maiores possibilidades acessar a educação pública federal e estadual de qualidade (ensino superior ou ensino técnico de nível médio), ampliando a chance de tornarem-se profissionais da classe média.

A implementação da política de cotas é oriunda de todo um contexto histórico de luta do Movimento Negro. No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), foi sancionada e implementada a Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção da reserva de vagas sociais e raciais para o ingresso em todas as universidades públicas federais e em todos os institutos federais, sendo mais tarde alterada pela Lei n.º 13.409/2016.

As Ações Afirmativas fazem parte de um conjunto de Políticas Públicas estabelecidas para diminuir as desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade brasileira.

A Lei de Cotas dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelecendo que 50% das vagas sejam destinadas aos alunos egressos da rede pública de ensino. Nesse grupo, incluindo os pretos, precisa-se ampliar o debate sobre cotas no âmbito da sociedade, de modo que a informação alcance o público-alvo.

A Lei n.º 12.711/2012 é sancionada, ampliando o vasto debate sobre a desigualdade de inserção entre estudantes não-brancos e brancos e/ou entre os de escolas públicas e particulares no ensino superior e técnico.

A adoção de políticas de ações afirmativas, sobretudo as cotas, vem mudando o quadro de acessibilidade educacional brasileira, no sentido de permitir às classes pobres, aos pretos, pardos e indígenas, entre outros segmentos, o acesso à educação pública nos mais variados

níveis. Porém, o quadro de desigualdade racial na educação entre brancos e pretos ainda é discrepante no País. Segundo Eyng e Pacievitch (2015, p.13483), a educação, entendida como direito por meio do qual outros direitos podem ser conquistados e/ou garantidos, ainda não se efetivou. As políticas sociais que objetivam a garantia do direito ao acesso e à permanência, por mais efetivas que sejam, não garantem que a educação oferecida tenha qualidade (Eyng; Pacievitch, 2015, p. 13483).

O Brasil tem um grande desafio, que é garantir os direitos sociais e sair da crise instaurada e agravada na última década, a minoria continua sendo excluída e a violência se amplia principalmente para as pessoas negras. Observa-se que a implementação de legislações e políticas públicas, para combater o racismo apesar de beneficiar esse grupo, não é suficiente para sanar suas necessidades. Isso porque a falta de integralidade se dá por meio da marginalização imposta pela sociedade e da prática do racismo institucional de forma velada.

As escolas podem e devem ser o espaço da democracia, cidadania, respeito e luta, a educação de qualidade deve fazer a sua parte na construção do conhecimento sistematizado, mas não deve alienar o ser humano, deve ser inclusiva, plural, respeitar as individualidade e a diversidade ser

A escola tem a o seu compromisso, sua especificidade no ato de educar. De acordo com Paulo Freire, “[...] se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa” (2011, p. 22).

5 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado o percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos propostos para a pesquisa. Para melhor organização, houve a divisão nos seguintes subtópicos: tipo de pesquisa, ambiente da pesquisa, amostra da pesquisa, delimitação da amostra, procedimentos para a coleta e a análise dos dados, plano de desenvolvimento do produto educacional e, por fim, os procedimentos éticos.

Desta maneira, apresenta-se a metodologia como a direção do pensamento e a prática exercida para abordar a realidade investigada. Nas palavras de Minayo (2009, p. 14), a metodologia traz “simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”.

Por se tratar de uma pesquisa social, situada no campo da educação, se fez necessário o conhecimento da realidade. Na opinião de Pedro Goergen (1981, p. 65), “a pesquisa nas Ciências Sociais não pode excluir o contexto conceitual, histórico e social que forma o horizonte mais amplo, dentro do qual as pesquisas isoladas obtêm seu sentido”.

5.1 TIPO DE PESQUISA

Pela problematização e objetivos propostos delineados, este trabalho possui abordagem qualitativa, a partir da análise subjetiva do problema. De acordo com Rodrigues (2006), essa abordagem é utilizada para investigar problemas os quais os procedimentos estatísticos não conseguem alcançá-los ou representá-los.

Para Minayo (2009, p. 21), a abordagem qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Para a autora, esses fenômenos humanos fazem parte da realidade social, o ser humano se destaca por utilizar os seus pensamentos e ações para interpretar a realidade e sua relação com o meio em que vive.

Na investigação, a abordagem qualitativa permitiu identificar a realidade do IFPE nos *Campi* Caruaru e Belo Jardim acerca das ações desenvolvidas que contribuem para a permanência dos estudantes. O objetivo da pesquisa permitiu particularizar a questão da inclusão ao direito à educação e remete à realidade sócio-histórica que se evidencia nos sujeitos diretamente atingidos por ela.

A pesquisa sobre permanência ressignifica o olhar do pesquisador que, ao ter oportunidade da escuta do sujeito, apropria-se do objeto e estuda sobre os fenômenos e a

realidade contextualizando o problema e produzido coletivamente um produto em que a permanência escolar seja um elemento instituinte do processo educacional e a pesquisa possa contribuir com outros pesquisadores e a comunidade escolar.

Quanto ao tipo, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que, conforme Gil (2008), é desenvolvida para proporcionar uma visão geral sobre determinado fato. Ainda, consoante o referido autor, “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Gil, 2008, p. 27). Além disso, a pesquisa se identifica como uma pesquisa descritiva e explicativa. Esse tipo de estudo descreve e explica os fatos e fenômenos de determinada realidade com base na coleta de dados e análise do problema. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 32):

[...] a descrição constitui a habilidade de fazer com que o outro veja mentalmente aquilo que o pesquisador observou. Em outras palavras, a descrição deve ser suficientemente precisa para que o interlocutor, ou o leitor, seja capaz de visualizar exatamente aquilo que o pesquisador observou.

Como uma extensão da pesquisa descritiva, também foi realizada a pesquisa explicativa, por possibilitar o uso de instrumentos, métodos e técnicas que permitiram o acesso às informações e à interlocução com os sujeitos envolvidos, de modo a conhecer mais a realidade pesquisada.

5.2 AMBIENTE DA PESQUISA: pesquisa de campo

5.2.1 Caracterização do campo de pesquisa

Para este estudo, a pesquisa de campo teve como local de pesquisa o IFPE Campus Belo Jardim e *Campus* Caruaru. Para contextualizar e respeitar a identidade e história dos *campi*, apresenta-se o ambiente da pesquisa separadamente.

O *campus* Belo Jardim encontra-se localizado no município de Belo Jardim, região Agreste do estado de Pernambuco, Brasil. A história do IFPE *Campus* Belo Jardim iniciou com a celebração de um convênio entre o governo federal e o governo do estado de Pernambuco, em 27 de junho de 1958, quando foi autorizada a sua instalação. Por meio do Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, recebeu a denominação de Ginásio Agrícola de Belo Jardim (IFPE, 2018).

Em maio de 1967, a dependência administrativa do Ginásio Agrícola passou do Ministério da Agricultura para o MEC e, em 1968, a escola recebeu a denominação de Colégio Agrícola de Belo Jardim. Em 1969, o seu funcionamento foi autorizado, sendo inaugurado em

5 de maio de 1970. A partir de então, os cursos e as primeiras turmas foram iniciados.

Em 1979, o Colégio passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim (EAFBJ). Em novembro de 1993, foi transformada em autarquia federal e passou a ter autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, compatíveis com a sua personalidade jurídica e conforme os seus atos normativos.

A partir de 29 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892 — que criou os IFs —, a EAFBJ foi elevada à condição de *campus* do IFPE e atualmente oferece cursos em diversos níveis e modalidades de ensino: cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Informática para Internet e Enfermagem, nas formas integrado e Subsequente, Qualificação em Operador de alimentos, além do Curso Superior de Licenciatura em Música, o Bacharelado em Engenharia Software e a Especialização em Enfermagem em Saúde da família e Comunidade, os quais podemos observar no Quadro 6 a seguir.

Quadro 2 - Cursos ofertados pelo *campus* Belo Jardim

Curso	Nível	Modalidade(s)
Agropecuária	Técnico	Integrado / Subsequente
Agroindústria	Técnico	Integrado / Subsequente / Proeja
Informática para Internet	Técnico	Integrado / Subsequente
Enfermagem	Técnico	Subsequente
Música	Superio	Licenciatura
Engenharia Software	Superior	Bacharelado
Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade	Especialização	Pós-graduação

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O IFPE *Campus* Belo Jardim conta a seguinte infraestrutura: bloco administrativo; blocos de salas de aula; alojamentos; biblioteca; refeitório; sala de jogos; academia; laboratórios de informática, enfermagem, música e agroindústria; garagem para os veículos oficiais; parque poliesportivo; área de convivência; e, unidades educativas de produção de origens vegetal — culturas anuais, olericultura e fruticultura —, e animal — avicultura, bovinocultura, caprinocultura e suinocultura.

O *Campus* Caruaru faz parte da 2ª fase de Expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), como resultado do processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 estabelecia diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Só em 2009 foi efetivado o início da 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal no IFPE, com a criação dos *campi* Afogados

da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns.

Inaugurado em 27 de agosto de 2010, na presença do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, o *Campus* Caruaru veio ao encontro da vocação do município de Caruaru e da região circunvizinha para empreendimentos nos setores de comércio, serviço e indústria. O *Campus* Caruaru tem se destacado no município e na região por oferecer qualidade nos seus cursos, além de contribuir na formação integral dos estudantes, formando profissionais com perfis de atuação no trabalho do município e da região circunvizinha nos setores de comércio, serviço e indústria.

Os primeiros cursos ofertados foram: os cursos técnicos subsequentes em Edificações, Segurança do Trabalho e Mecatrônica. Em 2012 esses cursos passaram a ser ofertados na modalidade integrada ao Ensino Médio Integrado. Os Cursos de Qualificação Proejam são ofertados atendendo à demanda e parceria com a Rede Estadual de Ensino. Atualmente estão sendo ofertados o Almojarife de Obras e Operador de Computador.

O Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Mecânica iniciou em 2012 e o Projeto Político Pedagógico foi reformulado em 2015; o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho iniciou em 2018 e o Projeto Político Pedagógico foi reformulado em 2023; o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho e o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Interdisciplinaridade em Educação Ciências Humanas iniciaram em 2019.

O *Campus* Caruaru oferta 12 Cursos, sendo que Segurança do Trabalho, Mecatrônica e Edificações são ofertados nas modalidades integrado e subsequente, além do Curso de Graduação 1(um), Curso e Pós-Graduação 2 (dois) e Qualificação Proeja 2 (dois).

A estrutura do *Campus* Caruaru é composta por diversas salas de aula, laboratórios, biblioteca, sala de dança, auditório, Centro de Libras e Línguas Estrangeiras, sala dos professores, sala de professores para atendimento aos estudantes, copa, quadra de areia, área de convivência, instalações sanitárias e setores administrativos.

Os ambientes estão distribuídos em oito blocos, além do prédio de Engenharia, que abriga salas de aula e laboratórios do Curso Superior em Engenharia Mecânica. O *campus* possui os seguintes laboratórios: Laboratório de Eletrônica Industrial; Laboratório de Máquinas e Acionamento Elétricos; Laboratório de Instalações e Comandos Elétricos; Laboratório de Mecânica dos Solos; Laboratório de Materiais; Laboratório de Desenho; Laboratórios de Informática; Laboratório de Topografia; Laboratório de Instrumentação e Controle; Laboratório de Acionamentos Pneumáticos e Hidráulico; Laboratório de Higiene Ocupacional; Laboratório de Química; e Laboratório de Física. O Bloco de Engenharia abriga

os seguintes ambientes: Laboratório de Termociência; Laboratório de Ensaio Mecânicos; Laboratório de Usinagem; Laboratório de Mecânica da Fratura; Laboratório de Robótica; Laboratório de Metrologia; Salas de Aula; Sala para Estudantes.

5.3 AMOSTRA DA PESQUISA

5.2.1 Critério da escolha do sujeito da pesquisa

O critério de escolha proposto, portanto, é o de amostragem não-probabilística, a partir da expectativa de que os sujeitos selecionados atenderão à representatividade da população estudada (Sampieri; Collado; Lúcio, 2006). Dada a utilização do juízo de valor, quanto às informações que podem ser prestadas pelos sujeitos selecionados, a amostragem teve caráter intencional, além de caracterizada como amostragem por quotas. Vale elucidar que a amostragem por quotas pressupõe a escolha dos sujeitos a partir das categorias definidas pelo pesquisador, objetivando a qualificação da representatividade da pesquisa (Cooper; Schindler, 2003).

Nesse sentido, as categorias foram definidas levando-se em conta o desejo de participar da pesquisa, a experiência dos sujeitos e a contribuição de seus conhecimentos e experiências acadêmicas nos projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão e assistência estudantil, para a obtenção de informações relevantes relacionadas aos objetivos, e inclusive, à delimitação do campo de pesquisa.

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, participaram estudantes regularmente matriculados nos Cursos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Pernambuco dos *Campi* Belo Jardim e Caruaru, no período de coleta de dados do estudo. Cabe esclarecer que a opção por essa instituição se deu em razão de ser o local de exercício profissional da pesquisadora e os cursos escolhidos representam uma diversidade, posto que são do mesmo nível de ensino, mas eixos diferentes. Os cursos do *Campus* Belo Jardim são: Agroindústria (Eixo Produção Alimentícia), Agropecuária (Recursos Naturais) e Informática para Internet, (Eixo Informação e comunicação); e os Cursos do *Campus* Caruaru são: Segurança do Trabalho (Eixo Segurança), Edificações (Eixo Infraestrutura) e Mecatrônica (Eixo Controle e Processos Industriais). A escolha dos cursos integrados ocorreu em virtude da identidade deste mestrado, uma vez que, conforme o anexo de seu Regulamento, é muito relevante que sejam produzidos inúmeros trabalhos com o foco no currículo integrado e no Ensino Médio Integrado (ProfEPT, 2018).

A amostra foi composta por estudantes dos Cursos Integrados, matriculados no 2º, 4º,

6º e 8º períodos, em 2022.2, no *Campus* Caruaru, e estudantes dos Cursos Integrados matriculados nas turmas do 1º, 2º e 3º, 2023, do IFPE *Campus* Belo Jardim. A escolha se deu para atender ao universo dos estudantes que estão em curso e correspondem aos que permanecem com matrículas ativas, sendo, portanto, os sujeitos que melhor poderiam responder aos questionamentos da pesquisa.

As escolhas respeitaram o critério de variação na amostra mediante a diversificação dos extratos, de acordo dos diferentes cursos e sujeitos: estudantes cotistas dos cursos integrados dos *campi* Caruaru e Belo Jardim. Buscamos Minayo (2017), ao abordar questões relativas a volume e riqueza de dados na pesquisa, definindo volume enquanto a quantidade e riqueza enquanto qualidade de informações. Nessa perspectiva, Minayo (2017, p. 6) destaca que: “[...] riqueza significa camadas intrincadas, detalhadas, nuançadas e mais. Podemos ter um grande volume sem ter grande riqueza; ao contrário, podemos ter uma grande riqueza retirada de poucos dados. O segredo é ter ambos”.

A despeito das limitações do estudo, buscou-se primar pela qualidade dos instrumentos de coleta de dados, os quais garantiram o acesso a informações relevantes e fidedignas que contemplem nosso objeto de pesquisa. Dessa forma, a pesquisa contou com os estudantes que, por demanda espontânea, concordaram em responder ao questionário a ser aplicado, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para os menores de idade. Para esses últimos, foi solicitada, primeiramente, a autorização dos pais/responsáveis, por meio da assinatura do TCLE.

5.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 165), a coleta dos dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. Assim, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, o questionário e a entrevista.

A Pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, tendo como principal vantagem “o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p. 45).

A pesquisa deu-se sobre problematização das seguintes temáticas: Educação Profissional, Ensino Médio integrado, Permanência Escolar, Lei de Cotas. Inicialmente, selecionaram-se as obras fundamentais sobre as quais foram realizadas as leituras necessárias

durante todo o processo de investigação e adotado o procedimento de recortes e anotações sobre a produção literária, à qual se pôde ter acesso selecionando os materiais que poderiam contribuir com o estudo, de acordo com o interesse da pesquisa.

O tema permanência vem ganhando a atenção de pesquisadores da educação no Brasil, destacando-se as contribuições dos autores Carmo (2010; 2016; 2018); Dore (2014) e a produção acadêmica do Núcleo de Pesquisas Sobre Acesso e Permanência na Educação (NUCLEAPE), que na produção acadêmica vem mudando de paradigmas dos estudos acerca do fenômeno da evasão para o fenômeno da permanência. Na segunda seção, utilizou-se a metodologia do Estado da Arte para mapear a produção acadêmica sobre a Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A busca por essas obras foi feita por meio das plataformas de pesquisa, acessando-se as obras dos autores que são referência para essas discussões: Scientific Electronic Library Online (SciELO), periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTB). A partir desses autores, foi possível verificar um paralelo entre a produção bibliográfica e a legislação existente a respeito da permanência de estudantes cotistas.

Paralelo ao estudo bibliográfico, foi adotada a pesquisa documental, a qual, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 173), “está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”, entre as quais estão documentos oficiais e publicações parlamentares. Portanto, foram fontes de pesquisa as legislações que versam sobre Educação, Educação Profissional e Tecnológica, ações Afirmativas, Lei de cotas e sobre Assistência Estudantil, além de documentos Institucionais do IFPE, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projetos Pedagógicos dos Cursos, Relatório de Gestão, Regimento e documentos normativos.

A pesquisa documental e bibliográfica percorreu todas as etapas da pesquisa, permitindo conhecer a realidade da oferta do Ensino Médio Integrado da EPT do IFPE, observando a reserva de vagas para os estudantes cotistas nos processos seletivos. A pesquisa utilizou os dados de acesso como referência, para caracterização da permanência, dos estudantes cotistas do Ensino Médio Integrado, que estavam com matrículas ativas em 2022, nos cursos integrados no IFPE.

No quadro 4 estão descritos todos os documentos analisados e que alicerçaram a pesquisa referente ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Diretoria da Assistência Estudantil do IFPE: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Política de Assistência

Estudantil do IFPE (PAE), os documentos norteadores do PROIFPE, Monitoria, Organização Acadêmica do IFPE, além de Decretos e Leis.

Na pesquisa de campo, os documentos disponibilizados serviram como fonte primária, ou seja, documentos que ainda não receberam tratamento analítico, que, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 37), “[...] caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa [...]”. A coleta de dados iniciou-se com os editais de acesso, dados acadêmicos dos estudantes matriculados, relação dos estudantes que entraram na instituição por meio do sistema de cotas, dados acadêmicos da trajetória dos estudantes obtidos no Acesso Virtual Q-Acadêmico e disponibilizado pelos setores responsáveis em cada *campus*.

A pesquisa de campo iniciou com a sua apresentação ao Diretor Geral dos Campi, Diretor de Ensino, Coordenação dos Registros Acadêmico, Assessoria Pedagógica e Coordenação dos Cursos e representantes de turmas.

Na visita às salas, a pesquisa foi apresentada, sendo entregue impresso o termo de autorização, para os pais dos estudantes, quando menor de idade, para participarem da aplicação dos questionários.

O questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.” (Gil, 2008, p. 121). Além disso, Arredondo e Diago (2009) consideram o questionário um instrumento de avaliação que permite acesso ao que as pessoas pensam ou refletem e é um recurso que possibilita alcançar informação qualitativa.

Primeiramente, foi aplicado um questionário (Apêndice F), com questões fechadas, aos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFPE - *Campus* Belo Jardim e *Campus* Caruaru, com o objetivo analisar os fatores internos e externos que contribuem para a permanência no curso. O questionário fechado, conforme Marconi e Lakatos (2003), possibilita, dentre outras coisas, atingir mais pessoas simultaneamente e obter respostas mais rápidas e precisas, além de dar maior liberdade nas respostas, devido ao anonimato.

O questionário foi elaborado no formato on-line, utilizando-se a ferramenta denominada “Formulários Google”, disponível no serviço gratuito de armazenamento e sincronização de arquivos intitulado “Google Drive”. Em seguida, houve o seu encaminhamento via aplicativo de mensagens instantâneas, WhatsApp, para os representantes de todas as turmas dos cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Informática para Internet, Segurança do Trabalho, Edificações e Mecatrônica, solicitando que estes

encaminhassem para os seus respectivos grupos.

Anteriormente à aplicação dos questionários, foi realizado um pré-teste. O objetivo do pré-teste, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), é identificar se há ambiguidade nas questões, perguntas desnecessárias, adequação da ordem das questões, se precisam ser complementadas, se as perguntas são compreensíveis, etc.

O questionário do pré-teste foi aplicado a cinco estudantes de cada curso do Ensino Médio Integrado do IFPE – *Campus* Belo Jardim e *Campus* Caruaru, que não compuseram a amostra do estudo. Após a testagem, foram realizados ajustes, especialmente, na elaboração das perguntas, para torná-las mais compreensíveis.

5.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Em atendimento aos princípios éticos estabelecidos, nas Resoluções nº 466/2012 (Brasil, 2012c) e nº 510/2016 (Brasil, 2016), foi realizado cadastro na Plataforma Brasil, através do endereço eletrônico plataformabrasil.saude.gov.br e submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Associação de Ensino Superior.

O Comitê de Ética emitiu o parecer com a aprovação e a seguinte informação: “A pesquisa é relevante em função de proporcionar o entendimento e possível desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o público estudado. Os termos estão conforme as exigências do CONEP. Recomendamos a observância quanto a faixa etária participante do estudo, porque caso haja algum estudante com idade inferior a 18 anos, deverá constar o termo de assentimento livre e esclarecido”.

Após a aprovação do Comitê de Ética, foram entregues aos participantes menores de idade o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D), acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsável Legal (Apêndice E), de forma que o segundo mencionado foi recolhido posteriormente, devido aos estudantes precisarem levar para casa para o consentimento do responsável legal. Com os participantes maiores de idade foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em ambos os casos, cada participante ficou com uma via.

Foram repassados aos participantes, sucintamente, os objetivos da pesquisa, riscos, benefícios, livre participação, não identificação dos voluntários e qualquer dúvida poderia ser esclarecida a qualquer momento.

5.6 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo discorrerá sobre a análise de dados obtidos mediante a aplicação dos questionários atendendo ao objetivo específico 3: caracterizar os fatores internos e externos que contribuem para permanência e sucesso no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFPE *Campus* Caruaru e *Campus* Belo Jardim.

5.6.1 O questionário como recurso exploratório: permanência escolar em foco

O questionário, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 201), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”. O questionário foi direcionado às informações referentes à permanência dos estudantes nos cursos integrados. Com o questionário, foi possível mapear algumas características individuais, socioeconômicas da família, perfil acadêmico dos estudantes e o que eles pensam sobre o Ensino Médio Integrado, a respeito da importância de programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão para a permanência e, desta forma, reconstruir o mapa de conceitos necessários para compreender teoricamente os movimentos do objeto de pesquisa em relação ao universo empírico.

A pesquisa foi aplicada com 172 estudantes. Foram excluídos 105 estudantes que ingressaram como ampla concorrência, uma vez que universo da pesquisa compreendeu os estudantes cotistas. O questionário foi aplicado tendo como objetivo analisar os fatores institucionais que contribuem para a permanência dos estudantes participantes da pesquisa do *Campus* Belo Jardim e *Campus* Caruaru. O questionário da pesquisa (Apêndice A) foi subdividido em quatro blocos: bloco 1- Identificação dos Estudantes, Forma de Acesso e Escolha do EMI e do Curso; bloco 2- Fatores Socioeconômicos para Permanência; bloco 3- Ações Afirmativas para permanência; e bloco 4- O que revelam os estudantes sobre os Aspectos pessoais e Institucionais que contribuem para a permanência.

5.6.1.1 Bloco 1: as cotas como ações afirmativas para o acesso, perfil dos estudantes, escolha do EMI e do curso

- a) Acesso pelas ações afirmativas das cotas raciais (preto, pardo, indígena), socioeconômicas (baixa renda) e para pessoas com deficiência:

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes cotistas do Ensino Médio Integrado que participaram do processo seletivo e atenderam aos critérios estabelecido nos editais que definem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do total de vagas dos curso/turno nas diversas modalidades de ensino, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas da rede pública, cujos criterios são:

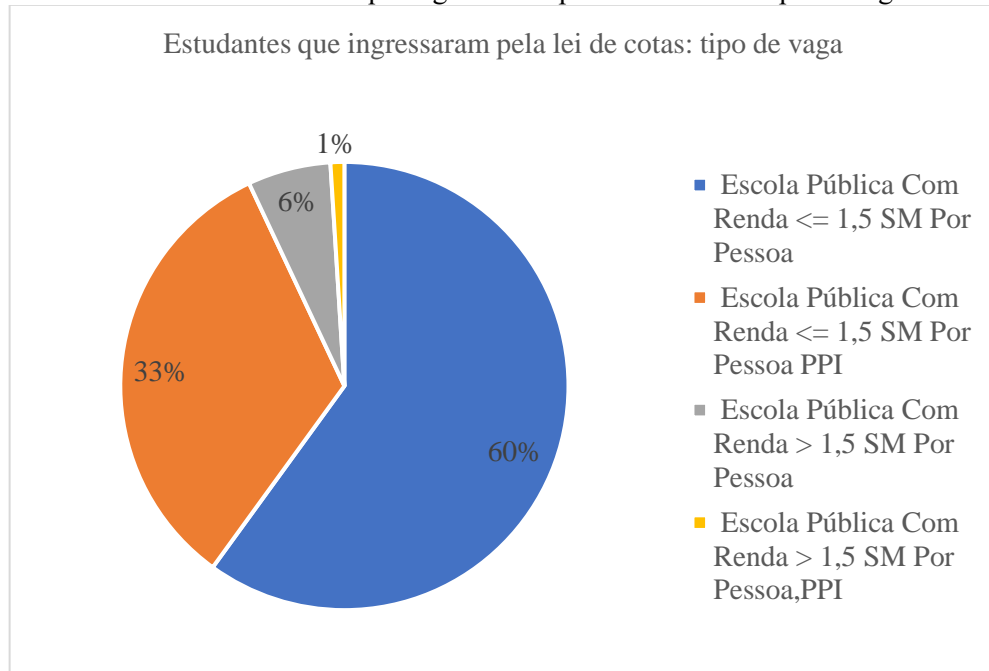
- 1) No mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas são reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita;
- 2) Serão reservados aos candidatos que, no momento da inscrição, se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas 62,40% (sessenta e dois vírgula quarenta por cento) das vagas. Essa proporção, no total de vagas, no mínimo igual à soma de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação, em que haverá oferta de vagas da instituição, segundo o último censo demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- 3) Serão reservados aos candidatos que, no momento da inscrição, se autodeclararem pessoas com deficiência 9,86% (nove vírgula oitenta e seis por cento), cujo percentual corresponde ao somatório das pessoas com deficiência na população do estado de Pernambuco, conforme dados obtidos no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IFPE adotará como outra ação afirmativa, do percentual de 40% (quarenta por cento) das vagas destinadas à ampla concorrência, a inclusão da reserva de vagas de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de escola pública oriundos/as do campo, que optarem por cursos de vocação agrícola oferecidos nos *campi* Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão do IFPE.

Estes critérios apresentados são divulgados nas seleções para ingresso nos curso do IFPE e são importantes para caracterizar os sujeitos da pesquisa que são estudantes que cursaram o Ensino fundamental em escolas públicas e estão devidamente matriculados em 2022.

Os 67 estudantes participantes da pesquisa responderam o tipo de vaga que concorreram para ingressar pela lei de cotas nos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFPE, como se pode observar no Gráfico 9 a seguir.

Gráfico 9 - Estudantes que ingressaram pela lei de cotas: tipo de vagas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O ingresso dos estudantes no Ensino Médio Integrado é realizado por meio de processo seletivo anual em que um número de vagas é ofertado para cada curso. Dentre estas vagas, existem ações afirmativas com o objetivo de garantir a entrada de alunos da rede pública, bem como para as cotas raciais (preto, pardo, indígena), socioeconômicas (baixa renda) e para pessoas com deficiência. As legendas que representam o Gráfico 9 são: PPI - Pretos, Pardos e Indígenas; \leq Menor ou igual; $>$ Maior; SM – Salário Mínimo por pessoa da família.

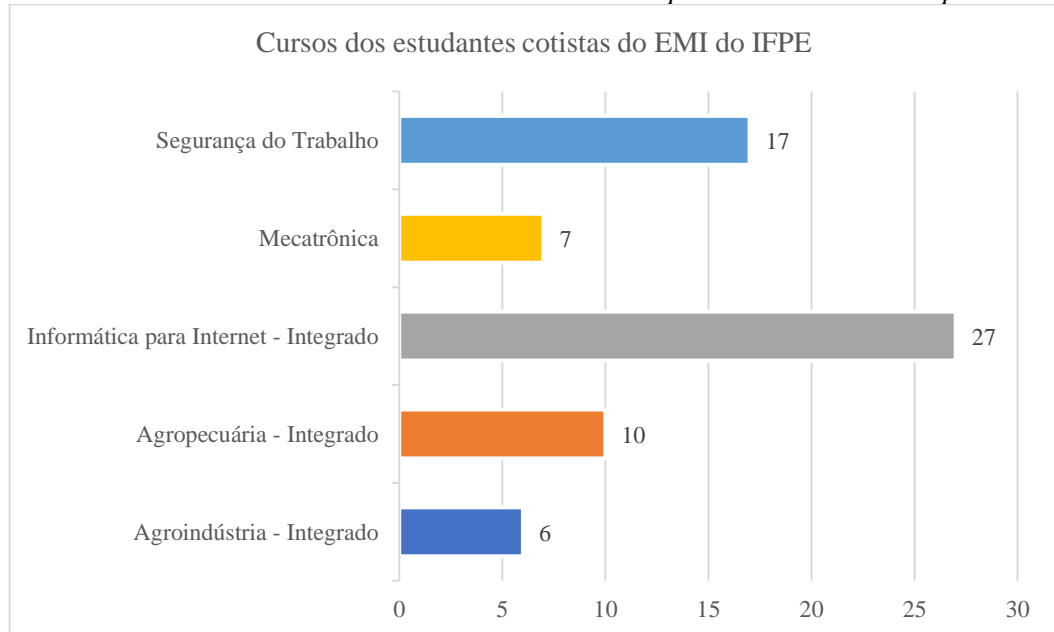
No Gráfico 9, verifica-se que 60% dos estudantes são de Escola Pública, com Renda $\leq 1,5$ SM por Pessoa; 33% estudantes são de Escola Pública, com Renda $\leq 1,5$ SM por Pessoa PPI; 6% são de Escola Pública, com Renda $> 1,5$ SM por Pessoa; e 1% Escola Pública, com Renda $> 1,5$ SM por Pessoa PPI. Diante dos dados apresentados, observa-se que em vulnerabilidade, com renda menor ou igual a 1,5 salário mínimo por pessoa, corresponde a 93% e 7% com renda maior que 1,5 salário mínimo por pessoa. Os que se declararam pretos, pardos ou indígenas correspondem a 34%, e desses apenas 1% tem renda superior a 1% Escola Pública, com Renda $> 1,5$ SM por Pessoa PPI.

b) Perfil dos estudantes cotistas:

Os estudantes que participaram da pesquisa cursam o Ensino Médio Integrado nos cursos Agroindústria (Eixo Produção Alimentícia), Agropecuária (Recursos Naturais) e Informática para Internet, (Eixo Informação e comunicação), no *Campus* Belo Jardim, e no *Campus* Caruaru participaram da pesquisa aqueles que estão matriculados nos cursos Segurança do Trabalho (Eixo Segurança) e Mecatrônica (Eixo Controle e Processos Industriais). Destacam-se as especificidades dos cursos que são do mesmo nível de ensino, mas eixos diferentes, e a forma de oferta também diferencia no *Campus* Belo Jardim. Os referidos cursos funcionam em tempo integral e com duração de 3 anos; no *Campus* Caruaru os cursos são ofertados em período parcial e têm a duração mínima de 4 anos (8 semestres).

Os 67 estudantes informaram os cursos a que pertenciam. No Gráfico 10 é possível verificar a representatividade dos cotistas nos cursos.

Gráfico 10 - Curso dos estudantes cotistas EMI IFPE *Campus* Belo Jardim e *Campus* Caruaru



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 10 que participaram da pesquisa no *Campus* Belo Jardim 43 estudantes representando os três cursos do Ensino Médio Integrado que são ofertados. O curso de Informática para Internet teve a participação de 27 estudantes, no Curso Agropecuária 10 estudantes responderam à pesquisa e 6 no Curso Agroindústria. O *Campus* Caruaru oferta três cursos de Ensino Médio Integrado, porém não teve participação dos estudantes cotistas no curso de Edificações. Os estudantes que participaram da pesquisa foram dos cursos Segurança do Trabalho (17 estudantes) e Mecatrônica (7 estudantes).

Quadro 7 – Perfil dos estudantes cotistas do *campus* Belo Jardim

Curso	Sexo	Idade	Ano/Período	Cor	Resultado Acadêmico
Agroindústria	Feminino	15	1º ano	Branco	Não informou
	Feminino	18 ou mais	3º ano	Preto	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Branco	Aprovado
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Preto	Aprovado
Agropecuária	Masculino	18 ou mais	3º ano	Branco	Aprovado
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	18 ou mais	3º ano	Preto	Aprovado com Dependência
	Masculino	18 ou mais	3º ano	Pardo	Aprovado com Dependência
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Não informou
	Feminino	15	1º ano	Preto	Aprovado
	Masculino	16	1º ano	Pardo	Aprovado
	Feminino	16	2º ano	Branco	Aprovado
Informática para Internet	Masculino	16	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Branco	Não informou
	Feminino	15	1º ano	Branco	Aprovado
	Feminino	17	3º ano	Preto	Aprovado
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Não informou
	Feminino	17	1º ano	Branco	Não informou
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	14	1º ano	Pardo	Aprovado com Dependência
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	14	1º ano	Pardo	Aprovado com Dependência
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Feminino	15	1º ano	Branco	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Branco	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Preto	Aprovado
	Masculino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Feminino	15	1º ano	Pardo	Aprovado
	Masculino	17	1º ano	Branco	Reprovado
	Masculino	17	2º ano	Pardo	Aprovado
	Feminino	15	1º ano	Branco	Aprovado
	Masculino	16	1º ano	Pardo	Aprovado
	Feminino	16	2º ano	Preto	Aprovado com Dependência
Masculino	16	2º ano	Branco	Aprovado	
Feminino	16	2º ano	Pardo	Aprovado	
Feminino	16	2º ano	Branco	Aprovado	
Feminino	16	2º ano	Branco	Aprovado	
Masculino	16	2º ano	Branco	Aprovado	

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme pode ser observado no Quadro 7, o perfil de estudantes por curso do Campus Belo Jardim se constituiu de 43 estudantes, sendo 21 do sexo feminino e 22 do sexo masculino, 30 estudantes estão cursando 1º ano, 8 estudantes cursam o 2º ano e 5 estudantes estão cursando

3º ano; 15 estudantes se declararam brancos, 7 estudantes pretos e 21 pardos; quanto ao resultado acadêmico no período ou ano anterior, 5 estudantes não informaram, 1 foi reprovado no 1º ano, 31 foram aprovados e 5 estudantes aprovados com dependência.

Quanto à idade, percebe-se que há uma adequação entre a idade-série e série no grupo de estudantes do *Campus* Belo Jardim analisado, já que no primeiro ano encontram-se 2 estudantes com 14 anos e 20 estudantes com 15 anos. No 2º ano 7 estudantes com 16 anos e no 3º ano apenas 1 está na faixa etária correspondente à série. Diante do exposto, observa-se que 27 estudantes estão na faixa etária correspondente à série, sendo caracterizada por uma continuidade no percurso escolar realizado pela maioria deles, transcorrida em conformidade com os “padrões considerados normais”. Porém, fora da faixa tem 6 estudantes no 1º ano, sendo 4 estudantes com 16 anos e 2 com 17 anos. Sobre a cor desses estudantes, os dados confirmam a heterogeneidade existente entre eles, havendo brancos, pardos e pretos. A cor parda foi a predominante na maioria dos estudantes pesquisados, embora pudemos perceber certa diversidade. Parece não haver ainda representante dos povos indígenas, embora o *Campus* Belo Jardim se localize próximo a Pesqueira e poderia ampliar o acesso e permanência dos indígenas Xucurus.

Quadro 8 - Perfil dos estudantes cotistas do *Campus* Caruaru (continua)

Curso	Sexo	Idade	Ano/Período	Cor	Resultado Acadêmico
Mecatrônica	Masculino	18 ou mais	2º período	Pardo	Aprovado
	Feminino	18 ou mais	8º período	Pardo	Aprovado
	Feminino	18 ou mais	6º período	Pardo	Aprovado
	Feminino	18 ou mais	6º período	Pardo	Aprovado
	Feminino	18 ou mais	4º período	Branco	Aprovado com Dependência
	Feminino	18 ou mais	4º período	Preto	Aprovado com Dependência
	Masculino	18 ou mais	8º período	Pardo	Aprovado
Segurança do Trabalho	Masculino	16	2º período	Branco	Aprovado
	Masculino	18 ou mais	8º período	Branco	Aprovado com Dependência
	Feminino	18 ou mais	6º período	Branco	Aprovado
	Feminino	15	2º período	Pardo	Aprovado com Dependência
	Masculino	18 ou mais	6º período	Preto	Aprovado
	Feminino	16	2º período	Branco	Aprovado com Dependência
	Feminino	18 ou mais	6º período	Pardo	Aprovado
	Feminino	18 ou mais	6º período	Pardo	Aprovado
	Feminino	17	6º período	Preto	Aprovado com Dependência
	Masculino	17	6º período	Pardo	Aprovado com Dependência

Quadro 8 - Perfil dos estudantes cotistas do *Campus* Caruaru (continua)

Curso	Sexo	Idade	Ano/Período	Cor	Resultado Acadêmico
Segurança do Trabalho	Feminino	17	6º período	Pardo	Aprovado com Dependência
	Feminino	18 ou mais	6º período	Branco	Aprovado
	Feminino	16	2º período	Pardo	Aprovado
	Masculino	18 ou mais	6º período	Preto	Aprovado com Dependência
	Feminino	18 ou mais	6º período	Branco	Aprovado com Dependência
	Masculino	17	6º período	Branco	Aprovado
	Feminino	18 ou mais	6º período	Pardo	Aprovado com Dependência

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

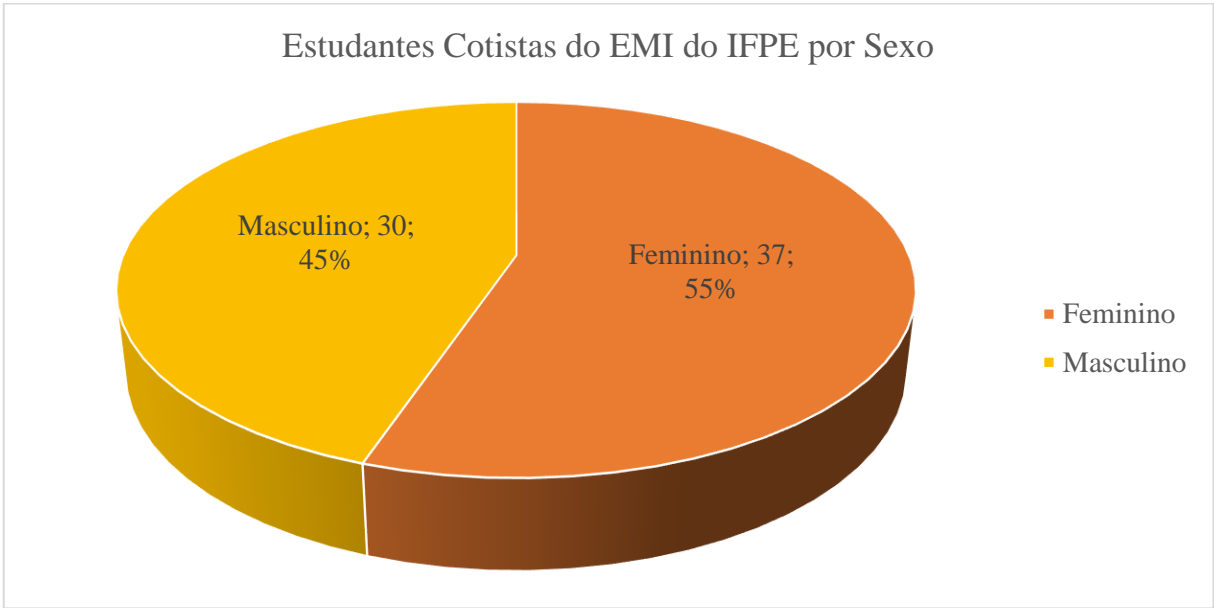
No Quadro 8 observa-se o perfil dos estudantes do *Campus* Caruaru, com 24 estudantes, sendo 16 do sexo feminino e 8 do sexo masculino; 5 estudantes estão cursando 2º período, 2 estudantes o 4º período, 14 estudantes o 6º período e 3 estudantes estão cursando 8º período. Quanto à cor, 8 estudantes se autodeclararam brancos, 4 pretos e 12 pardos. E quanto ao resultado acadêmico no período ou ano anterior, tiveram 13 aprovados e 11 estudantes aprovados com dependência

Quanto à idade, percebe-se que há uma distorção entre a idade-série e série no grupo de estudantes do *Campus* Caruaru analisado. Considerando que a etapa final da Educação Básica no Brasil é o Ensino Médio, de duração mínima de três anos (LDB, Art. 35), com oferta preferencial à população de 15 a 17 anos, essa realidade difere do *Campus* Caruaru, que, devido à oferta dos Cursos Integrado ser em 4 anos e 8 períodos, nesse caso, os estudantes iniciam o curso com 15 anos e caso sejam aprovados, terminam com 18 anos. Os estudantes que estão idade-série e série adequadas são 8, sendo 1 estudante do 2º período, 4 estudantes do 6º período e 3 estudantes do 8º período. Os estudantes que estão fora da faixa etária para conclusão do curso (18 anos) são 16, sendo esses dados preocupantes, já que os cursos são em 4 e que os estudantes em vez de concluir com 17 anos, concluem com 18 anos ou mais. Nesse caso, a permanência dos estudantes em maior tempo é resultado de acúmulo de reprovações. Diante desses resultados, se faz necessário que o IFPE realize estudos mais detalhados para repensar a forma de oferta dos cursos em 4 anos.

Para melhor visualização, observaremos a seguir os Gráficos 11 e 12, com os sexos e idades dos estudante do *Campus* Belo Jardim e Caruaru participantes da pesquisa.

Para verificar a participação dos estudantes por sexo, foi elaborado o Gráfico 11.

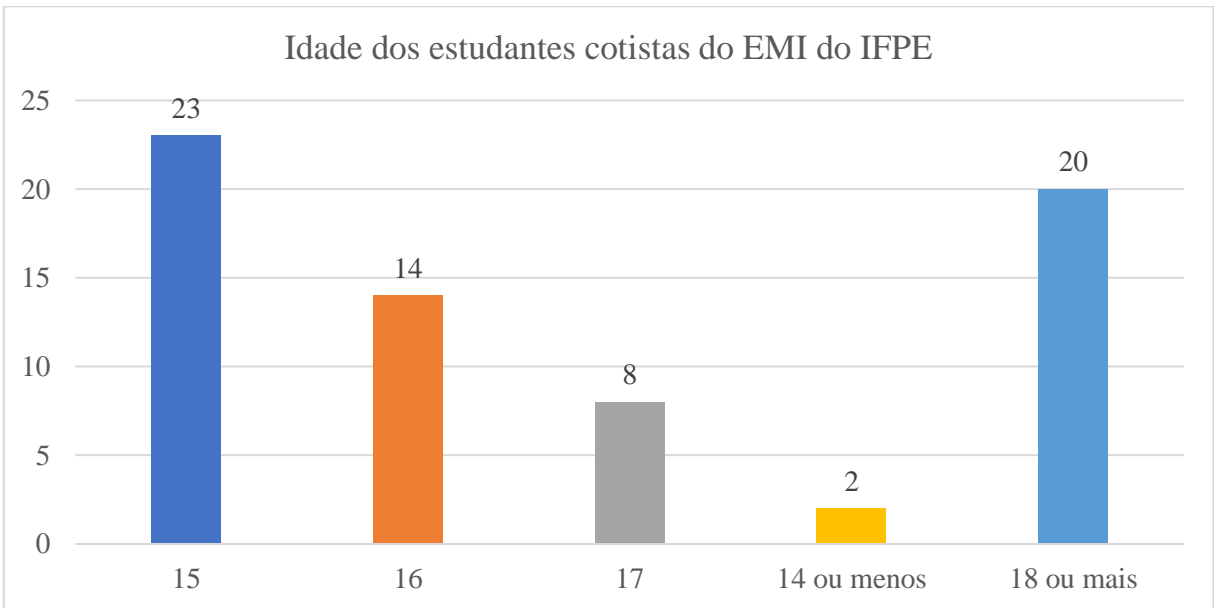
Gráfico 11 - Sexo dos estudantes cotista do EMI



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 11 o gênero do universo pesquisado, em que 37 são do sexo Feminino, que correspondem a 55%, e 30 do sexo masculino, que corresponde a 45%.

Gráfico 12 - Idade dos estudantes cotistas EMI do IFPE

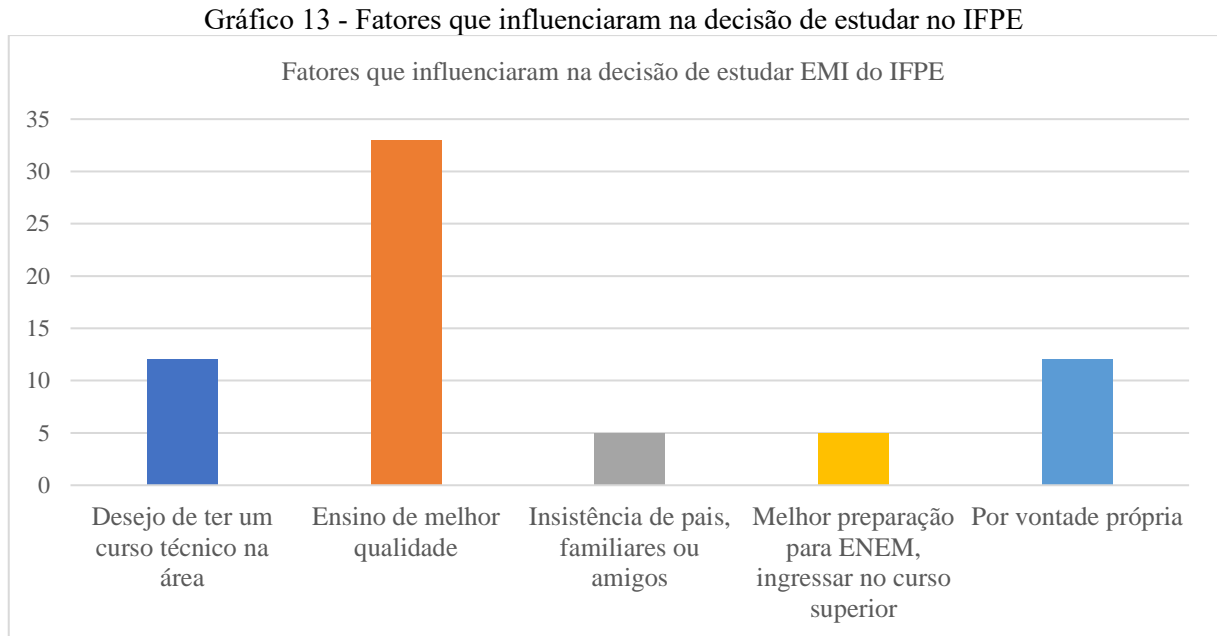


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 12 que na distribuição das idades participaram da pesquisa: 2 estudantes com 14 ou menos, 23 estudante com 15 anos, 14 com 16 anos, 8 estudantes com 17 anos, e 20 estudantes com 18 anos.

c) Fatores que influenciaram na escolha do IFPE e do curso:

Para verificar os fatores que influenciaram na decisão de estudar no IFPE, os estudantes responderam à pesquisa e o resultado foram sistematizado Gráfico 13.

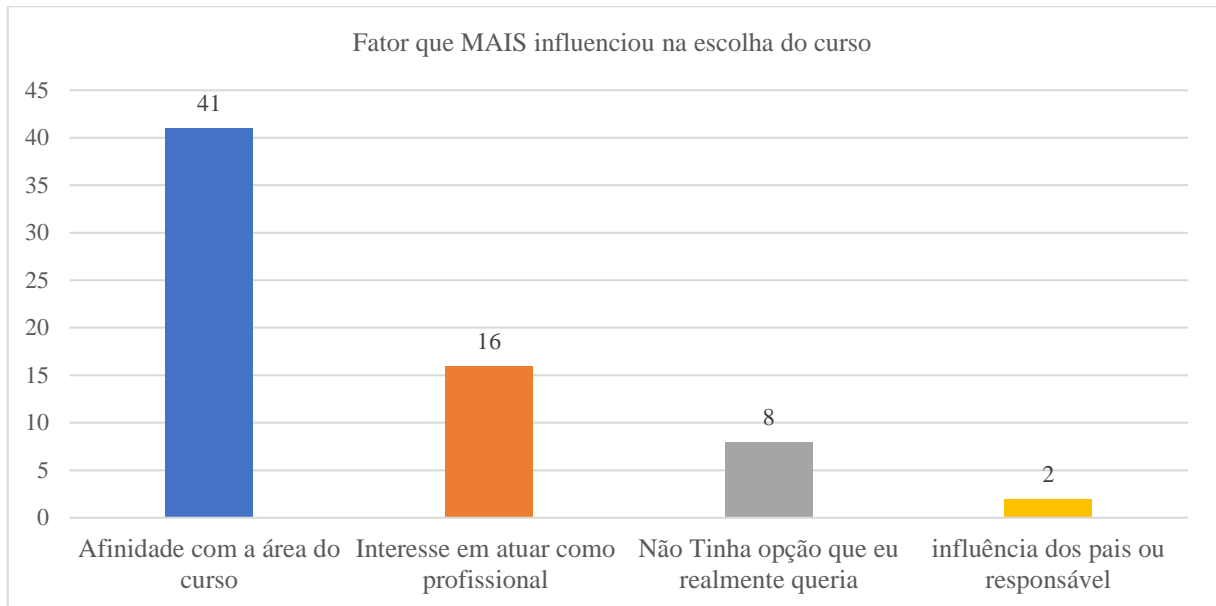


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 13 que a decisão de cursar o ensino Médio Integrado no IFPE é apontada por 30 estudantes cotistas, devido o ensino ser de melhor qualidade; 12 estudantes cotistas responderam que a escolha pelo IFPE foi por vontade própria; quanto ao desejo de ter um curso técnico na área, responderam 11 estudantes cotistas, e 4 estudantes cotistas destacaram melhor preparação para o Enem e ingressar no curso superior. Quanto à insistência de pais e familiares ou amigos, tiveram 5 estudantes cotistas.

Esses dados são importantes para a pesquisa, já que revelam que o IFPE é reconhecido na sociedade como uma instituição de referência e com ensino de qualidade, na qual os estudantes desejaram estudar. Os estudantes responderam sobre o fator que mais influenciou na escolha do curso, e o resultado sistematizado apresenta-se no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Fator que mais influenciou na escolha do curso IFPE *Campus* Caruaru e *Campus* Belo Jardim



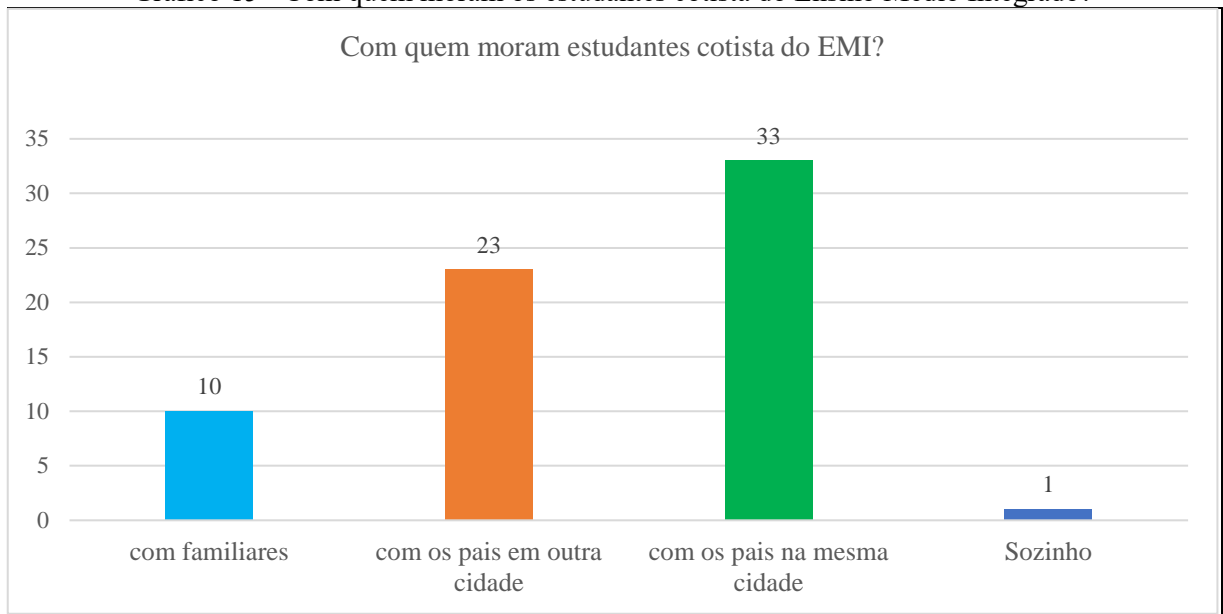
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Analisando os resultados, evidenciamos que 41 estudante escolheram os cursos por afinidade, e 16 têm interesse em atuar como profissional. Esses dados fortalecem a importância da divulgação do projeto pedagógico dos cursos para que a escolha dos cursos esteja diretamente relacionada à área na qual os estudantes pretendem atuar. Para 8 estudantes não havia a opção que realmente queriam, e 1 estudante informou que foi pela influência dos pais ou responsável. Essa realidade é de muitos jovens estudantes que ainda não estão familiarizados com os cursos e que após adentrarem à instituição, passam por um período de adaptação e desenvolvem aptidão para o curso. Caso essa adaptação não aconteça se faz necessário acompanhamento sistematico com o estudante e a família, pela equipe mutiprofissional.

5.6.1.2 Bloco 2: fatores socioeconômicos para permanência

No segundo Bloco de perguntas, destacam-se os fatores socioeconômicos dos estudantes, no que diz respeito a com quem moram, a renda familiar ao ingressar e a atual, quantas pessoas vivem da renda familiar, qual o nível de escolaridade da mãe e do pai, qual a profissão da mãe e do pai.

Gráfico 15 - Com quem moram os estudantes cotista do Ensino Médio Integrado?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se nos dados do Gráfico 15 que em relação aos arranjos familiares dos jovens estudantes, 33 deles residem com os pais na mesma cidade, 23 residem com os pais em outras cidades; 10 residem com familiares e 1 mora sozinho.

Foi perguntado aos estudantes se eles exerciam alguma atividade remunerada, o que será observado no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Estudantes do Ensino Médio Integrado que exercem atividades remuneradas



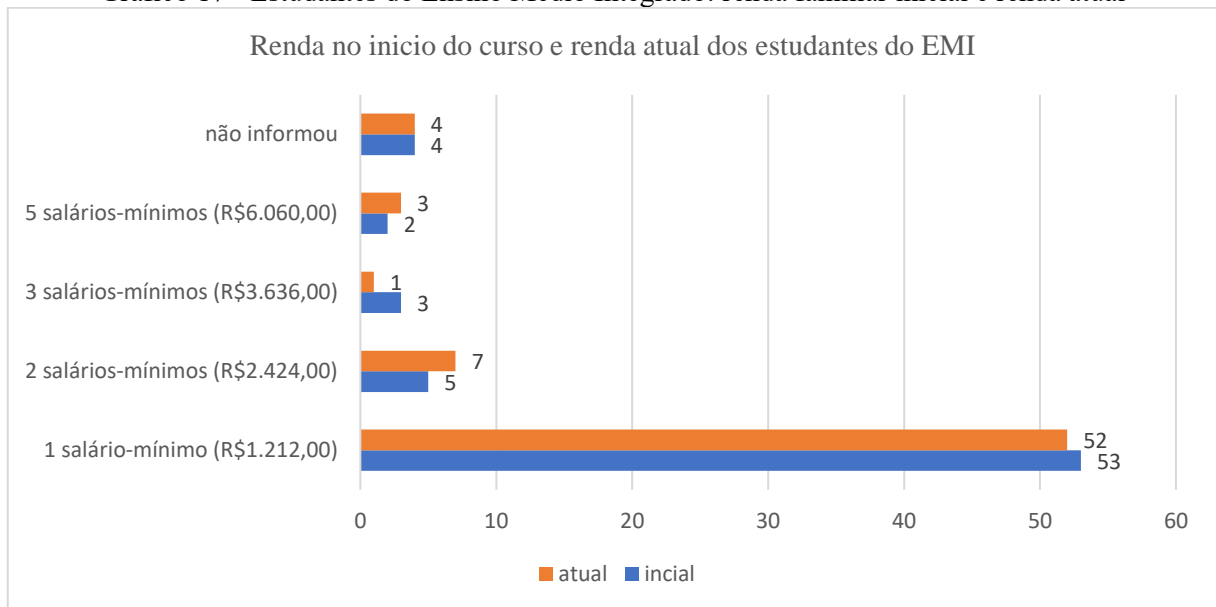
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 16 que 6 dos estudantes cotistas exercem atividades remuneradas. Dentre estas atividades, os estudantes distribuem-se em: 3 estudantes com Bolsa

Monitoria; 1 estudante em estágio; 1 estudante com Bolsa de pesquisa; e 1 estudante com Bolsa de iniciação científica. Estas informações mostram a necessidade de ampliar a participação dos estudantes, já que 61 deles não foram contemplados com bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Os dados trazem evidências de que a maioria dos jovens ainda vive a condição de dependência financeira da família e a importância das bolsas dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Para verificar o perfil socioeconômico, os estudantes informaram a renda quando iniciaram o curso e a renda atual, conforme apresentado no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Estudantes do Ensino Médio Integrado: renda familiar inicial e renda atual

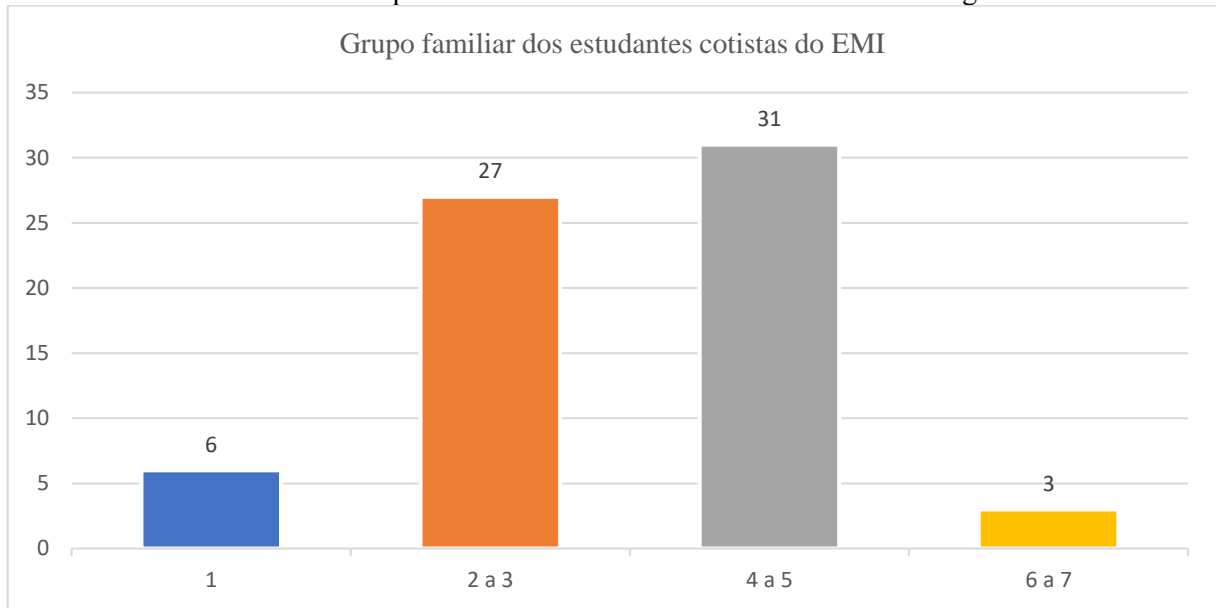


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No Gráfico 17, observa-se que dos 67 estudantes, 4 não informaram a renda quando iniciaram o curso e a renda atual. Os 63 que responderam informaram renda familiar inicial e atual, sendo que 53 estudantes recebiam 1 salário mínimo e atualmente 52 estudantes recebem 1 salário mínimo; os relativos a 2 salários mínimos passaram de 5 para 7 estudantes; os que recebiam 3 salários mínimos diminuíram de 3 para 1 estudante; 4 não informaram os salários mínimos antes e depois; os estudantes que recebiam 5 salários mínimos aumentaram de 2 para 3 estudantes. Com essa informação, é possível verificar que houve alteração na renda inicial para a renda atual de 6 estudantes.

O grupo familiar dos estudantes que vivem da mesma renda estão representados no Gráfico 18.

Gráfico 18 - Grupo familiar dos estudantes do Ensino Médio Integrado

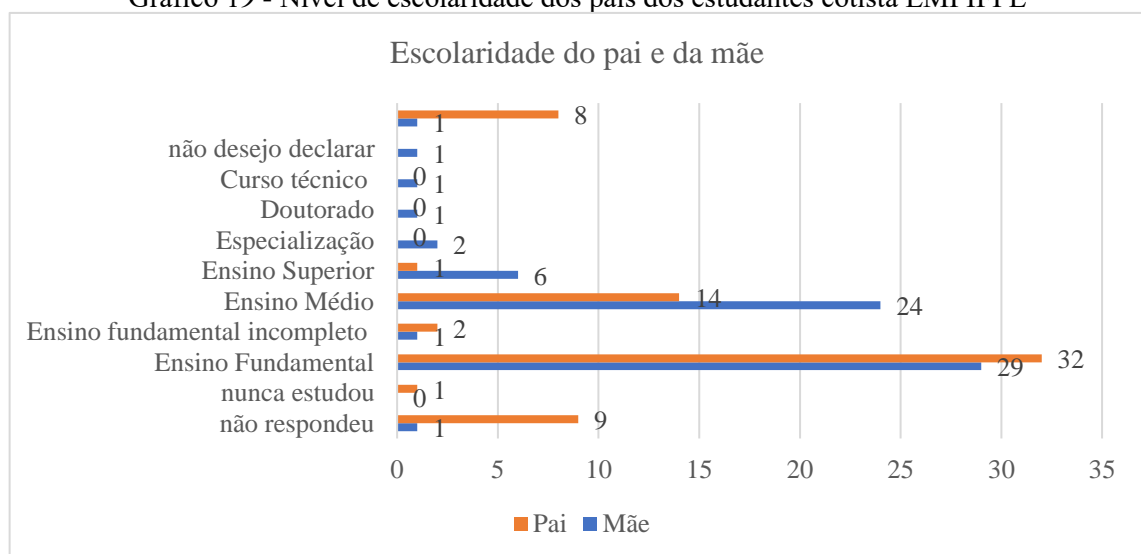


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Em relação à composição da renda familiar dos pais, as análises do Gráfico 18 indicam que 31 estudantes, que correspondem a 46%, pertencem ao grupo familiar que vivem da mesma renda para 2 a 3 pessoas; 40%, que corresponde a 27 estudantes, possuem renda para o grupo familiar de com 2 a 3; com renda familiar entre 6 a 7 pessoas são 3 estudantes, que correspondem a 4%; e para renda familiar com 1 pessoa são 6 estudantes, que corresponde a 9%. Para cálculo da renda familiar per capita, deve-se somar a renda bruta de todos os moradores do domicílio, e dividir o total pelo número de pessoas que residem na casa.

O nível de escolaridade dos pais é ilustrado pelo Gráfico 19 a seguir.

Gráfico 19 - Nível de escolaridade dos pais dos estudantes cotista EMI IFPE



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No Gráfico 19, observa-se que 1 estudante não respondeu à escolaridade da mãe, enquanto que 9 não responderam à escolaridade do pai; 1 estudante não desejou declarar a escolaridade da mãe e 8 estudantes a do pai. Verifica-se que dos estudantes que informaram a escolaridade dos pais, apenas 1 pai nunca estudou; com o ensino Fundamental tem 29 mães e 32 pais; Ensino Fundamental Incompleto tem 1 mãe e 2 pais; Ensino Médio 24 mães e 14 pais; Ensino Superior 6 mães e 1 pai; com especialização, 2 mães; com doutorado, 1 mãe; e com curso técnico, 1 mãe. Conforme as respostas, verifica-se que as mães possuem maior nível de escolaridade e que 17 estudantes não responderam ou não souberam a escolaridade dos pais. Esse dado é interessante, já que alguns estudantes têm a mãe solo, podendo ser o caso desses estudantes.

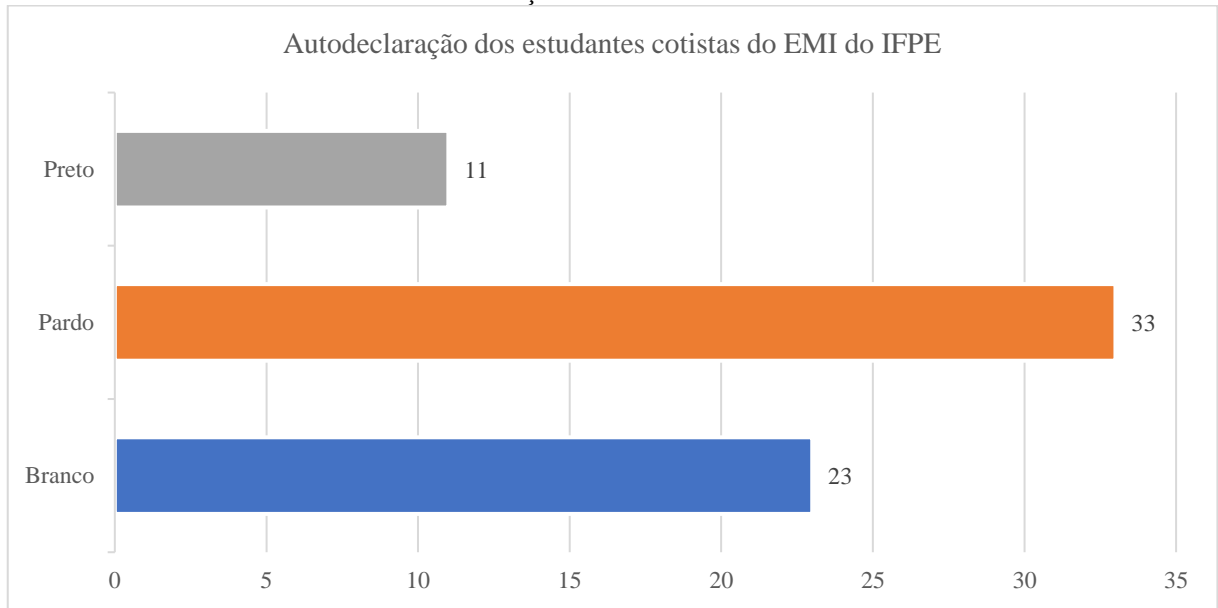
5.6.1.3 Bloco 3: inclusão das ações afirmativas para permanência

Neste bloco apresentam-se os resultados do questionário referente a algumas ações afirmativas desenvolvidas pelo IFPE para promover a permanência de grupos específicos que na pesquisa são a política de cotas raciais e socioeconômica. As ações afirmativas são consideradas inclusivas quando ampliam, além do acesso, o direito aos estudantes permanecerem no ambiente educacional. As questões do questionário referente à cor, heteroidentificação, estudantes com deficiência e a Assistência estudantil foram agrupadas neste bloco.

O Processo seletivo para ingresso no IFPE foi alterado para atender ao procedimento de heteroidentificação, regulamentado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), via Portaria Normativa nº 4/2018. É complementar à autodeclaração, em que o Conselho Superior do IFPE (Consup) aprovou, através da resolução nº 106/2021, o regulamento da instituição sobre os procedimentos para preenchimento das vagas reservadas a indígenas e de heteroidentificação complementar à autodeclaração de pessoas negras. A heteroidentificação complementar à autodeclaração de pessoas negras e aferição da condição de indígena é adotada pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) em seleções de estudantes para cursos técnicos integrados em 2022.

Na pesquisa, os estudantes foram perguntados: você já participou de algum procedimento QUE COMPLEMENTE a sua condição de heteroidentificação (relacionada a sua cor da pele) e(ou) de indígena autodeclarado?

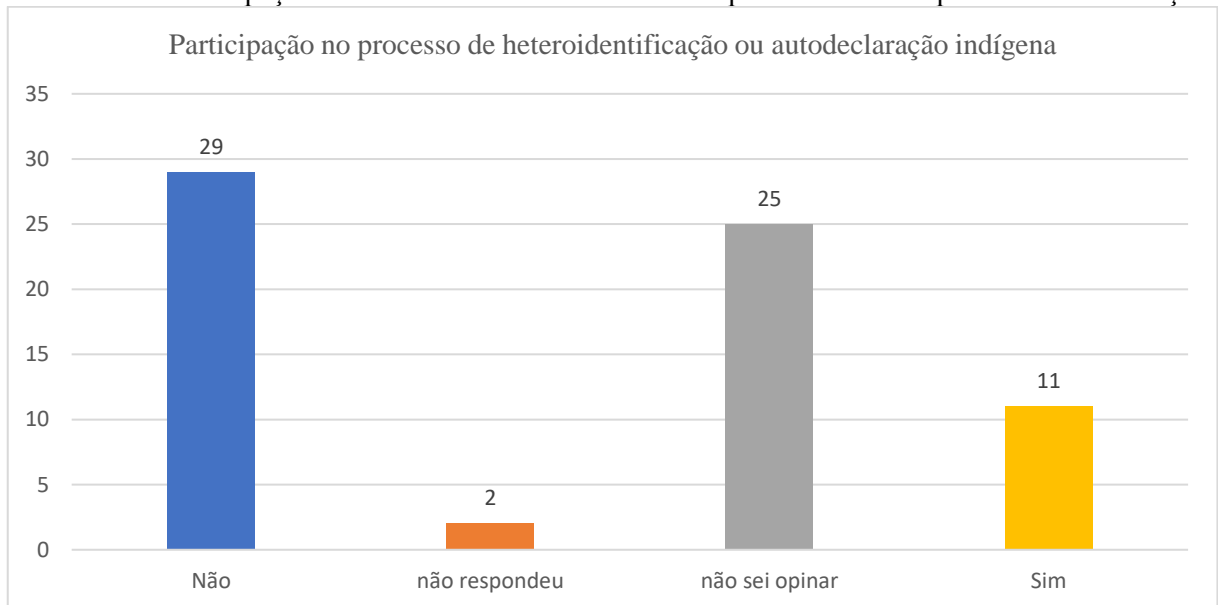
Gráfico 20 - Autodeclaração estudantes cotistas do EMI do IFPE



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 20, relativo à autodeclaração, 67 estudantes cotistas, sendo: 23 estudantes da cor branca, 33 estudantes pardos e 11 estudantes que se autodeclararam pretos. No Gráfico 21, é possível verificar quantos estudantes participaram do processo de heteroidentificação.

Gráfico 21 - Participação dos estudantes cotistas do EMI no processo seletivo por heteroidentificação



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

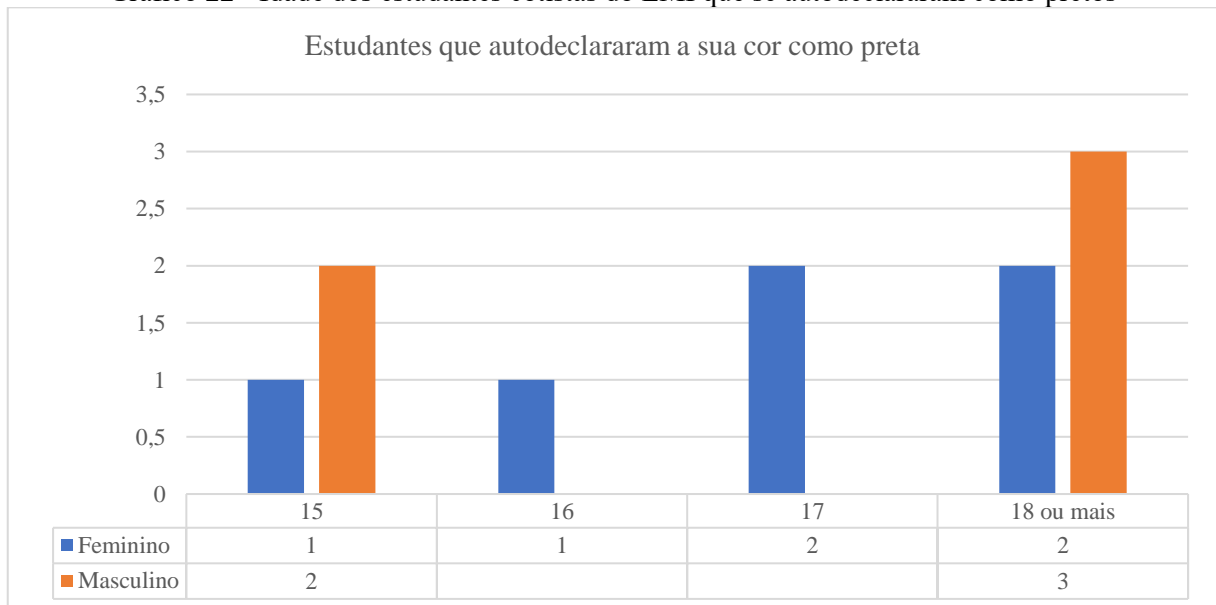
Verifica-se no Gráfico 21 que 2 estudantes não responderam, 29 informaram que não participaram do processo de heteroidentificação, 25 estudantes não souberam opinar e 11 estudantes participaram. Analisando os dados, verifica-se que 11 estudantes (16%) informaram que participaram do processo de heteroidentificação, considerando que o processo de heteroidentificação foi implementado no processo seletivo do IFPE no ano de 2022 e que participaram da pesquisa estudantes que ingressaram como cotistas seguindo o critério de autodeclaração e os que participaram do processo de heteroidentificação.

Os metodos de identificação racial são basicamente três, que podem ser aplicados com variações, segundo Osório (0000 *apud* Alves, 2013, p. 91),

O primeiro é a autoatribuição, no qual o próprio sujeito da classificação escolhe seu grupo. O segundo é a heteroatribuição, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro método é a identificação desses grupos populacionais dos quais provieram os ancestrais por intermédio de análise genética.

Coonforme o Gráfico 22, no IFPE em 2022 foram estabelecido que o estudante se autodeclarava e escolhiam seu grupo pela cor.

Gráfico 22 - Idade dos estudantes cotistas do EMI que se autodeclararam como pretos

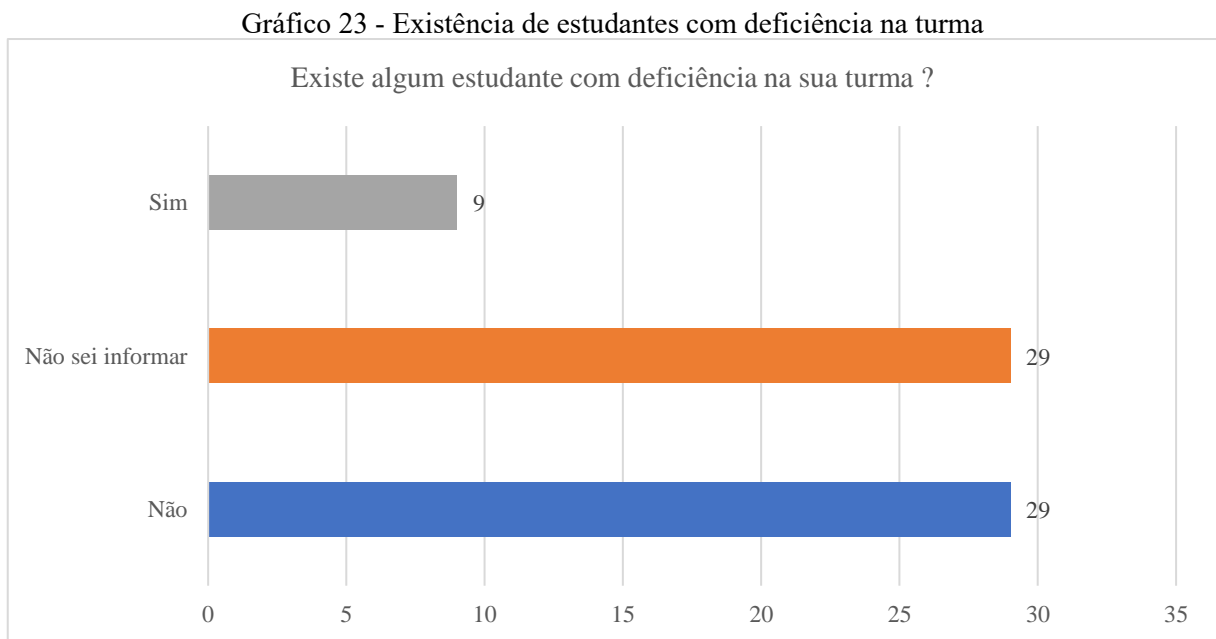


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 22 que dos 11 estudantes que ingressaram pelas cotas e participaram do processo de heteroidentificação, 6 são do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Na distribuição da idade, 3 estudantes têm 15 anos, 1 estudante tem 16 anos, 2 estudantes têm 17 anos e 5 estudantes têm 18 ou mais anos.

a) Estudantes cotistas com deficiência:

Dos 67 cotistas participantes da pesquisa, 3 possuem deficiência. Quando os estudantes foram perguntados se na sua turma tinha estudante com deficiência, eles responderam, conforme o Gráfico 23 ilustrado a seguir, que: 9 estudantes responderam que sim, 29 responderam que não e 29 responderam que não sabiam informar.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observa-se no Gráfico 24 a opinião dos estudantes quanto ao atendimento especializado.

Gráfico 24 - Existe atendimento especializado no IFPE?



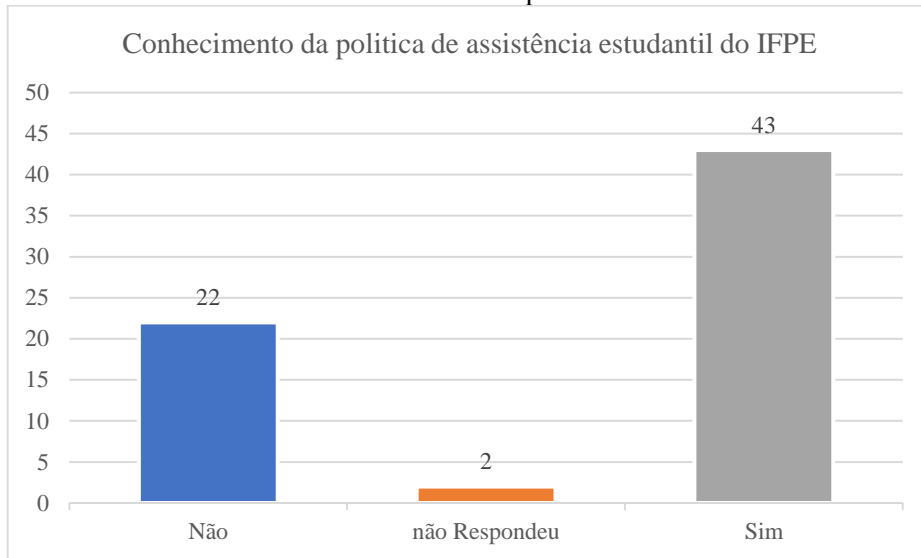
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 24 que dos 67 estudantes cotistas, 2 informaram que existe atendimento especializado no IFPE *Campus* Caruaru e Belo Jardim; 9 estudantes responderam que não; 35 estudantes disseram não saber informar; e 21 não responderam. Esses dados são preocupantes, já que nos dois *campi* existe o Núcleo de Atendimento Especializado (Napne) e 65 estudantes não têm conhecimento dos trabalhos de inclusão realizados.

b) Impacto da assistência estudantil para permanência dos estudantes:

Na pesquisa, os estudantes foram perguntados se conheciam a Política de Assistência ao Estudante do IFPE. Essa pergunta inicial teve como objetivo identificar como os estudantes cotistas identificam os programas e auxílios como política pública e as contribuições para a sua permanência.

Gráfico 25 - Conhecimento da política de assistência

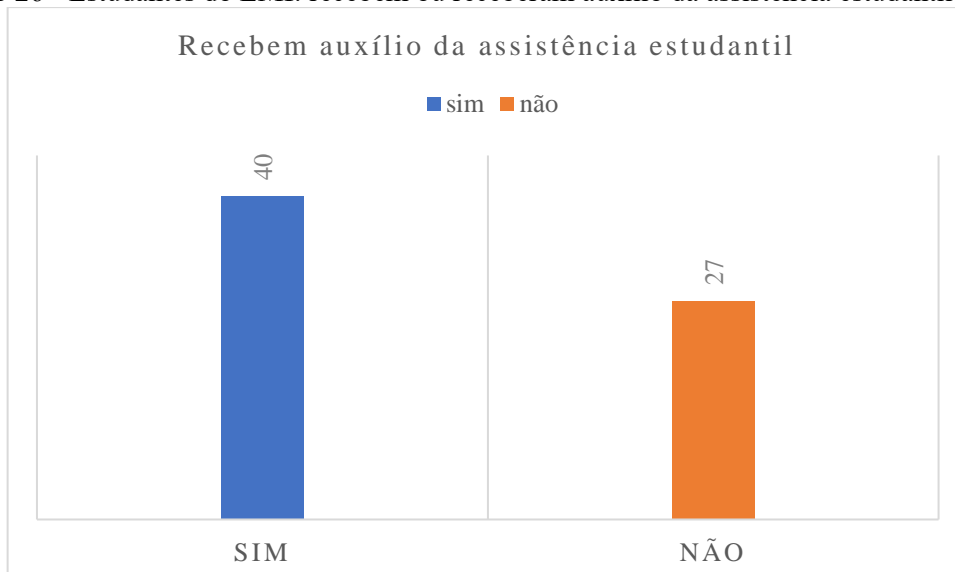


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No Gráfico 25, verifica-se que dos 67 estudantes cotistas, 43 responderam que conheciam a Política de Assistência Estudantil do IFPE; 22 estudantes informaram não conhecer; e 2 estudantes não responderam. Assistência Estudantil é um programa que contribui com a permanência não apenas com recursos, mas também com apoio da equipe multiprofissional que desenvolve apoio aos estudantes no processo de aprendizagem.

Para verificar a efetividade da Assistência Estudantil e quantos estudantes participantes da pesquisa são contemplados com recursos, os estudantes foram indagados se recebiam ou já receberam auxílio da Assistência Estudantil. Observem no próximo gráfico a resposta.

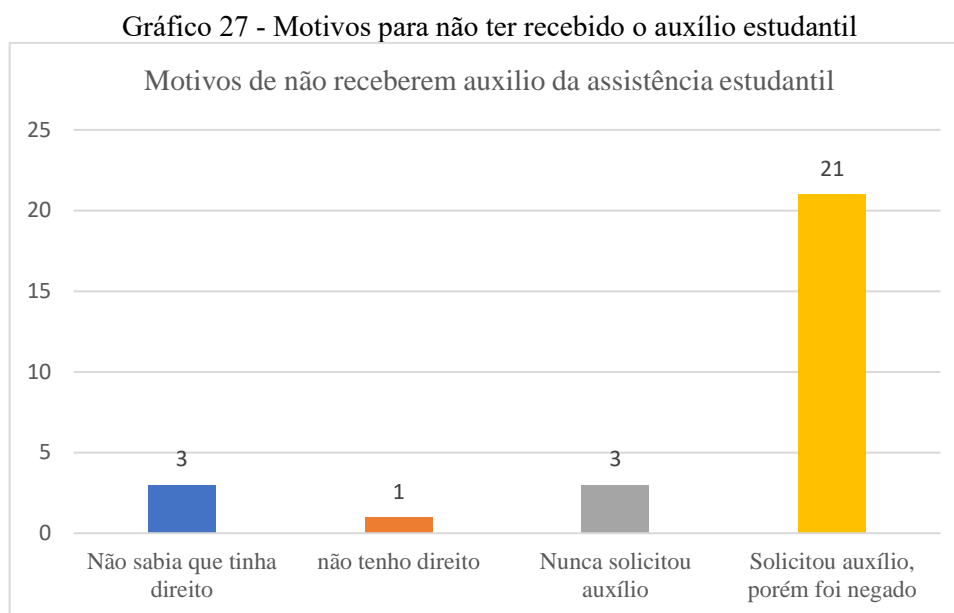
Gráfico 26 - Estudantes do EMI: recebem ou receberam auxílio da assistência estudantil do IFPE



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme o Gráfico 26, dos 67 estudantes cotistas, 40 afirmaram que receberam ou recebem auxílio da Assistência Estudantil e 27 estudantes cotistas informaram que não receberam e não recebem auxílio da Assistência Estudantil.

Os estudantes que não receberam ou não receberam auxílio da Assistência Estudantil informaram os motivos, como se pode observar no Gráfico 27.

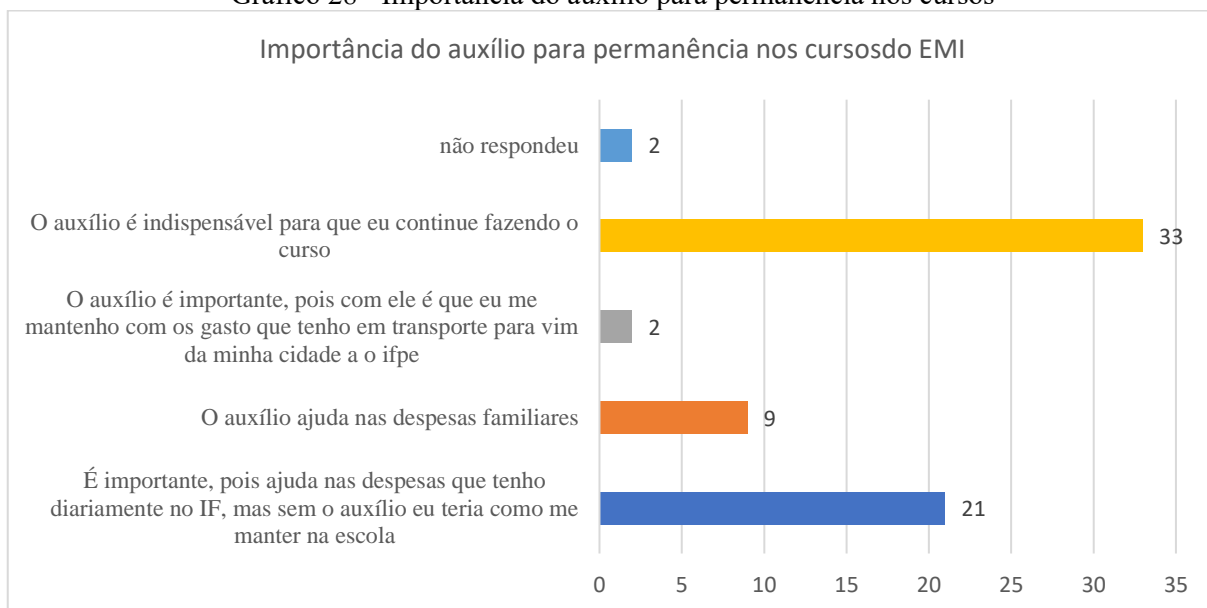


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme ilustra o Gráfico 27, dos 28 estudantes que responderam os motivos de não receberem recursos observa-se que: 3 estudantes informaram que não sabiam se tinham direito; 1 estudante informou que não tinha direito; 3 informaram que nunca solicitaram auxílio; 21 informaram que solicitaram, porém, lhes fora negado. Diante das respostas dos estudantes, se faz necessária maior divulgação da assistência estudantil, já que na pergunta se conheciam a política de assistência estudantil 22 dos estudantes afirmaram não conhecer, e quando se relaciona essa questão com a questão do auxílio, apenas 3 informaram que não sabiam se tinham direito e 24 informaram que lhe fora negado. Juntando os estudantes que não sabiam se tinham direitos com os estudantes aos quais foram negados os recursos, totalizam-se 27 estudantes que precisam de um acompanhamento individual para tirar as dúvidas sobre Política e Programas da Assistência Estudantil, que são direcionados para a permanência escolar.

Em relação ao auxílio estudantil, os estudantes foram perguntados sobre a importância do Auxílio para a Permanência no Curso.

Gráfico 28 - Importância do auxílio para permanência nos cursos

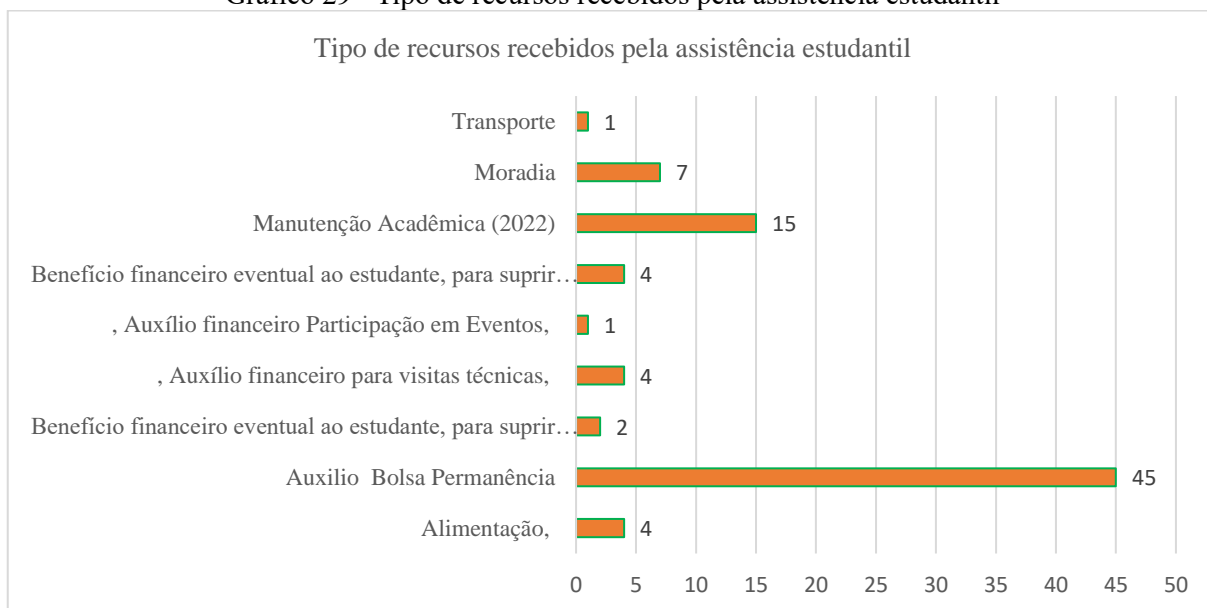


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 28 a respostas dos estudantes quanto a importância do auxílio para permanência os estudantes : não responderam 2 estudantes; 33 dos estudantes responderam que o auxílio é indispensável para continuar fazendo o curso; 21 estudantes responderam que é importante para auxiliar nas despesas que têm diariamente no IF, mas sem o auxílio os estudantes teriam como se manter; 9 estudantes informaram que o auxílio ajuda nas despesas familiares; 2 estudantes informaram que o auxílio ajuda nas passagem com transporte.

Os estudantes foram perguntados sobre qual o tipo de recursos recebem ou recebiam, o que pode ser observado no Gráfico 29 ilustrado a seguir.

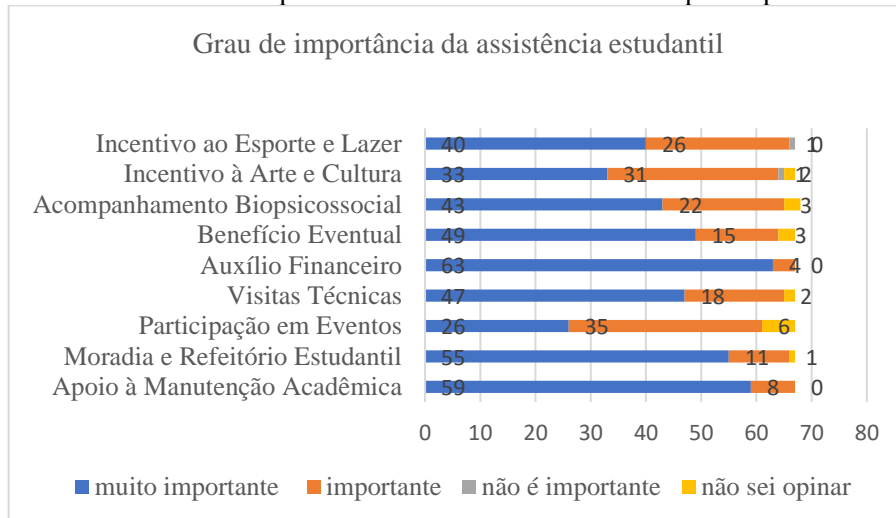
Gráfico 29 - Tipo de recursos recebidos pela assistência estudantil



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Como os estudantes poderiam responder mais de uma opção, percebe-se no Gráfico 29 que 45% estudantes recebem o Auxílio Bolsa Permanência; 15 estudantes recebem Manutenção Acadêmica; 7 estudantes receberam moradia; 4 estudantes receberam Auxílio Financeiro para Visita Técnica, Benefício financeiro eventual e alimentação; 2 estudantes receberam bolsas para para suprir necessidades temporárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais; e 1 estudante recebeu Auxílio financeiro para Participação em Eventos e Transporte. Os estudantes foram perguntados sobre o grau de importância, programas e auxílio da Assistência Estudantil para a permanência.

Gráfico 30- Grau de importância da assistência estudantil para a permanência



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

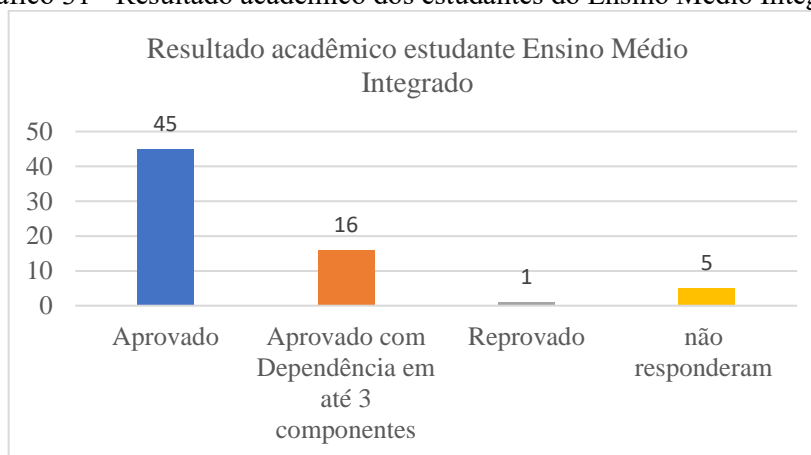
O Gráfico 30 apresenta o grau de importância dos Programas da Assistência Estudantil atribuídos pelos estudantes cotista. Destacam-se na análise os programas que foram considerados como mais importantes, e dentre eles os estudantes escolheram os seguintes: Auxílio Financeiro foi considerado muito importante para 63 estudantes; Apoio à Manutenção Acadêmica foi considerado muito importante para 59 estudantes; para 55 estudantes foi Moradia e Refeitório Estudantil; Benefício Eventual foi o programa mais importante para 49 estudantes; Acompanhamento Biopsicossocial para 43 estudantes; Incentivo à Arte e Cultura e Incentivo ao esporte alazer para 40 estudantes; Participação em Eventos foi o programa mis importante para 33 estudantes.

Esse resultado confirma que os estudantes cotistas consideram como muito importante os programas e recursos da assistência estudantil para permanência.

5.6.1.4 Bloco 4- perfil acadêmico e permanência escolar

Os estudantes que responderam à pesquisa tiveram como resultado no ano/período anterior os resultados ilustrados no Gráfico 31.

Gráfico 31 - Resultado acadêmico dos estudantes do Ensino Médio Integrado



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

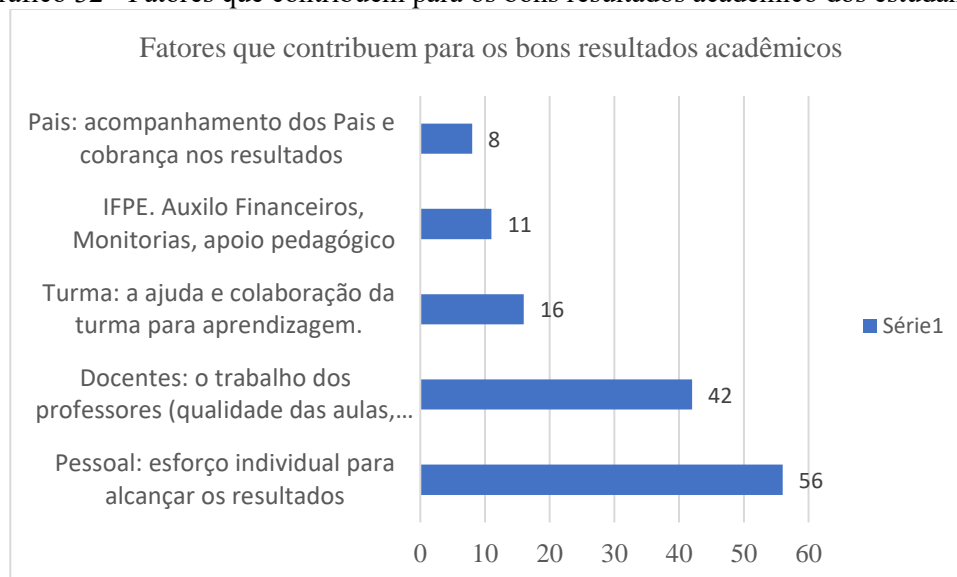
No Gráfico 31, observa-se que os estudantes participantes da pesquisa tiveram no ano/período anterior os seguintes resultados: dos 67 estudantes cotistas que responderam à pesquisa, 45 foram aprovados, 16 aprovados com dependência, 1 reprovado; 5 não responderam.

Verifica-se que os 66 participantes da pesquisa são jovens estudantes que seguem o fluxo na idade correta e que apenas 1 estudante ficou retido.

Os estudantes foram perguntados sobre os fatores internos e externos que podem

contribuir para os bons resultados acadêmicos, conforme se observa no Gráfico 32.

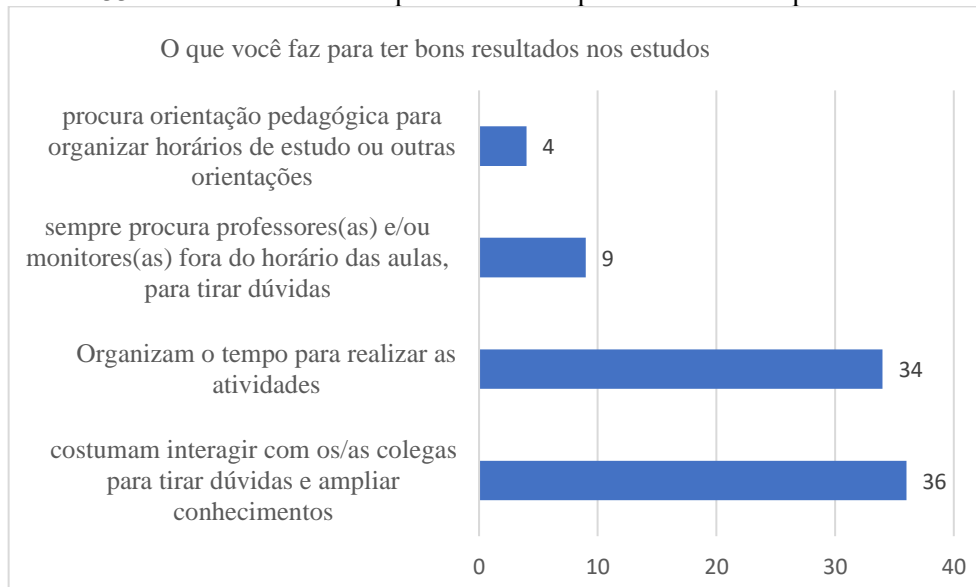
Gráfico 32 - Fatores que contribuem para os bons resultados acadêmicos dos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Destacam-se no Gráfico 32 os fatores que contribuem para os bons resultados acadêmicos dos estudantes. As respostas foram contabilizadas considerando que alguns estudantes marcaram mais de uma opção: 56 informaram que fator pessoal como esforço individual contribuem para o seu desempenho; 42 estudantes atribuíram ao trabalho docente; 16 estudantes destacaram a importância da ajuda e colaboração da turma; 11 responderam ser o IFPE; e 8 informaram sobre a importância do acompanhamentos dos pais.

Gráfico 33 - Fatores individuais que contribuem para o bom desempenho acadêmico



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Como a pesquisa destina-se a verificar os fatores Individuais que fazem com que os estudantes sejam protagonistas dos seus resultados acadêmicos, dos 67 estudantes 13 não responderam. Os estudantes destacaram o que fazem para ter bons resultados, como ilustra o Gráfico 33 os estudantes marcaram mais de uma opção tendo como resultado : 36 estudantes cotistas informaram que sempre costumam interagir com os/as colegas para tirar dúvidas e ampliar conhecimentos e 34 estudante cotistas informaram que sempre organizam o tempo para realizar as atividades; 9 estudante cotistas informaram que sempre procuram professores(as) e/ou monitores(as) fora do horário das aulas, para tirar dúvidas e 4 estudantes cotistas informaram que procuram orientação pedagógica para organizar horários de estudo ou outras orientações.

5.6.1.5 Bloco 5: o que revelam os estudantes sobre a permanência escolar

Este bloco de perguntas foi destinado a verificar o grau de satisfação com o contexto educacional do IFPE, aspectos relacionados à aprendizagem dos Estudantes, relações interpessoais e programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuem para o processo de aprendizagem e permanência.

Quadro 9 - Grau de satisfação com o contexto educacional do IFPE

Contexto Educacional do IFPE	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Indiferente	Não responderam
Satisfação com a Instituição	21	31	3	6	3
Satisfação com o Curso	20	27	6	8	3
Satisfação com a turma	16	35	2	8	3
Satisfação com os seus resultados acadêmicos no curso	5	26	21	10	2
Processo de Ensino	8	36	7	11	2

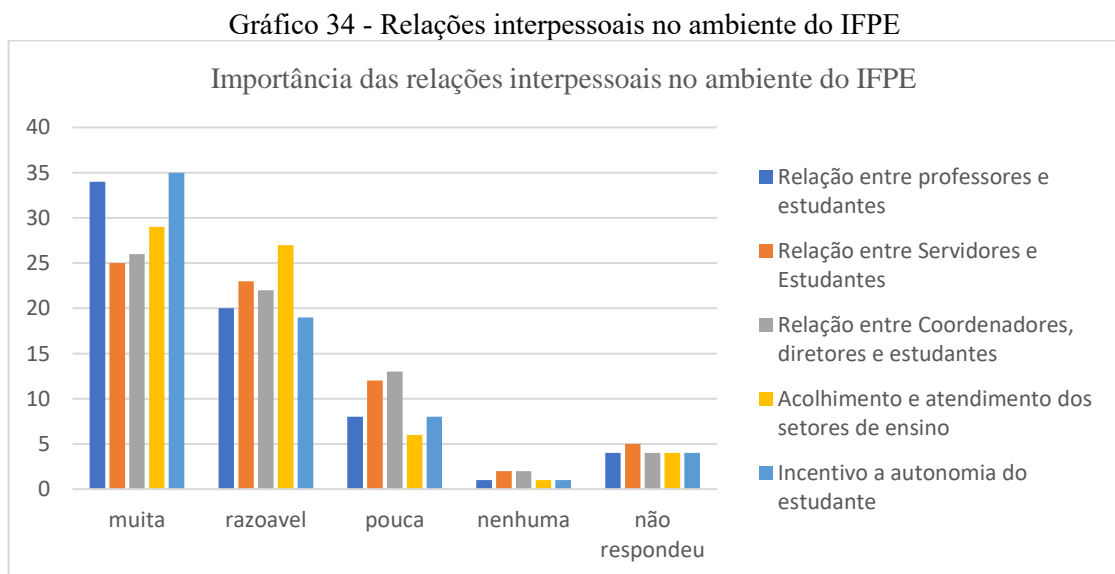
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Evidenciamos no Quadro 9 que o maior número de estudantes está satisfeito, seguido por muito satisfeito com o contexto educacional.

Destaca-se que, referente ao grau de satisfação com a instituição, dos 64 estudantes, 3 estudantes não responderam, 31 estudantes cotistas responderam que estão satisfeitos, 21 muitos satisfeitos, 3 pouco satisfeito, e 6 indiferentes. Quanto à Satisfação com o curso, 3 estudantes não responderam, 27 estudantes cotistas responderam que estão satisfeitos, 20 muitos satisfeitos, 6 estudantes estão pouco satisfeito, e 6 estudantes indiferentes. Quanto ao grau de satisfação com a turma, 2 estudantes não responderam, 35 estudantes cotistas

responderam que estão satisfeitos, 16 muitos satisfeitos, 3 estudantes estão pouco satisfeito, e 8 estudantes indiferentes. Quando perguntados sobre o grau de satisfação com os seus resultados, 2 estudantes não responderam, 26 estudantes cotistas responderam que estão satisfeitos, 5 estudantes muitos satisfeitos, 2 estudantes estão pouco satisfeito, e 10 estudantes indiferentes. Quanto ao grau de importância do processo de ensino, verificou-se que 2 estudantes não responderam, 36 estudantes cotistas responderam que estão satisfeitos, 6 estudantes muitos satisfeitos, 7 estudantes estão pouco satisfeito, e 11 estudantes indiferentes.

Diante desse resultado, verifica-se que estudantes estão satisfeito com a instituição, curso, turma e processo de ensino. Quanto à satisfação com os seus resultados acadêmicos no curso, chama-nos a atenção o fato de 21 estudantes estarem pouco satisfeitos, verifica-se o autonível de cobrança já que estes estudantes são os que tem o resultado de aprovados. No outro extremo temos 11 estudantes indiferentes quanto ao processo de ensino. Destaca-se a importância do acompanhamento da equipe mutiprofissional, atendimento e orientação dos profissionais da pedagogia e psicologia para que os estudantes possam ser ouvidos e intervenções sejam realizadas e os estudante tenham suporte para enfretar o desanimo e a ansiedade diante os resultados acadêmicos. No Gráfico 34 os estudantes responderam: Qual a importância das relações interpessoais no ambiente escolar para a sua permanência?

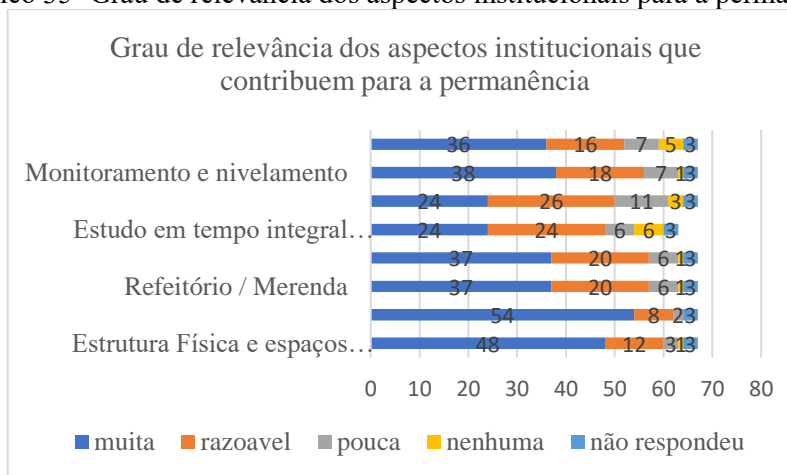


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Gráfico 34 destaca a importância das relações interpessoais para os estudantes sentirem-se acolhidos, seguros para que desenvolvam a sua autonomia e protagonismo. Diante disso, observa-se que 35 estudantes consideram como muito importante o Incentivo à autonomia; 34 estudantes afirmaram que a relações interpessoais entre professor e estudante no

ambiente escolar são muito importantes, bem como 29 estudantes afirmaram que o atendimento e acolhimento nos setores são de muita importância para a sua permanência. Nesses setores os estudantes podem recorrer sempre que precisam de informações e ajuda. Vinte e seis estudantes destacaram a importância das relações entre estudante e coordenadores e 25 estudantes a relação entre servidores e estudantes. Destaca-se que dar voz aos estudantes, é importante para verificar as relações interpessoais que contribuem para o clima escolar, proporcionando aos estudantes um ambiente acolhedor e seguro.

Gráfico 35- Grau de relevância dos aspectos institucionais para a permanência



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 35 o grau de relevância dos aspectos institucionais que contribuem para a permanência. Para 54 estudantes, Auxílios Financeiros foram considerados aspectos de muita relevância para permanência; 48 estudantes consideraram a Estrutura Física e espaços pedagógicos do IFPE, com a oferta de laboratórios, bibliotecas, espaços de convivência e salas, os quais foram considerados muita relevância para a sua permanência; 38 estudantes destacaram o Monitoramento e nivelamento como de muita relevância para a sua permanência; Refeitório/Merenda e atendimento e orientação pela equipe multiprofissional (Psicólogo, Pedagogo, Assistente Social, Assistente de aluno) foram considerados com de muita relevância para a permanência por 37 dos estudantes; Educação Emocional para motivação das(os) estudantes foi considerado como de muita relevância para a permanência por 36 estudantes; Estudo em tempo integral (permanência o dia todo no IFPE) e Palestras, Roda de conversas, espaço de diálogo e ações sobre os temas próprio da juventude, foram considerados de muita relevância para a permanência por 24 estudantes.

Diante dos resultados ganha destaque a importância dos Programas de Assistência estudantil, a infraestrutura o apoio da equipe multiprofissional, o monitoramento da

aprendizagem e as atividades complementares para os estudantes. Destaca-se, também, nesse resultado a importância da educação emocional, para contribuir com a motivação e o processo de aprendizagem, já que após a pandemia os problemas emocionais estão interferindo na aprendizagem e qualidade de vida dos jovens estudantes.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo tem a finalidade de atender ao quarto e último objetivo específico desta pesquisa, qual seja: elaborar o projeto de um Protótipo da Plataforma Institucional, denominada Observatório Permanência Escolar Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, fundamentado nos resultados da pesquisa “Permanência Escolar dos Estudantes Cotistas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e os autores”.

A Capes compreende produto/processo educacional como “[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema, ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional [...]” (Brasil, 2019, p. 16). É constituída numa práxis, aliando produção material e intelectual para levar a reflexões, debates e transformações na educação básica, não podendo ser reduzido apenas como um elemento físico, impresso ou virtual (Freitas, 2021).

O Produto Educacional configura-se como mídia, ressaltando-se que na categoria de mídias educacionais, é possível o desenvolvimento de produções técnica/tecnológicas como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins, que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais (Brasil, 2019).

O produto educacional proposto por esta pesquisa consiste na elaboração de um protótipo de um *site* educacional que se configura como uma página na internet e poderá ser implementado pela Rede Federal de Ensino e por todas as unidades do Instituto Federal de Pernambuco.

O projeto do protótipo do Observatório da Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado é uma proposta de um site que funcione como um instrumento de informação, divulgação e pesquisa sobre a permanência escolar dos jovens estudantes em projetos, programas e ações do ensino, da pesquisa, da extensão e da assistência estudantil no IFPE. O *site* poderá desvelar os fatores internos e externos que influenciam na permanência dos estudantes, mediante a divulgação dos resultados das pesquisas bibliográficas e documentais e experiências exitosas na Rede Federal da Educação Profissional.

O observatório não é apenas um observador e não deve assumir uma função operacional de coleta de dados primários. Segundo os autores do Workshop on Environment (1999), eis a informação gerada:

- 1) deve ter credibilidade e produzir informação de qualidade (indicadores, análises críticas e diagnósticos) fundamentada por métodos científicos, sem, no entanto, se envolver na produção de dados primários, e servindo aos tomadores de decisão do setor público;
- 2) deve ser resultado de um processo constante de funcionamento do observatório, o que exige apoio institucional consistente, aliado à determinado grau de independência institucional e funções bem definidas;
- 3) deve ajudar o observatório a desempenhar um papel de catalisador, distribuindo informações ao seu público-alvo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa desvelou a possibilidade de romper com o que já está instituído, sendo a evasão, para pesquisar a permanência como movimento instituinte, onde se faz necessário ousar, inovar, pensar uma nova forma de fazer ou refazer práticas e concepções pedagógicas e de conhecimento. É preciso perceber outros tipos de relações pedagógicas, ainda que embrionárias, mas que devem ser divulgadas. A pesquisa visou dar voz aos Jovens estudantes que, como sujeitos da pesquisa, tiveram a oportunidade de refletir sobre os fatores internos e externos que contribuem para a sua permanência nos cursos, mesmo diante de tantas dificuldades.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica é uma conquista e um desafio, por ser gerado em tempo de crise e que até hoje luta pela sua consolidação. Existe uma polaridade na qual o fenômeno da permanência vem sendo abordado, seja pela relação da evasão/permanência, seja pelo fato de que o fenômeno é a evasão. Diante das perdas, consequências e impactos, os autores apresentam possíveis soluções para a permanência. A pesquisa assinala o viés da permanência direcionada para os aspectos positivos, procurando desvelar os fatores relacionados aos motivos que levam os estudantes a permanecerem em suas instituições e cursos.

Evidenciamos a contribuição do compreender a evolução das teorias científicas nas quais o fenômeno pesquisado era a evasão, e diante de tantas pesquisas nos cursos superiores, os pesquisadores iniciaram uma mudança de paradigmas para pesquisar a permanência como fenômeno positivo, em contrapartida à evasão, que é negativa. Verificaram-se poucas produções abordando a permanência como no estado da Arte da produção acadêmica brasileira sobre permanência escolar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Apreendemos e compreendemos melhor a instituição a partir nas legislações educacionais em nível nacional e institucional, dando ênfase nas normativas que regulamentam o ensino médio integrado à educação profissional, que estabelece a permanência dos jovens estudantes como um direito.

Evidenciamos as condições estruturantes dos *campi* Belo Jardim e Caruaru quanto possibilidades que podem contribuir no processo de ensino-aprendizagem. Revelando que os jovens estudantes relacionam a sua permanência ao seu esforço pessoal, à interação com os colegas, professores e servidores, aos recursos recebidos pela Assistência Estudantil, ao apoio da família do Ensino Médio Integrado e destacaram a importância dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Ganha destaque a contribuição do Produto Educacional foi um protótipo de um *site* educacional denominado “Observatório Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado”, que poderá ser implementado pela Rede Federal de Ensino e por todas as unidades do Instituto Federal de Pernambuco. Possui a finalidade de sistematizar e divulgar as ações, projetos e programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência Estudantil, que pode favorecer para o fortalecimento da permanência dos jovens estudantes nos cursos, em especial os que fazem parte da ação afirmativa.

O *site* foi visitado e avaliado por 18 participantes da pesquisa, que aprovaram o protótipo, já que 89% participantes responderam que não tiveram dificuldades em navegá-lo, atribuindo critério de muito bom à Importância da Criação do Observatório e dando sugestões que contribuiriam para melhoria e aperfeiçoamento do protótipo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. D. B. **Permanência e Êxito no Ensino Médio Integrado do IFG Uruaçu:** orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes. 2019. 225f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – PPGEEB – Cepae/UFG. Goiânia: UFG, 2019.
- ANTUNES, K. C. P. **Programa de assistência estudantil e a sua materialização no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul:** uma proposta de produto educacional voltado aos estudantes do Ensino Médio Integrado. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: IFMS, 2021.
- ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. do S.. Filosofia da práxis e Ensino Integrado: uma questão ético-política. *In:* OLIVEIRA, J. P. G.; RODRIGUES, D. S.; SILVA, J. B. C. **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional.** São Paulo: Papirus, 2012.
- BETTONI, V. **O programa nacional de assistência estudantil (PNAES):** Um estudo de caso no Instituto Federal Catarinense Campus Videira. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). IFPR: Curitiba, 2021.
- BRASIL. **Resolução nº 063, de 01 de outubro de 2013.** Aprova o Documento Regulamentador do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE. Recife: Conselho Superior do IFPE – CONSUP/IFPE.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988]. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=249346&norma=102408>>. Acesso em: 08 dez. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2010. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: em 23 nov.2021
- BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei_n./L13005.htm>. Acesso em outubro de 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 dez. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 23 nov.2021.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 29 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos>. Acesso em 02 mar 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 02 mar 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=100&Itemid=81>>. Acesso em: 23 nov.2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRITO, L. M. **A política de assistência estudantil como prática educativa de formação humana integral**: uma proposta para o Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus Aracruz*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas(MPED) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: Ufba, 2023.

CARLOS, F. **O programa de apoio à formação estudantil no ensino médio integrado do IFRN-CNAT**: vivenciando transformações pelo trabalho como princípio educativo. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN: IFRN, 2017.

CARMO, G. T.; MANHÃES, E. K.; COLA, M. L. T. Pistas sobre a permanência estudantil como virada epistemológica: iniciativas de um núcleo de pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vincent Tinto. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 54-63, jan./jun. 2018.

CARMO, C. T. A permanência escolar na educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 201 no Brasil. **Arquivos analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 63, 2014.

CARMO, G. T. (Org.). **Sentidos da permanência na educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

CARMO, G. T.; LIMA, C. M. V. No Brasil, combater a evasão na escola tem o mesmo sentido que promover, nela, a permanência? - uma indagação sob duas perspectivas da noção de compromisso. **Seminário Temas & Debates**. Envolver, comprometer, pertencer: os interstícios de uma inclusão escolar em permanência, Universidade Nova de Lisboa, CICS/FCSH 25 a 28 nov. 2016.

CARMO, G. T.; CARMO, C. T. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil.

Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 22, n. 63, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n63>. Acesso em: 04 mai. 2022.

CARMO, G. T. do (Org.). **Dos estudos da evasão para os da permanência e do êxito escolar**: um giro paradigmático Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018.

CARMO, G. T. do. (Org.). Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. In: CARMO, Gerson Tavares do. **Dos estudos da evasão para os da permanência e do êxito escolar**: um giro paradigmático. Campos dos Goytacazes – RJ: Brasil Multicultural, 2018.

CARMO, G. T.; REIS, D. B.; MANGUEIRA, G.. Educação de Jovens e Adultos na contramão da evasão: o enigma da permanência escolar. **Cátedra Digital**, v. 3, p. 1-8, 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, p. 27-41, 2011

COSTA, D. P. de O. **Educação Profissional e Tecnológica**: avaliação do ensino como instrumento de gestão para a permanência escolar. Olinda, PE: O autor, 2020.

CUNHA, L. A. Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. In: YANNOULAS, S. C. (Org.). **Atuais Tendências na Educação Profissional**. Brasília: FLACSO, 2000.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

FARIA, B. A. A. **A política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Confresa**: entre o pedagógico e o social. Cuiabá: IFMT, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

FEITOSA, M. S. **Evasão escolar na Educação Profissional, científica e tecnológica**: reflexões e possibilidades de enfrentamento. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do sertão pernambucano, Campus Salgueiro, Salgueiro - PE, 2020.

FINGER, S. J. **A Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica**: estudo avaliativo do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS e do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2020.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia do oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia do oprimido**. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de educação**, v. 16, p. 235-254, jan., 2011.

FRIGOTTO, G. (Org). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento /** Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. e-ISBN 978-85-92826-14-7.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA; M. RAMOS, M. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005a.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – out. 2005b.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 11-37, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Gênese, concepção e indefinições do ensino médio integrado**, 2010.

GÓIS, Luana Santana. **A Repercussão do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes na Evasão Escolar do Instituto Federal da Bahia - Campus Porto Seguro**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e tecnológica) - Instituto Federal da Bahia – Campus Salvador, Salvador-BA, 2020.

GRABOWSKI, G. Ensino médio integrado à Educação Profissional. **Boletim**, v. 7, p. 05-15, 2006.

GREGORIO, C. G. Observatorios ciudadanos de la administración de justicia penal: ¿cómo incidir desde un observatorio?, **IJJusticia**, 2007. Disponível em: <http://www.ijjusticia.org/docs/observatorios.htm>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. The Brazilian system of racial classification. **Ethnic and Racial Studies** (Print), v. 35, p. 1157-1162, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, p. 147-156, 1999.

KAPLÚN, G. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, p. 46-60, maio/ago. 2003.

KOSTRYCKI, X. M. **Para além do acesso: a política de cotas e o abandono escolar no Instituto Federal do Paraná, Campus Paranaguá**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Curitiba: IFPR, 2020.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n.144, set./dez., p. 752 – 769, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 851-873, 2010.

LEITE, Maricélia Carvalho Moreira. **Política de assistência estudantil do Instituto Federal de Roraima – Campus Boa Vista**: na concepção dos alunos beneficiários. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2018.

MARCELINO, F. T. **O acesso de estudantes quilombolas no IFRN**: análise da lei nº 12.711/2012. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2018.

MARTINS, J. P. L. **Política de assistência estudantil no ensino médio integrado**: análise sob a ótica dos alunos dos cursos de agropecuária do IFPI – *Campus Oeiras*. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus Salgueiro*. Salgueiro: IF Sertão-PE, 2020.

MATOS, L. A. de. **Permanência no ensino médio profissional**: o caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, 2018.

MEDEIROS, S. A. de. **Programa nacional de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica**: um estudo de caso no IF Goiano Campus Morrinhos. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal Goiano. Morrinhos-GO: IF Goiano, 2020.

MENDES, R. de O. **O “combo” da trajetória da formação escolar no IFS**: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Instituto Federal de Sergipe; Aracaju: IFS, 2019.

MILLIORIN, S. A. **Atuação da Rede Federal na ampliação do direito à educação básica**: uma análise do ensino médio integrado nos Institutos Federais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2018.

MORAES, G. H. *et al.* **Plataforma Nilo Peçanha**: guia de referência metodológica. Livro Eletrônico - E-book. Brasília-DF: Editora Evobiz, 2018.

MOURA, G. C. **O Programa de Assistência Estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos**: um estudo realizado no Instituto Federal do Amapá. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

MOUREIRA, A. da S. **A política de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde** na perspectiva de estudantes beneficiados. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

OLIVEIRA, A. F. de. **Assistência estudantil no IFRN Campus Zona Norte e sua relação**

com a permanência escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2022.

OLIVEIRA, J. D. de. **CAE na rede:** construindo um aplicativo para os estudantes do ensino médio integrado. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal Farroupilha. Jaguari-RS: IFFar, 2020.

OLIVEIRA, P. F. **Evasão escolar no curso técnico em agropecuária integrado ao nível médio do IFMT – Campus São Vicente:** uma proposta de guia como instrumento de apoio aos trabalhos de permanência e êxito. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso. Cuiabá: IFMT, 2021.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.

PIERONI, A. R. **Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Salto.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2016.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In:* RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado.** Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf . Acesso em: 30 mai. 2021.

RATEKE, D. **As contradições em torno do acesso e da permanência de estudantes da classe trabalhadora por meio da implementação da Lei de Cotas nos Cursos de Ensino Médio Técnico Integrado do IFSC – Campus Florianópolis.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

RIBEIRO, E. M. **Guia educacional sobre os fatores de permanência e êxito dos alunos egressos da rede pública do Ensino Fundamental no Ensino Médio Integrado do IFSC- Campus Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead) do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2020.

RIBEIRO, M. M. **Sucesso escolar:** desafio dos discentes dos cursos integrados do campus Porto Seguro do IFBA. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador: IFECTBA, 2019.

RODRIGUES, A. L. **Perfis sociais, percursos escolares, condições de permanência e perspectivas de futuro:** o caso de cotistas de cursos técnicos integrados do IF Sudeste MG - Campus Muriaé. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas.** Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

ROSALES, G. F. Evasão e permanência em Educação Profissional e Tecnológica : um estudo a partir dos cursos técnicos integrados do IFSul Câmpus Camaquã. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Charqueadas: IFSUL, 2019.

SANTOS, C. M. M. dos. **A efetividade das políticas assistenciais para a permanência e êxito em cursos técnicos integrados do *campus* São Vicente do Sul – Instituto Federal Farroupilha.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *Campus* Jaguari/RS. Jaguari, RS: IFFar, 2021.

SANTOS, R. E. dos. Política de assistência estudantil na educação profissional do IFCE: dilemas e desafios no contexto da crise estrutural do capital. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte-CE: UECE, 2017.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, abr. 2020.

SANTOS, L. C. dos. **Análise da política de assistência estudantil nos institutos federais:** um estudo comparativo entre o Instituto Federal da Bahia, *campus* Salvador e do Amapá, *campus* Macapá. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador: IFBA, 2019.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, C. E. C. **Assistência estudantil e ensino médio integrado:** um estudo sobre as relações entre o Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer e a permanência escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Educação. Recife: UFPE, 2017.

SILVA, C. B. B. da. **Guia orientativo enquanto ferramenta para auxiliar estudantes na compreensão dos editais de assistência estudantil do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul Campo Grande-MS.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: IFMS, 2021.

SILVA, A. S. Jr. da. **Possibilidades de acesso e permanência da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio no IFSUL – *Campus* Sapucaia do Sul.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Charqueadas: IFSUL, 2020.

SILVA, B. D. da. **A permanência de estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFRS, *Campus* Restinga, diante da pandemia da COVID-19.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Charqueadas: IFSUL, 2018.

SILVA, G. G. Da. Concepções e práticas de assistência estudantil no *Campus* Ariquemes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SOMMER, L. C. de O. **Acesso e permanência de alunos com deficiência no**

Ensino Médio Integrado da rede federal: tecendo diálogos entre a educação especial e a Educação Profissional, tecnológica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador: Ufba, 2020.

SOUZA, T. M. F. de. **A autorregulação da aprendizagem: um caminho para a promoção da permanência e do êxito na Educação Profissional e Tecnológica.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2019.

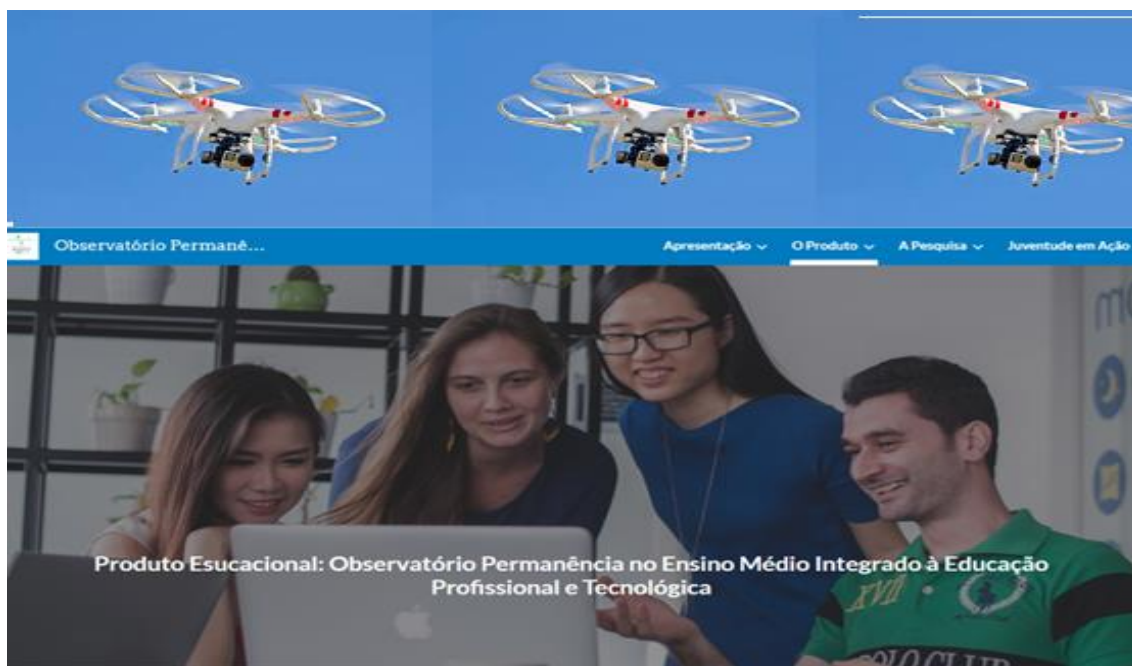
TRINDADE, A. V. **A permanência estudantil:** uma análise da primeira turma de ensino médio integrado e a política de assistência estudantil no Cefet/RJ- *Campus Maria da Graça*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ: UFF, 2019.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

ZIBENBERG, I. G. S. **Permanência e êxito na passagem pelo Ensino Médio Integrado:** implicações do capital cultural e do ofício de aluno na seletividade escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

ZIBENBERG, I. G. S. **Das disposições sociais aos habitus estudantis:** as incorporações do êxito escolar no ensino médio integrado. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

APÊNDICE A - PROJETO DO PROTÓTIPO OBSERVATÓRIO DA PERMANÊNCIA ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



José Nildo Alves Caú

AUTORES



Assis Leão da Silva



**Jane D'arc Feitosa de
Carvalho Alves
Beserra**

FICHA TÉCNICA

Descrição: Este material é um Projeto do Protótipo de um *site* educacional, resultado da pesquisa de mestrado intitulada Permanência Escolar dos Estudantes Cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e sujeitos, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - *Campus Olinda*.

Produto Educacional: Protótipo do *Site* Observatório da Permanência Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Área de conhecimento: Ensino

Público-alvo: Docentes, estudantes, gestores, técnicos administrativos, pesquisadores, família e comunidade geral.

Finalidade: Divulgar as atividades de Ensino, Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência Estudantil do IFPE, que contribuem para permanência dos estudantes do Ensino Médio Integrado desde o seu ingresso até a conclusão do curso.

Categoria: Página na Internet.

Registro do produto/Ano: Biblioteca Carolina Maria de Jesus do IFPE *Campus Olinda*, 2023.

Produção, organização e diagramação: Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves Beserra

Avaliação do produto: Professor, servidor, estudante do ensino Médio, estudante egresso, pesquisador do IFPE, 03 membros da Banca Examinadora de dissertação.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, assim como a proibição do uso comercial deste produto educacional.

Divulgação: Meio digital.

Instituição envolvida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). URL: <https://educapes.capes.gov.br/>

Idioma: Português.

Cidade: Olinda/PE

PROJETO CRIAÇÃO DO PROTÓTIPO DO SITE OBSERVATÓRIO PERMANÊNCIA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

1 INTRODUÇÃO

O Projeto do Protótipo do *Site* Observatório da Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica tem a intenção em divulgar as ações de ensino, pesquisa e extensão do IFPE, como experiências instituintes que contribuem com a permanência dos jovens nos Cursos do Ensino Médio integrados à Educação Profissional do IFPE.

Os Institutos Federais (IFs) constituem um novo paradigma na educação brasileira, têm uma proposta pedagógica inovadora, com características que as diferenciam das demais escolas devido à verticalização formativa que percorre desde a formação técnica de nível médio a cursos de doutorado em diversas áreas. Um dos maiores desafios é ter assegurados os recursos para garantir uma base material necessária para a efetivação do processo de aprendizagem e educação de qualidade.

[...] nenhum processo educativo formal se faz com qualidade sem uma robusta base material que se expressa: a) pela formação e pelo número adequado de docentes, pessoal técnico e de apoio e com tempo adequado em sala de aula, estudo, pesquisa e orientação dos alunos; b) pela estabilidade e continuidade na instituição deste corpo docente e técnico; c) pela existência de laboratórios para todas as áreas e materiais disponíveis e biblioteca adequada e atualizada não apenas no que é específico, mas naquilo que é fundamental a todas as ciências e artes; e d) espaços para esportes, lazer e atividades culturais, sem o que os jovens sentem-se [sic] aprisionados (Frigotto, 2018, p. 144) .

Para o processo educativo acontecer e os jovens não se sentirem aprisionados, se faz necessário que os institutos sejam um espaço de aprendizagem, convivência e formação integral, sendo necessário, para tanto, que os docentes e administrativos tenham oportunidades de formação em serviço e condições materiais e financeiras para exercer as ações ligada ao ensino, pesquisa e extensão, e que a instituição de ensino tenha uma robusta base material que atenda à especificidade de cada curso, viabilize a vivência da prática educativa, com materiais adequados e laboratórios, bibliotecas e toda a infraestrutura para viabilizar, igualmente, o ensino a pesquisa e a extensão.

A criação e a expansão dos IFs alcançaram efeitos positivos, ao diminuírem a desigualdade social no quesito acesso, visto que as classes sociais menos favorecidas tiveram a oportunidade de realizar matrículas nos cursos técnicos, Ensino Médio Integrado. Ao se pensar o acesso, ele foi ampliado por meio da lei de cotas, possibilitando o ingresso à população pobre,

preta, parda, indígena e com deficiência. Pensando nesses estudantes que já adentraram na instituição e precisam enfrentar as dificuldades de adaptação, aquisição de material escolar, superar dificuldades no aprendizado das disciplinas e na adaptação às novas rotinas acadêmicas, entre outros desafios, realizaram-se pesquisas sobre permanência, para verificar quais as ações que os IFs estão desenvolvendo para o atendimento à complexidade de situações que envolvem todos os estudantes em especial os estudantes cotistas.

A pesquisa realizada com os estudantes do ensino médio integrado deu voz aos jovens que reconheceram que a permanência no Ensino Médio Integrado vem se constituindo mediante o esforço individual, participação da família, clima escolar e relações de convivência com outros estudantes, com os professores e servidores. Destacaram também a importância do ensino, da pesquisa e da extensão para a formação integral e que os recursos e programas da assistência estudantil contribuem para a permanência nos cursos integrados.

Ampliando o olhar pedagógico para a produção do produto, nasceu a ideia de um produto educacional que tenha a permanência escolar como objeto de pesquisa e que possa contribuir para o fortalecimento das políticas educacionais para o EMI. O Observatório Permanência pode se constituir numa experiência instituinte no IFPE, que tem a possibilidade de mudar do paradigma da evasão para o da permanência. A mudança de paradigma é o diferencial do Observatório, que terá oportunidade de divulgar as experiências exitosas dos estudantes, docentes, servidores que fazem parte dos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com a permanência e formação integral dos jovens que estão se preparando para atuar profissionalmente e dar continuidade a sua formação acadêmica.

A criação do observatório pode ser instituída mediante um grupo de pesquisa e mantida pelo Instituto Federal de Pernambuco, sendo um espaço de natureza científica, acadêmica e social, sem fins lucrativos e vinculação confessional e/ou política partidária, voltada à construção e a publicitação de saberes, experiências, projetos e pesquisa em rede, com a finalidade de sistematizar e divulgar as ações, projetos e programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência Estudantil que contribuem para o fortalecimento da permanência dos jovens estudantes nos cursos, em especial os que fazem parte das ações afirmativas.

O observatório é uma junção de projetos de pesquisas com grupo de pesquisadores que tenha uma equipe multidisciplinar, com conhecimento especializado na área das linhas de pesquisa do observatório, a natureza e a vinculação administrativa, devendo definir as funções a serem cumpridas pelo observatório e providenciada a sua organização (equipe, recursos). Muito importante é definir um portal de tecnologia web, plataforma para tratamento

de abundância de dados heterogêneos, e para dados estatísticos e infraestrutura. Para promover a integração, o sítio de Internet do observatório deve ter conteúdo que desperte o interesse de seu público, uma linguagem acessível que permita uma identificação precisa do tema explorado, da posição estabelecida perante esse tema e dos princípios nos quais se baseia a atuação do observatório. Pelas exigências crescentes para respostas rápidas, soluções inovadoras e custos baixos de operação, uma plataforma tecnológica eficiente e de baixo custo passa a ser uma condição importante no desenho de um observatório. Isto tem levado à escolha de plataformas baseadas em software livre (e de código aberto) que diminuam os custos de implantação do observatório, sem, contudo, comprometer o desempenho de seu funcionamento (Álvarez Lobato *et al.*, 2007; Barcellos *et al.*, 2016).

Para a criação do protótipo, a plataforma escolhida foi Google SITE, que é um Software Livre importante para apresentar a criatividade e inventividade do projeto do Site do Observatório da Permanência no Ensino Médio Integrado.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar o Protótipo do *Site* com a proposta da criação do Observatório da Permanência dos Estudantes no Ensino Médio Integrado como produto da pesquisa de mestrado.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Produzir um vídeo para o *site*, com a participação de jovens/estudantes do Ensino Médio Integrado.
- Contribuir com a formação do Grupo de Pesquisa PermaneSer IF;
- Divulgar os resultados da pesquisa no *site* do observatório;
- Contribuir para a elaboração da criação do Observatório Permanência do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do IFPE.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que o Projeto do Observatório permanência seja efetivado, muitas características devem ser pensadas perpassando por pesquisas bibliográficas, envolvimento e trabalho em

grupo dos pesquisadores, diálogo com outras áreas de conhecimento, criando uma grande rede de confluências que devem ser respeitadas para a produção de um material de qualidade. Kaplún (2003) diz ainda que quem produz materiais deve ter consciência de que trabalha em um “cruzamento” de caminhos, em uma completa interface.

O Observatório é um produto que se mostra relevante do ponto de vista acadêmico, científico e social, pois irá abordar questões que ampliam o repertório de pesquisas sobre Permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Eixo conceitual: com base no referencial teórico dos temas e áreas a serem abordadas e pesquisas realizadas em outros observatórios, serão utilizados dois tipos de pesquisa: uma de tipo temático (conhecer o tema, ideia central, teóricos do assunto etc., a isto chama-se de eixo conceitual da matéria), e outra de tipo diagnóstico (conhecer as “ideias prévias dos sujeitos, com respeito ao tema a ser abordado).

Eixo pedagógico: o eixo pedagógico perpassa todas as etapas do produto, pois as propostas e sugestões educativas presentes nos roteiros deverão ter a concepção da Educação Profissional Tecnológica. Como afirma Zabala (2010, p. 27), “Por trás de qualquer proposta metodológica se esconde uma concepção do valor que se atribui ao ensino, assim como certas ideias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e aprender”.

Eixo comunicacional: a elaboração e construção do Observatório como produto educacional terá com finalidade divulgar as produções científicas e experiências que estão sendo efetivadas para garantir aos estudantes do Ensino Médio Integrado o direito à permanência. Propõe-se que o Observatório funcione com um Portal informativo que contribua para as divulgações de produções científicas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica em nível local, regional e nacional. Serão disponibilizados *links* de diversas fontes oficiais de pesquisas, indicadores e informações estatísticas com análises de pesquisadores especialistas em Educação Profissional e Trabalho. Diante do exposto, será necessária a participação efetiva de pesquisadores e equipes para criação e manutenção do observatório.

Para a elaboração do Observatório, de modo que essa experiência alcance êxito, deve-se dar atenção também à forma e ao conteúdo. Segundo Zabala (1998: pgs,42-48), os conteúdos se constituem em quatro tipos: 1) conceituais, 2) factuais, 3) procedimentais e os 4) atitudinais. Os conteúdos conceituais referem-se à construção ativa de capacidades intelectuais para operar símbolos, imagens, idéias e representações que permitam organizar as realidades. Os factuais e conceituais fazem referência ao que se deve aprender, os procedimentais se importam com os modos que se deve agir, enquanto que os atitudinais são dedicados a como o cidadão deve ser.

Os conteúdos procedimentais referem-se ao fazer com que os alunos construam instrumentos para analisar, por si mesmos, os resultados que obtêm e os processos que colocam em ação para atingir as metas às quais se propõem e os conteúdos atitudinais referem-se à formação de atitudes e valores em relação à informação recebida, visando à intervenção do aluno em sua realidade

O observatório não é apenas um observador e não deve assumir uma função operacional de coleta de dados primários. Segundo os autores de *Workshop on Environment* (1999), a informação gerada:

- deve ter credibilidade e produzir informação de qualidade (indicadores, análises críticas e diagnósticos), fundamentada por métodos científicos, sem, no entanto, se envolver na produção de dados primários, e servindo aos tomadores de decisão do setor público;
- deve ser resultado de um processo constante de funcionamento do observatório, o que exige apoio institucional consistente, aliado a determinado grau de independência institucional e funções bem definidas;
- deve ajudar o observatório a desempenhar um papel de catalisador, distribuindo informações ao seu público-alvo.

Um observatório ideal é aquele que é útil para os seus usuários, para os seus promotores e mantenedores, para a sociedade como um todo. A função desenvolvida pelos observatórios pode vir a ser uma ferramenta poderosa na gestão pública, capaz de aumentar o conhecimento sobre mudanças sociais e apresentar subsídios para decisões que venham promover intervenções no contexto de políticas públicas (Alves *et al.*, 2017; Paz, 2004; Schommer; Moraes, 2010; UNEP, 1999).

Para a criação dos observatórios, alguns desafios são postos para os seus promotores e mantenedores, em especial para dar legitimidade as suas ações e obter reconhecimento de seu público usuário como referência de informações da área, setor ou tema em que o observatório atua (Ashton, 2000; Schommer; Moraes, 2010).

O desenvolvimento de um modelo teórico-conceitual é fundamental para a caracterização de um observatório e seu decorrente desenho e criação. Nesse sentido, um marco teórico deve ser estabelecido no conceito e contexto pelos quais o observatório será instituído (tema, ambiente, objetivo, finalidade, legislação aplicável, conjuntura social e política, antecedentes culturais, dentre outros).

A partir deste modelo, deverão ser estabelecidas a natureza e a vinculação administrativa, definidas as funções a serem cumpridas pelo observatório e providenciada a sua

organização (equipe, recursos).

Siqueira e Carvalho (2003) revisaram os objetivos de diversos observatórios existentes no início da década de 2000, ao pesquisarem o termo "Observatório" na ferramenta de busca Google. Identificaram dois tipos principais, não excludentes: os que funcionam como uma rede e os que funcionam como um repositório virtual de informações (*clearinghouse*) em páginas de internet.

Castillo-Salgado (2015) relata a experiência de um observatório de origem acadêmica na forma de uma plataforma de pesquisa e treinamento, que oferece ao corpo docente, pesquisadores, estudantes e parceiros de pesquisa uma infraestrutura física e metodológica para o desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Observatórios deste tipo conectam habilidades analíticas fomentadas em programas de treinamento acadêmico com projetos de interesse governamental e de outros parceiros institucionais, podendo articular atividades de ensino pesquisa e extensão, bem como a interdisciplinaridade (Dias *et al.*, 2015; Eduardo; Vargas, 2015).

Um modelo de organização de um observatório pode dispor de recursos humanos da seguinte forma: uma equipe de direção, que se encarrega da atividade executiva para o cumprimento da missão do observatório; um comitê ou grupo científico, com especialistas para apoiar e assessorar as atividades do observatório, em geral lhe atribuindo um rigor acadêmico; um comitê ou grupo técnico, que atua nas atividades operacionais finalísticas do observatório; uma assessoria de comunicação; e demais colaboradores e interlocutores externos (López *et al.*, 2012).

As equipes devem ser multidisciplinares com conhecimento especializado na área de atuação do observatório: para desenvolver os produtos finalísticos do observatório, seus estudos e investigações sobre o tema; em tecnologia da informação (TI), para montar e operar os sistemas de informação, redes e bases de dados; e que o observatório esteja presente na Internet, com seus serviços disponíveis ao público usuário.

O sítio de Internet do observatório deve ter conteúdo que desperte o interesse de seu público, promovendo uma linguagem que permita uma identificação precisa do tema explorado, da posição estabelecida perante esse tema, dos princípios nos quais se baseia a atuação do observatório, da metodologia adotada, dentre outros, que venham estabelecer uma relação de respeito e admiração por este público (Gregório, 2007).

É essencial definir ou desenvolver um protocolo metodológico que guie a coleta e organização das informações do observatório, assegurando à informação requisitos básicos de qualidade, como: relevância, confiabilidade, comparabilidade, rastreabilidade e audibilidade

(Álvarez Lobato *et al.*, 2007).

As relações interinstitucionais e o trabalho em cooperação desenvolvidos pelos observatórios, seja com entidades ligadas ao tema ou setor do observatório ou com outros observatórios, com articulação em torno de redes de parceria, são considerados condição para a consolidação dos observatórios (Phélan, 2007; Schommer *et al.*, 2011). Iracheta Cenecorta (2004) corrobora ao colocar que os observatórios devem compartilhar experiências e boas práticas entre seus pares.

Uma das contribuições dos observatórios é a integração em rede de partícipes e de sistemas específicos para compartilhar conteúdos-chave sobre determinado foco, seja de informações, métodos e/ou processos. Uma rede integrada e articulada em torno do observatório pode promover a obtenção de insumos importantes para o desenvolvimento de estudos, a identificação de tendências, a construção de cenários prospectivos, dentre outros, em apoio ao desenvolvimento de políticas (Gattini, 2009a; Murianni *et al.*, 2008).

De uma maneira sintética, um observatório deve consistir em no mínimo:

- (i) um portal de tecnologia Web;
- (ii) um espaço colaborativo, de preferência Web, para discussão e produção de conhecimento;
- (iii) um repositório para a gestão deste conhecimento;
- (iv) uma plataforma para tratamento de grande quantidade de dados heterogêneos, e para dados estatísticos também;
- (v) infraestrutura para promover a integração em rede, incluindo ações articuladas entre especialistas (Kebede; Zielinski, 2014; Ordóñez, 2002; Schmidt; Silva, 2008; Tsamboulas; Karousos, 2014).

Pelas exigências cada vez maiores para respostas rápidas, soluções inovadoras e custos baixos de operação, uma plataforma tecnológica eficiente e de baixo custo passa a ser uma condição importante no desenho de um observatório. Isto tem levado à escolha de plataformas baseadas em software livre (e de código aberto), que diminuam os custos de implantação do observatório, sem, contudo, comprometer o desempenho de seu funcionamento (Álvarez Lobato *et al.*, 2007; Barcellos *et al.*, 2016).

Em consonância com a Unep (1999) e a OMS (2012), conclui-se que as principais atividades de um observatório devem envolver:

- (i) coletar e estruturar (dados e informações em sistemas e bases de dados);
- (ii) investigar e analisar;
- (iii) produzir e utilizar indicadores;

(iv) monitorar e acompanhar.

4 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo metodológico (etapa de construção) em agosto de 2023, tendo como meta a construção, validação e avaliação deste instrumento, com técnica de pesquisa confiável, precisa e utilizável, que possa ser empregada por outros pesquisadores (Polit *et al.*, 2018).

A criação e desenvolvimento do protótipo do Site Observatório da Permanência no Ensino Médio Integrado descritos nesta seção, por meio de categorias temáticas, quais sejam: (1) Idéia e Ação do Protótipo; (2) Mineração das Informações em sites de observatório; (3) O site.

4.1 IDEIA E AÇÃO DO PROTÓTIPO

O processo de idealização do Observatório inicia-se no Projeto de Pesquisa e se amplia com a pesquisa de campo ao verificar que o IFPE tem experiências exitosas de permanência de jovens estudantes que, mesmo diante de tantas dificuldades, encontraram no ensino, pesquisa e extensão razões para persistirem nos cursos. Destacamos que muitos destes estudantes utilizam os programas e recursos da assistência estudantil como forma de vencer as dificuldades no processo de ensino aprendizagem.

4.2 MINERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM SITES DE OBSERVATÓRIOS

Realizou-se o mapeamento dos observatórios nos Institutos Federais de Educação e constatou-se que não foram encontrados observatórios de permanência no Ensino Médio Integrado a Educação Profissional. No entanto, cabe ressaltar que foi realizada uma busca de observatórios para conhecimento do que vem sendo desenvolvido sobre a temática, assim como buscar modelos/experiências de observatórios e estratégias para o processo de criação do protótipo.

4.3 O PROTÓTIPO

- Site Observatório Permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional:

A página inicial do *site* foi construída visando o fácil acesso às informações, de forma que o usuário que venha acessá-lo obtenha as informações necessárias sobre o produto e pesquisa de mestrado. Os Menus estão visíveis logo na primeira página, sendo três abas: Apresentação, O Produto e A pesquisa.

Figura 1 - Página inicial do site



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Nga Figura 1, apresentam-se cinco jovens, cuja ideia foi representar a diversidade dos jovens estudantes a caminho do IFPE.

- Apresentação:

Nesta aba encontram-se a mensagem de boas-vindas (os), o convite para navegar no site, a mensagem de Paulo Freire e da Pesquisadora sobre a importância de Esperançar e lutar juntas(os) por Políticas Públicas Educacionais, além do convite para que o usuário possa conhecer, interagir e avaliar o protótipo do *site* Observatório da Permanência dos Estudantes no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Ao clicar na aba da Apresentação, encontram-se os pesquisadores e as informações do curriculum lattes do orientador, corientador e a mestranda, conforme a Figura 2 a seguir.

Figura 2 - Orientadores e mestranda





Orientador da Pesquisa e Produto

José Nildo Alves Caú

Posui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade de Pernambuco (2000), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2009) e Doutorado em Educação pela UFPE (2017). Professor do Ensino Básico, Técnico, Tecnológico do Instituto Federal de Pernambuco. Coordenador Acadêmico de Educação Física - Campus Recife. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física escolar, atuando também nos seguintes temas: Política pública - Esporte e Lazer, Juventude, Ensino Médio, Educação Profissional, projeto de vida. Coordenador pesquisador no IFPE do Projeto em rede - O Novo Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nas Escolas Técnicas Esolabur dos estados do Ceará, Pará e Pernambuco - desafios para o trabalho docente e para a formação de juventude.



Co-Orientador da Pesquisa e Produto

Assis Leão da Silva

Licenciado em História, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Docente e Pro-reitor de ensino do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE). Líder do Grupo de Pesquisa em Avaliação e Política Educacional (GRAPE); coordenador do Grupo de Pesquisa "Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade" (LAPPE). A ênfase de suas investigações é a Política Educacional e suas interfaces com a Avaliação na Educação Superior, Educação Profissional e Educação Básica, focalizando aspectos relacionados às políticas de avaliação. Também pesquisa e discute do amplo e variado aspecto teórico e prático de avaliação nos âmbitos da aprendizagem, do ensino, do ensino-aprendizagem, da escola, do sistema educacional, entre outros. Também é docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional da Rede Federal de Educação Profissional no IFPE e colaborador do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife.



Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves Beserra

Mestranda PROF-EPT (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional), Especialista em Gestão Escolar e Gestão e Docência EaD, atua como Pedagoga IFPE, Campus Caruaru, Professora aposentada da Rede Estadual de Pernambuco.

Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Na Figura 2, apresenta-se os orientadores e a mestranda responsáveis pela pesquisa “Permanência dos cotistas no Ensino Médio Integrado: o que revelam os documentos e os sujeitos”, e do produto do Mestrado ProfEPT, com as informações do curriculum lattes.

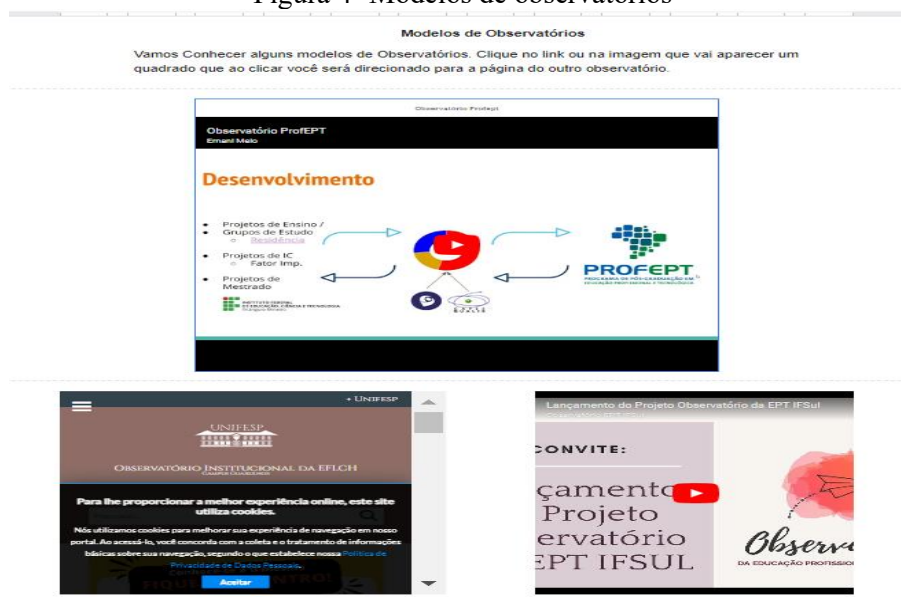
Figura 3- Observatório como produto educacional



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Na Figura 3, a imagem de quatro jovens navegando no *site*, e as subpastas que fazem parte da aba Produto. Na segunda página, denominada “Produto”, apresentam-se informações importantes para a compreensão da importância do produto educacional. Nesta página apresentaram-se as características de um observatório, a importância, os eixos e todas as informações para que o usuário possa, ao final, avaliar o Protótipo, que é o próprio *site* que ele está navegando. Na mesma página encontram-se os modelos de Observatório, conforme Figura 4.

Figura 4- Modelos de observatórios



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

A Figura 4 representa os *sites* com os modelos dos observatórios. Para que o usuário possa navegar, basta clicar que é direcionado para a página do YouTube .

O Site do Observatório pode ser acessado pelo computador, Tablet e Celular, conforme ilustram as imagens que representam a forma de visualização.

Figura 5 - Imagem do *site* no celular



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

A Figura 5, representa a imagem do *site* no celular. Observa-se que as outras abas ficam oculta. A Figura 6 a seguir mostra como é a visualização do *site* do observatório no tablet.

Figura 6 - Imagem do *site* no tablet



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

O Produto tem como subpastas: Apresentação do Produto, Objetivos, Metodologia, Protótipo e a Avaliação do Produto. A Figura 7 mostra a aba da Apresentação, constando informações sobre a proposta do Produto, que é a criação de um *site* institucional, contextualiza e fundamenta a importância do Observatório para divulgar experiências exitosas e contextualiza a proposta do Ensino Médio Integrado.

Figura 7 - Imagem da produto com a subpastas apresentação e IFPE



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

A Figura 8 apresenta a subpasta do IFPE com a Missão, Visão, Valores Institucionais, Cadeia de Valores e um recorte sobre as informações de Ensino, Pesquisa e Extensão e da Assistência Estudantil.

Figura 8 - Subpasta do IFPE com a Missão, Visão, Valores Institucionais, Cadeia de Valores e um recorte sobre as informações

MISSÃO

Promover a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

VISÃO

Ser reconhecido como uma instituição comprometida com uma prática cidadã e inclusiva na formação humana, promotora de transformação social e alinhada, até 2026, com o desenvolvimento institucional e com os seus valores de Inclusão, Sustentabilidade, Integridade, Gestão Democrática e Governança Pública, assumidos como um compromisso do IFPE com a comunidade acadêmica e a sociedade.

VALORES

Inclusão: é a prática do respeito à diversidade, à pluralidade e às diferenças. Representa o que é diverso e múltiplo;

Sustentabilidade: é o desenvolvimento que atende ao presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações, primando, em suas três dimensões, pela integração econômica, social e ambiental, por meios de programas e políticas centrados nas questões sociais e, particularmente, nos sistemas de proteção e justiça social; Anexo (01) Anexo - Resolução nº 189, de 12 de maio de 2023 (0671359) SEI 23294.009241/2023-96 / pg. 9;

Integridade: é o comprometimento e o apoio da alta administração e de todos os servidores para que se possa garantir que a instituição preste serviços de forma eficiente, eficaz e de qualidade à sociedade, permitindo o adequado gerenciamento das estratégias de monitoramento para prevenir, detectar e punir atos de corrupção e desvios de conduta;

Gestão democrática: é a forma de gerir a instituição de maneira que possibilite a participação, a transparência, a democracia, o respeito às pessoas, a pluralidade, a inclusão e a diversidade, permanentemente alinhados à Constituição Federal de 1988, que aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira; e

Governança Pública: significa um compromisso com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas institucionais direcionadas à prestação de serviços de interesse da sociedade e à geração de valor público.

Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Na Figura 9 são apresentados os objetivos gerais e Específicos do Produto.

Figura 9 - Objetivos do observatório

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Apresentar o Protótipo do Site com a proposta da criação do Observatório da Permanência dos Estudantes no Ensino Médio Integrado como produto da pesquisa de mestrado .

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Produzir um vídeo para o site com a participação de jovens/estudantes do ensino médio integrado.
2. Contribuir com a formação do Grupo de Pesquisa PermaneSer IF;
3. Divulgar os resultados da pesquisa no site do observatório;
4. Contribuir para a elaboração da criação do Observatório Permanência do Ensino Médio Integrado à

Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Conforme a Figura 9, este site que está sendo apresentado é o protótipo e ao mesmo tempo um projeto que visa à implantação do observatório da Permanência do Ensino Médio na Rede Federal. A metodologia é apresentada na Figura 10.

Figura 10 - Metodologia para criação do observatório



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

A Figura 10 representa a metodologia que vai da ideia e ação do Protótipo, a Mineração das informações dos sites dos observatórios e o próprio protótipo. A Figura 11 representa o Protótipo.

Figura 11 - O protótipo do site observatório



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

A Figura 11 representa o Protótipo, trazendo visão geral do *Site*. Para finalizar, a aba do Produto é apresentada na Figura 12, que é o espaço destinado a avaliar o *site* do observatório.

Figura 12- Avaliação do protótipo do site






Chegou o momento de interagir e avaliar o Protótipo do Site "Observatório da Permanência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Desde já agradecemos a sua participação.

Para responder basta acessar o formulário

Link - Estudantes, Servidores, professores, pesquisadores, coordenadores do IFPE <https://forms.gle/E9#9J3HYAEBKti9>

Link - Professores, pesquisadores, estudantes e comunidade externa IFPE <https://forms.gle/3aDEZaJywRTjQviN6>



Esse link é para quem tem e-mail institucional IFPE

Acesse esse link para responder a pesquisa

<https://forms.gle/E9#9J3HYAEBKti9>



Este link é para participantes externo ao IFPE

Acesse esse link para responder a pesquisa

Acesse esse link para responder a pesquisa

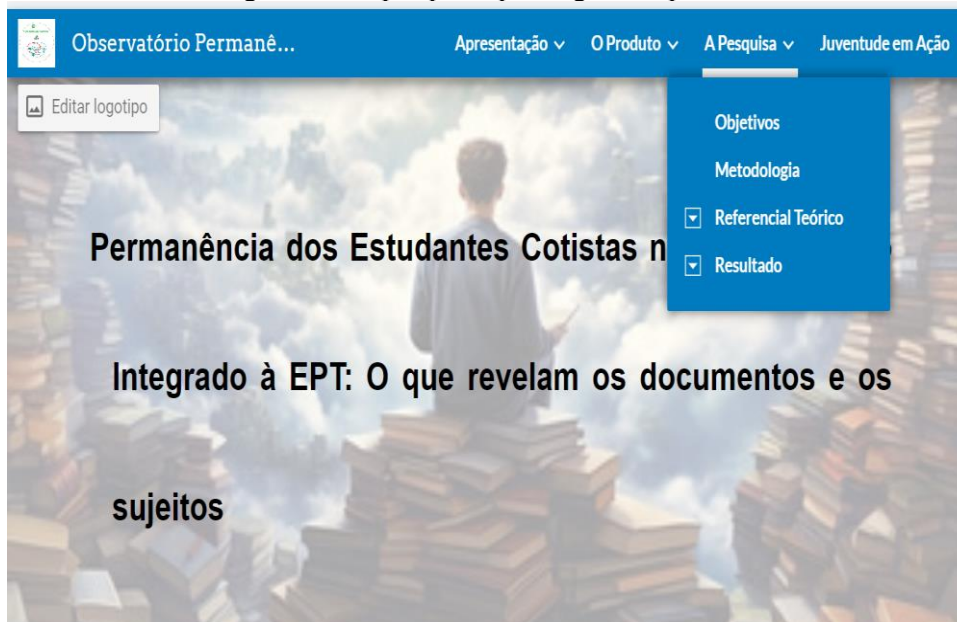
<https://forms.gle/3aDEZaJywRTjQviN6>

Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Na Figura 12, é possível observar que os *links* de avaliação constam no *site* e o modelo do formulário também, considerando que outros usuários externos ao IFPE foram convidados a conhecer e participar da avaliação. Os formulários foram criados em e-mail institucional e pessoal.

A Pesquisa de Mestrado Denominada Permanência dos Estudantes Cotistas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e os sujeitos foi apresentada na aba da Pesquisa, conforme Figura 13.

Figura 13 - A pesquisa que originou o produto



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

A Figura 14 apresenta a imagem de um estudante que, por meio da leitura, desvela o mundo do conhecimento. Assim foi o mestrado ProfEPT que possibilitou à pesquisadora rever a sua prática profissional e, por meio da pesquisa, desvelou o sentido da permanência escolar e que mediante a proposta do *site* o conhecimento poderá ultrapassar todas as barreiras e mudar uma realidade social.

Figura 14 – Juventude em ação



Inserir a figura

Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

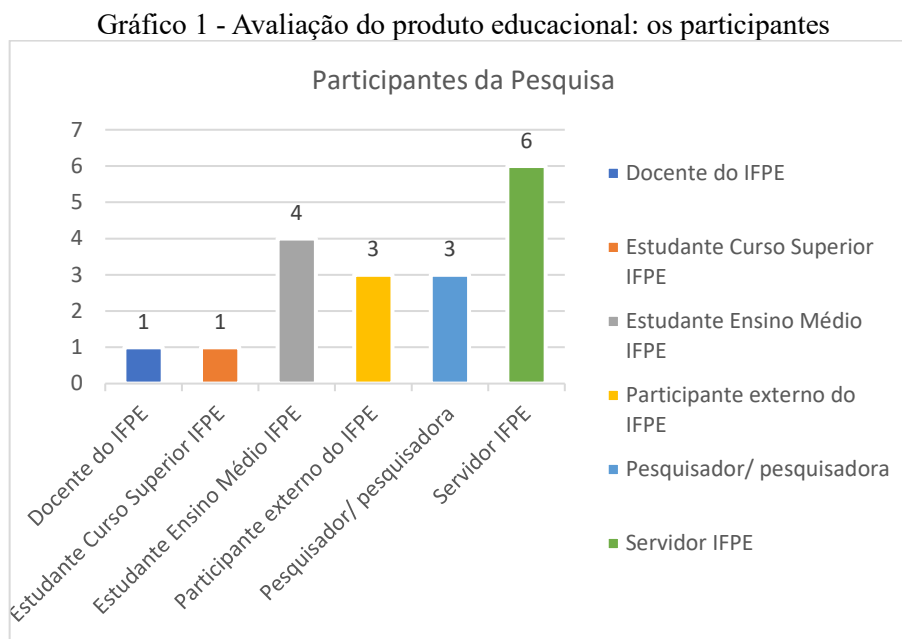
A aba “Juventude em Ação” encontra-se em construção. Será uma aba interativa, na qual os representantes de turmas e o grêmio definirão os objetivos e metodologia para publicizar as ideias, projetos desenvolvidos pelos estudantes no IFPE. Também serão postados relatos de experiências exitosas dos estudantes egressos.

4.4 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Após a construção do Protótipo do *Site* do Observatório da Permanência do Ensino Médio Integrado, chegou o momento de divulgar a pesquisa o produto educacional. Na primeira aba do *site* foi realizada sua avaliação, visando coletar as opiniões dos estudantes quanto ao produto educacional, especialmente em relação ao seu conteúdo e a sua utilidade. O intuito dessa avaliação evitou que o produto não atendesse à finalidade para qual foi criado ou, de acordo com Silva e Souza (2018), fosse elaborado apenas para cumprir um dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Ante o exposto, o *Link* do *Site* do Protótipo do Observatório foi encaminhado via aplicativo de mensagens instantâneas, WhatsApp, para servidores do IFPE, coordenadores, professores e representantes de turmas do Ensino Médio Integrado do *Campus* Caruaru e Belo Jardim. O mesmo formulário foi enviado para um grupo externo. Na mensagem enviada, foi explicado resumidamente do que se tratava o Observatório e foi solicitada a participação deles de forma voluntária,

O questionário consta com perguntas abertas e fechadas, tendo sido construído por meio do Formulários Google, disponível no serviço gratuito de armazenamento e sincronização de arquivos intitulado Google Drive. Na identificação dos participantes, foi requisitado apenas que eles informassem o segmento que representavam. Assim, foram obtidas 18 respostas.

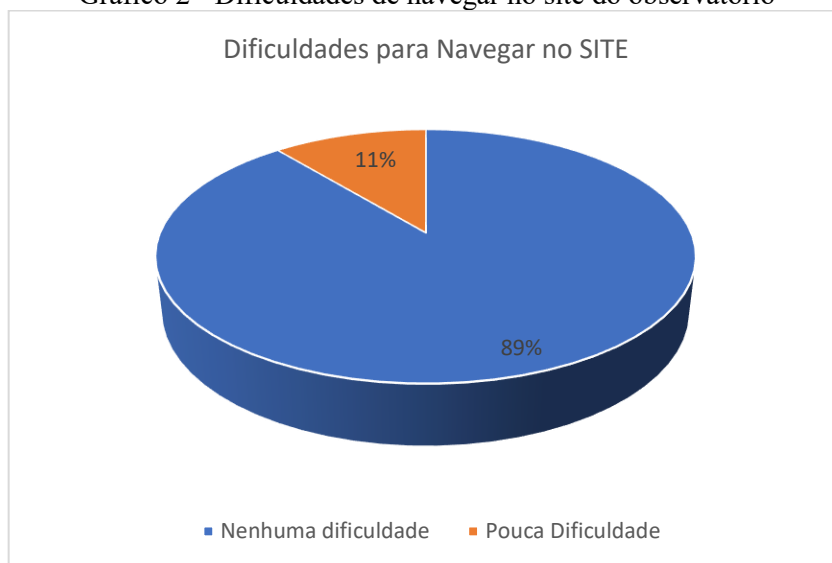


Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Verifica-se no Gráfico 1 que participaram da pesquisa do IFPE 6 servidores; 1 docente; 4 estudantes do Ensino Médio Integrado; 1 estudante do curso superior, 3 pesquisadores e 3 participantes externos.

Com o objetivo de verificar a acessibilidade de navegação, os participantes responderam à Questão 1- Teve dificuldade de navegar no SITE?

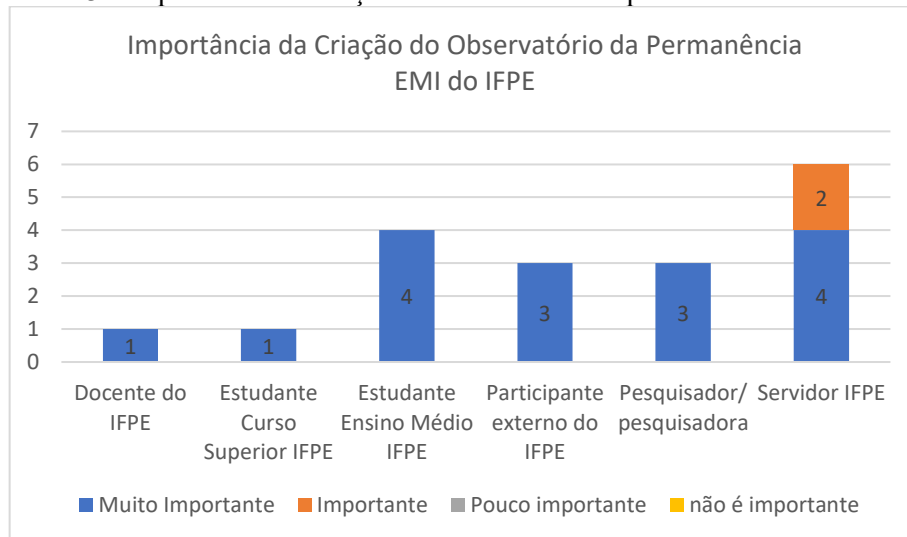
Gráfico 2 - Dificuldades de navegar no site do observatório



Conforme o Gráfico 2, dos 18 participante da pesquisa, 16 correspondem a 89%, que responderam que não tiveram dificuldades de navegar no *SITE*, e 2 participantes, que correspondem a 11% que informaram que tiveram pouca dificuldade de navegar no *site*.

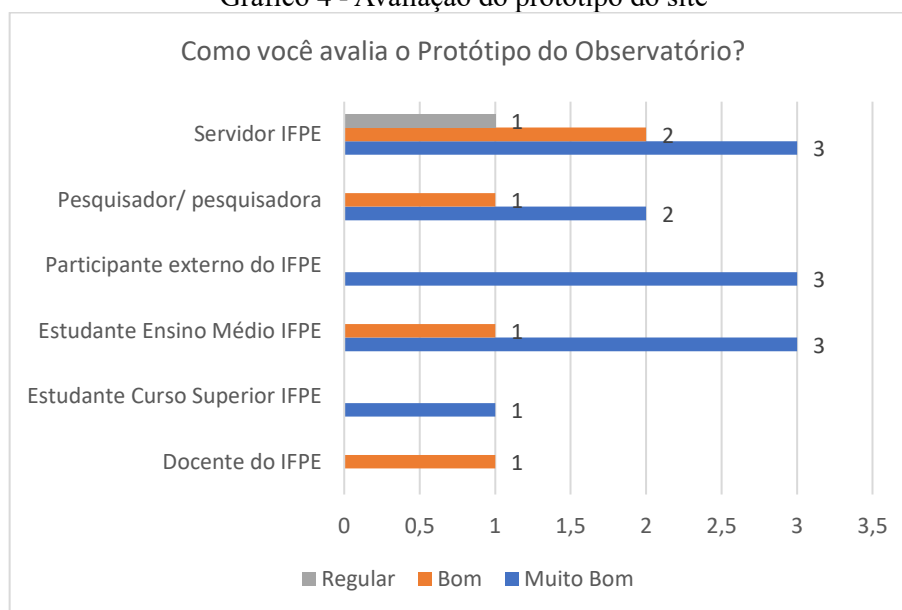
Quando perguntados sobre a Importância da Criação do Observatório, o Gráfico 3 destaca que:

Gráfico 3 - Importância da criação do observatório da permanência EMI do IFPE



Dos 18 participantes, 2 afirmaram ser importante a criação do observatório e 16 muito importante.

Gráfico 4 - Avaliação do protótipo do site



Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Conforme o Gráfico 2, referente à avaliação do protótipo do observatório, 12 participantes (67%) avaliaram como muito bom, 5 participantes (28%) avaliaram como bom e 1 participante (6%) como regular.

Os Participantes foram perguntados: Quais dificuldades encontradas ao acessar o conteúdo do site?

Conforme os 18 usuários e participantes da pesquisa, 17 não sentiram dificuldades e 1 respondeu “O site é bem simples e fácil de navegar, mas tive dificuldades de localizar o questionário de avaliação de produto”.

Quadro 1 - O que você gostaria de destacar enquanto positivo neste produto? (continua)

CÓD	Pontos Positivos do Produto
P1	A ideia é maravilhosa, pois reúne em um só lugar informações de projetos que contribuem para permanência dos nossos estudantes, trazendo ideias para futuros projetos.
P2	Facilidade de navegação e conteúdo apresentado.
P3	Praticidade
P4	Ambiente novo e de fácil acesso à informação sobre atividades e programas do IFPE
P5	O site é bem minimalista, sem poluição visual, isso torna uma leitura mais confortável para olhos.
P6	É absolutamente importante a criação do protótipo do Site Observatório. Porque muitos jovens não conseguem permanecer até o final do curso por vários motivos, sejam eles financeiros, psicológicos, pedagógicos, problemas familiares e quaisquer outros que possam fazer um jovem desistir de si mesmo e dos estudos. Com esse Observatório vai ser possível identificar esses motivos e com a identificação vai ser possível ajudar esse jovem pra que ele possa permanecer e concluir seus estudos nos Institutos de educação.

Quadro 1 - O que você gostaria de destacar enquanto positivo neste produto? (conclusão)

CÓD	Pontos Positivos do Produto
P7	Acho extremamente importante a ideia que o site oferece, isso mostra aos alunos que a vivência no IFPE vai muito além das salas de aula, mostrando novas oportunidades de aprender de diversas formas.
P8	Achei mt boa a proposta do site pois a evasão escolar nessa fase é muito gd
P9	Através dele será possível conhecer as ações de permanência dos alunos no IFPE
P10	A partilha de ações educativas como recurso para motivar estudantes
P11	O tema e de extrema importância
P12	Muito positivo a criação deste site
P13	Fácil
P14	Informações de relevância para a aplicação de práticas de incentivo à permanência dos estudantes.

Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

Verifica-se no Quadro 1 as contribuições dos participantes quando destacaram a importância da criação do Observatório da Permanência, para conhecer as ações e projetos do IFPE, ampliar a visão dos estudantes para outros espaços pedagógicos. Dos 18 participantes, 14 destacaram pontos positivos, tanto para a criação do Observatório quanto a praticidade do *Site* na divulgação das informações sobre projetos para a permanência.

Quadro 2 - Qual as suas sugestões para melhorar o site?

COD	Sugestões
U1	Sugiro a criação de um fórum para debates de ideias
U2	Promover uma política contínua de atualização do site; Sistematizar uma comunicação eficiente do site.
U3	Está bom
U4	Inclusão dos Grupos de Pesquisa e de Extensão do Campus Caruaru (ou do IFPE como um todo, dependendo do Escopo delimitado na Pesquisa de Mestrado) com breves informações sobre eles (integrantes, contatos, objetivos, etc).
U5	As fotos ficaram um pouco sem qualidade e alguns vídeos não estão bem alinhados abaixo um dos outros.
U6	Está ótimo
U7	Li superficialmente o muito bom , como não sou acadêmica, nunca elaborei nenhum artigo científico não tenho como contribuir, mas gostei do que li, vão em frente
U8	O site da forma que está é ótimo
U9	Apresentação mais interativa, apresentar uma aba de arte e cultura como curiosidades, para deixar mais leve e atrair o interesse dos estudantes.
U10	Continuar inovando a cada dia e ter mais divulgação.
U11	Acrescentar depoimentos dos estudantes.

Fonte: Produto Educacional desenvolvido pela autora (2023)

No Quadro 2 os participantes acrescentaram sugestões para melhorias e todas elas serão adicionadas ao produto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto do protótipo do site contribuiu para divulgação da pesquisa onde as informações foram sistematizadas para os usuários compreender como é importante da visibilidade as pesquisas desenvolvidas no âmbito do mestrado profissional.

Diante do exposto, convidamos você a conhecer o *site* e a pesquisa acessando esse endereço. Em breve estaremos registrando o projeto para que o grupo de pesquisa seja constituído, ampliando a ideia de um projeto para um programa de gestão em rede.

Quer saber mais sobre a pesquisa e o produto? Visite o site <https://sites.google.com/caruaru.ifpe.edu.br/observatorio-da-permanencia-/a-pesquisa>.

APÊNDICE B - FOCO NA PERMANÊNCIA ESCOLAR DO(A) ESTUDANTE

28/11/23, 16:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

Questionário da (o)

Estudante - Permanência Escolar

no Ensino Médio Integrado

Cara(o) Estudante,

Este questionário faz parte da pesquisa do Mestrado PROFEPT que tem como tema "

Permanência Escolar de Estudantes Cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação

Profissional: o que revelam os documentos e os sujeitos? ". Queremos saber os fatores que

favorecem a sua permanência escolar como estudante no Ensino Médio Integrado à

Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Meu nome é Jane D'arc Feitosa de Carvalho

Alves Beserra .

Desde já agradeço a sua participação!

* Indica uma pergunta obrigatória

Identificação

1. ^{01.} Nome ?

2. ^{2.} Sexo

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

3. ^{3.} Idade

Marcar apenas uma oval.

14 ou menos

15

16

17

18 ou mais

4. 4. Qual fator que MAIS influenciou na sua decisão de estudar no IFPE

Marcar apenas uma oval.

- Insistência de pais, familiares ou amigos
- Por vontade própria
- Desejo de ter um curso técnico na área
- Ensino de melhor qualidade
- Melhor preparação para ENEM, ingressar no curso superior
- Outro: _____

5. 5. Qual o Fator que MAIS influenciou na escolha do curso

Marcar apenas uma oval.

- Afinidade com a área do curso
- Não Tinha opção que eu realmente queria
- Interesse em atuar como profissional na área () Influência dos pais ou responsável
- Outro: _____

6. 7 Qual o seu curso:

Marcar apenas uma oval.

- Agroindústria - Integrado
- Agropecuária - Integrado
- Informática para Internet - Integrado
- Segurança do Trabalho
- Mecatrônica
- Edificações

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

7. 8. Qual o ano ou período que você está cursando

Marcar apenas uma oval.

- 1º ano
 2º ano
 3º ano
 2º Período
 4º período
 6º Período
 8º Período

Dimensão: Ordenamento Jurídico - (Legislação Nacional e Institucional, Decretos, Regulamentos, Normativas e outros

Assistência ao Estudante do IFPE prevê a execução de diversos programas para auxiliar os estudantes no desempenho das atividades acadêmicas . (curso técnico Integrado)

8. 09. Qual foi a sua forma de ingresso no IFPE?

Marcar apenas uma oval.

- Ampla concorrência
 Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) -Cotas ou ações afirmativas, estudantes que cursaram na escola pública todo ensino fundamental

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

9. 10. Caso você tenha ingressado pela sistema de Cotas, marque qual foi o seu tipo de vaga:

Marcar apenas uma oval.

- Reserva de vaga para pessoa com deficiência (PCD)
- Reserva de vagas, Escola Pública
- Reserva de vagas, Escola Pública, Renda
- Reserva de vagas, Escola Pública, Etnia para estudante que autodeclararem-se pretos, pardos ou indígenas
- Reserva de vagas, Escola Pública, Renda e Etnia
- ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA COM RENDA \leq 1,5 SM POR PESSOA
- ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA COM RENDA \leq 1,5 SM POR PESSOA, AUTODECLARADO PRETO, PARDO OU INDÍGENA
- ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA COM RENDA $>$ 1,5 SM POR PESSOA
- ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA COM RENDA $>$ 1,5 SM POR PESSOA, AUTODECLARADO PRETO, PARDO OU INDÍGENA
- ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA, SEM COMPROVAÇÃO RENDA
- ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA, SEM COMPROVAÇÃO RENDA, AUTODECLARADO PRETO, PARDO OU INDÍGENA
- AMPLA CONCORRÊNCIA

10. 11. Com quem você mora ?

Marcar apenas uma oval.

- Sozinho
- com os pais em outra cidade
- com os pais na mesma cidade
- com familiares

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

11. 12. Renda familiar no momento em que se inscreveu no processo seletivo (somatório de todas as rendas da família):

Marcar apenas uma oval.

- 1 salário-mínimo (R\$1.212,00)
- 2 salários-mínimos (R\$2.424,00)
- 3 salários-mínimos (R\$3.636,00)
- 4 salários-mínimos (R\$4.848,00)
- 5 salários-mínimos (R\$6.060,00)
- 6 salários-mínimos (R\$7.372,00)
- + 7 salários-mínimos (+8.989,00)

12. 13. Renda familiar atual (somatório de todas as rendas da família):

Marcar apenas uma oval.

- 1 salário-mínimo (R\$1.212,00)
- 2 salários-mínimos (R\$2.424,00)
- 3 salários-mínimos (R\$3.636,00)
- 4 salários-mínimos (R\$4.848,00)
- 6 salários-mínimos (R\$7.372,00)
- + 7 salários-mínimos (+8.989,00)

13. 14. Quantas pessoas vivem da renda mensal do grupo?

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2 a 3
- 4 a 5
- 6 a 7
- 8 a 9
- acima de 9

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

14. 15.Você conhece a Política de Assistência ao Estudante do IFPE ?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

15. 16. Avalie a importância dos Programas de Apoio da Assistência estudantil, no desempenho das atividades acadêmicas dos estudantes.

Marcar apenas uma oval por linha.

	muito importante	importante	não é importante	não sei opinar
Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa Moradia e Refeitório Estudantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa de Apoio à Participação em Eventos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa de Apoio a Visitas Técnicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa Auxílio Financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa Benefício Eventual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa de Acompanhamento Biopsicossocial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa de Incentivo à Arte e Cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

16. 17. Você recebe ou já recebeu Auxílio Financeiro ?

Marcar apenas uma oval.

- sim
 não

17. 18. Caso não receba auxílio estudantil, em qual das opções abaixo seu caso melhor se encaixa?

Marcar apenas uma oval.

- Solicitou auxílio, porém foi negado
 Nunca solicitou auxílio
 não tenho direito
 Não sabia que tinha direito

18. 19. Se a resposta for sim, qual tipo de auxílio você recebe, ou já recebeu? (Marque mais de uma opção, se for o caso)

Marque todas que se aplicam.

- Moradia
 Alimentação
 Transporte
 Auxílio Bolsa Permanência
 Auxílio financeiro Participação em Eventos
 Auxílio financeiro para visitas técnicas
 Auxílio financeiro a estudantes cujas necessidades não foram alcançadas por meio de outros Programas ou em tempo hábil, segundo os editais
 Benefício financeiro eventual ao estudante, para suprir necessidades temporárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais
 Benefício financeiro Arte e Cultura
 Manutenção Acadêmica (2022)

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

19. 20. Em relação ao auxílio estudantil, dentre as opções a seguir, qual delas você atribui maior importância para sua permanência no curso?

Marcar apenas uma oval.

- O auxílio é indispensável para que eu continue fazendo o curso
- É importante, pois ajuda nas despesas que tenho diariamente no IF, mas sem o auxílio eu teria como me manter na escola
- O auxílio ajuda nas despesas familiares
- Outro: _____

Dimensão: Permanência de Grupo Específico a Instituição:

20. 21. Como você se autodeclara?

Marcar apenas uma oval.

- Branco
- Pardo
- Preto
- Amarelo
- Indígena

21. 22. Você já participou de algum procedimento QUE COMPLEMENTE a sua condição de heteroidentificação (relacionada à sua cor da pele) e(ou) de indígena autodeclarado?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- não sei opinar

22. 18 Você possui algum tipo de deficiência?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

23. 23 Existe algum estudante com alguma deficiência na sua turma?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei informar

24. 24 Se sim, existe atendimento especializado para o mesmo ou os mesmos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei informar

Dimensão Permanência como Longevidade Escolar

Perfil socioeconômico:

25. 25 Atualmente, você exerce alguma atividade remunerada? (ex: bolsa de iniciação científica, bolsa monitoria, estágio, trabalho formal, autônomo, entre outros).

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

26. 26 Se sim, qual função você desempenha?

27. 27. Qual a profissão de sua mãe? ?

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

28. 28 Qual o nível de escolaridade da sua mãe ?

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Não desejo declarar
- Outro: _____

29. 29 Qual a profissão do seu pai?

30. 30 Qual nível de escolaridade da seu pai ?

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Não desejo declarar
- Outro: _____

Dimensão Permanência como Longevidade Escolar

Perfil Acadêmico

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

31. 31. Como você se sente em relação ao contexto educacional do IFPE ?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Pouco Satisfeito
Satisfação com a Instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Satisfação com o Curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Satisfação com a turma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Satisfação com os seus resultados acadêmicos no curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Satisfação com o processo de ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

32. 32. Desempenho Acadêmico

Marcar apenas uma oval por linha.

	Aprovado	Aprovado com Dependência em até 3 componentes	Reprovado	Reprovado por falta
Seu desempenho em 2022.1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

33. 33. Como você atribui seus bons resultados ?

Marque todas que se aplicam.

	Pessoal: esforço individual para alcançar os resultados.	Turma: a ajuda e colaboração da turma para aprendizagem.	Docentes: o trabalho dos professores (qualidade das aulas, assistências aos alunos, etc.)	IFPE. Auxílio Financeiros, Monitorias, apoio pedagógico	Pais: acompanhamento dos Pais e cobrança nos resultados.
Quais os principais fatores que contribuem para o seu processo de aprendizagem?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. 34 Dificuldade Acadêmica

Marcar apenas uma oval por linha.

	Pessoal: falta de esforço individual para alcançar os resultados.	Turma: falta de ajuda e colaboração da turma para aprendizagem.	Docentes: trabalho insatisfeito dos professores (qualidade das aulas, assistências aos alunos).	Curso: número excessivo de disciplinas, falta de afinidade com a área técnica do curso).	IFPE: falta de auxílios financeiros, monitorias, apoio pedagógico, etc.
Quais os principais fatores que dificultam o seu processo de aprendizagem?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

35. 35. Em quais disciplinas que você encontrou dificuldades?

Marque todas que se aplicam.

	Nenhuma dificuldade	Pouca dificuldade	Dificuldade em alguns conteúdos	Muita Dificuldade
Matemática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Geografia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
História	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filosofia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sociologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Biologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Química	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Física	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Língua Portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inglês	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação Física	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Arte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disciplinas Técnicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

36. 36. O que você faz para ter bons resultados nos estudos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Às Vezes	Sempre	Raramente	Nunca
Você procura professores(as) e/ou monitores(as) fora do horário das aulas, para tirar dúvidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Você costuma interagir com os/as colegas para tirar dúvidas e ampliar conhecimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Você procura orientação pedagógica para organizar horários de estudo ou outras orientações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organiza o tempo para realizar as atividades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

37. 37. Qual a relevância dos aspectos relacionados para a sua permanência escolar?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Apoio da família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo para estudo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possuir computador e acesso à Internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

38. 38. Você já participou de atividades realizadas em outros espaços pedagógicos (atividade fora * da sala de aula)?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma vez	Pouca vezes	algumas vezes	Muita vezes
Atividades esportivas e de lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades artísticas, culturais e os eventos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viagens e visitas técnicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Palestras e atividades formativas fora da sala de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos e Atividades de Pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos e atividades de Extensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos e atividades de Inovação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PROIFPE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Monitoria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

39. Qual a importância das relações interpessoais no ambiente escolar para a sua permanência? Analise os aspectos listados abaixo:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma	Pouca	Razoável	Muita
Relação entre professores e estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação entre Coordenadores, diretores e estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação entre servidores e estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acolhimento e atendimento dos setores de ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivo a autonomia do estudante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

40. Marque, considerando o grau de relevância, os aspectos institucionais que podem contribuir para a permanência do estudante no IFPE:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma	Pouca	Razoavel	Muita
Auxílios Financeiros pela Assistência Estudantil - permanência , alimentação e/ou transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estrutura Física e espaços pedagógicos do IFPE, com a oferta de laboratórios,bibliotecas,espaços de convivência,salas climatizadas entre outras Instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Refeitório / Merenda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento e orientação pela equipe multiprofissional (Psicólogo, Pedagogo, Assistente Social,, Assistente de aluno, Nutricionista)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estudo em tempo integral (permanência o dia todo no IFPE)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Palestras, Roda de conversas, espaço de diálogo e ações sobre os temas próprio da juventude	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Suporte a aprendizagem, tais como : monitoria, curso de nivelamento, tutoria, grupo de estudo, recuperação paralela, aulas de reforço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação Emocional para motivação das(os) estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28/11/23, 18:12

Foco na Permanência Escolar da (o) Estudante

41. Quais as suas sugestões para que os estudantes permaneçam nos cursos até a sua conclusão

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO SITE EDUCACIONAL

28/11/23, 18:20

Avaliação do Protótipo Site Educacional

Avaliação do Protótipo Site Educacional

O produto educacional proposto por essa pesquisa, consiste na elaboração de um protótipo de um site educacional denominado "Observatório Permanência Escolar no Ensino Médio Integrado". Ele poderá ser implementado em todas as unidades do Instituto Federal de Pernambuco com a finalidade de sistematizar e divulgar as ações, projetos e programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e da Assistência Estudantil que visam o fortalecimento da permanência de todos os estudantes em especial os que fazem parte das ações afirmativas.

* Indica uma pergunta obrigatória

Identificação

1. Marque o segmento que você faz parte

Marcar apenas uma oval.

- Estudante Ensino Médio IFPE
- Servidor IFPE
- Docente do IFPE
- Estudante Curso Superior IFPE
- Docente/ Coordenador/Coordenadora dos Cursos Integrado IFPE
- Pesquisador/ pesquisadora
- Participante externo do IFPE

Avaliação do Site

2. 1. Teve Dificuldade de navegar no site? *

Marcar apenas uma oval.

- muita
- pouca
- nenhuma

28/11/23, 16:20

Avaliação do Protótipo Site Educacional

3. 2. Considera importante a criação de um observatório para sistematizar e divulgar as ações, projetos e programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência Estudantil que contribuem para a permanência dos estudantes nos cursos do IFPE?

Marcar apenas uma oval.

- muito importante
- importante
- pouco importante
- não é importante
- Outro: _____

4.

- 3- Como você avalia o protótipo do Site do Observatório ?

Marcar apenas uma oval.

- Muito Bom
- Bom
- regular
- Precisa melhorar

5. 4. Quais dificuldades encontrada ao acessar o conteúdo do site?

28/11/23, 16:20

Avaliação do Protótipo Site Educacional

6. 5. O que você gostaria de destacar enquanto positivo neste produto?

Sua resposta

7. 6. Qual as suas sugestões para melhorar o site?

Sua resposta

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)


TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Registro de Assentimentos Livre e Esclarecido para adolescentes (menores de 18 anos) e para pessoas legalmente incapazes (Resolução Nº 466/12 CNS; resolução nº 510/16 CNS)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “ **Permanência Escolar de Estudantes Cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e os sujeitos?**”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora: **Jane Dârc Feltosa de Carvalho Alves Beserra**, e-mail: Jane.beserra@caruaru.ifpe.edu.br e celular: (81) 99103-7505, servidora do IFPE *Campus Caruaru*, localizado na Estrada do Alto do Moura, KM 3,8, s/n - Distrito Industrial III, Caruaru - PE, 55040-120, Fone:(81) (81) 3046-1300. A pesquisa está sob a orientação do professor **Dr. Assis Leão da Silva**, que atende nos contatos de celular: 81 9433-904 e – mail assisleao33@gmail.com. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber os fatores que favorecem a sua permanência escolar como estudante cotista no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita no IFPE, onde os estudantes cotistas receberam um link com o questionário on-line contendo questões de múltipla escolha. Para isso, será usado/a google forms, ele é considerado (a) seguro (a). A pesquisa não acarretará riscos à integridade física ou moral dos participantes. O risco mínimo que poderá surgir estará relacionado a possível dificuldade ou timidez por parte dos estudantes cotistas para responder ao questionário e revelar suas percepções. A pesquisadora dará o apoio necessário aos estudantes participantes da pesquisa. Os benefícios relacionados com sua participação será a divulgação de experiências acadêmicas e estratégias, eficazes da permanência e sucesso escolar dos estudantes cotistas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio nos Institutos Federais.

A sua identidade será guardada. As informações obtidas por meio desta pesquisa serão publicadas e asseguramos o sigilo total sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. As informações desta pesquisa são confidenciais e garantimos que somente a pesquisadora saberá sobre sua participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Documento assinado digitalmente
 JANE DARC FRITOSA DE CARVALHO ALVES I
 Data: 07/30/2022 17:06:14 -0300
 Verifique em <https://verificador.ife.br>

Eu _____ aceito participar da pesquisa “ **Permanência Escolar de Estudantes Cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e os sujeitos?**”. Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa, entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. A pesquisadora tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma via (ou cópia) deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

 Responsável pelo Estudante
 (assinatura)

 Estudante
 (assinatura)

Pesquisadora: Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves Beserra
Avenida Ceará nº80 Edifício- Acqua Torre Atlatic apartamento 1803
Cep:55016-420 Bairro Universitário – Caruaru -PE
Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Tabosa de Almeida.
Avenida Portugal nº584 Cep:55016-901 Bairro Universitário – Caruaru -PE
Campus I (sede) – Bloco C - Fone: 2103-2000/2103-2090 E-mail: cep@asc.es.edu.br

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Permanência Escolar de Estudantes Cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e os Sujeitos?. Você foi selecionado por ter ingressado pelo sistema de cotas e está matriculado em 2022.2 no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do IFPE, e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou a instituição. Os objetivo geral deste estudo é analisar os fatores que favorecem a permanência dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE).. Sua participação consistirá em fazer parte amostra, a ser pesquisada, respondendo o questionário.

A pesquisa não acarretará riscos à integridade física ou moral dos participantes. O risco mínimo que poderá surgir estará relacionado a possível dificuldade ou timidez por parte dos estudantes cotistas para responder ao questionário e revelar suas percepções. No intuito de atenuar tais riscos, a pesquisadora dará o apoio necessário aos estudantes participantes da pesquisa. Os benefícios relacionados com sua participação será o aprofundamento acerca dos motivos promotores de tais fenômenos que caracterizam a permanência escolar, contribuindo com a divulgação de experiências acadêmicas e estratégias, eficazes da permanência e sucesso escolar dos estudantes cotistas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio nos Institutos Federais.

A sua identidade será guardada. As informações obtidas por meio desta pesquisa serão publicadas e asseguramos o sigilo total sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. As informações desta pesquisa são confidenciais e garantimos que somente o pesquisador saberá sobre sua participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do(s) pesquisador(es) principal(is), e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves Beserra
Avenida Ceará nº80 Edifício- Acqua Torre Atlatic apartamento 1803
Cep:55016-420 Bairro Universitário – Caruaru -PE
Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Tabosa de Almeida.
Avenida Portugal nº584 Cep:55016-901 Bairro Universitário – Caruaru -PE
Campus I (sede) – Bloco C - Fone: 2103-2000/2103-2090 E-mail: cep@asces.edu.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação, e concordo, voluntariamente, em participar.

Nome e assinatura do Sujeito da Pesquisa

Local e data

APÊNDICE F – TERMOS DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA

01/05/22, 21:15

SEI/IFPE - 0247350 - Termo de anuência para Pesquisa (06)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Olinda/Divisão de Pesquisa e Extensão/Coordenação do Mestrado PROFEPT

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

(Aprovado pela Resolução Consup IFPE nº 29, de 18 de setembro de 2017
Alterado Ad Referendum pela Resolução Consup IFPE nº 100, de 15 de outubro de 2021,
homologada pela Resolução Consup IFPE nº 119, de 24 de fevereiro de 2022)

DADOS DO (A) PESQUISADOR(A)

Nome: Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves Beserra
Cargo/Instituição: Mestranda/IFPE Campus Olinda
Telefone(s) com DDD: (81) 991037505
E-mail: jane.beserra@caruaru.ifpe.edu.br

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: ProfEPT
Curso/Instituição: Mestrado Profissional em educação Profissional e Tecnologia /IFPE - Campus Olinda
Título da pesquisa: Permanência Escolar de Estudantes Cotistas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: o que revelam os documentos e sujeitos
Orientador: Prof. Dr. Assis Leão da Silva

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

- 1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 510/96 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
- 2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
- 3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
- 4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE

Recife, data de assinatura do documento.

Documento assinado eletronicamente
Assinatura e carimbo do(a) Reitor(a)



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Souza de Andrade, Reitor(a) em exercício**, em 29/07/2022, às 17:32, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=269803&infra_sistem...)

01/08/22, 21:15

SEI/IFPE - 0247350 - Termo de anuência para Pesquisa (06)



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0247350** e o código CRC **08ED59EB**.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Olinda/Divisão de Pesquisa e Extensão/Coordenação do Mestrado PROFEPT

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS CARUARU**

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Jane D'arc Feltosa de Carvalho Alves Beserra**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **PERMANÊNCIA ESCOLAR DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS E OS SUJEITOS?**, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Dr. Assis Leão da Silva, cujo objetivo é analisar os fatores que favorecem a permanência dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) **no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Caruaru**.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Caruaru, em // 2022.

Nome/assinatura e carimbo do responsável onde a pesquisa será realizada



Documento assinado eletronicamente por **Edlamar Oliveira dos Santos, Professora EBTT**, em 21/07/2022, às 18:39, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Cristina da Rocha Silva, Diretor(a)-Geral**, em 22/07/2022, às 12:32, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

02/08/22, 19:07

SEI/IFPE - 0237276 - Termo de anuência para Pesquisa (06)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0237276** e o
código CRC **F8AAD3B0**.



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
 Campus Olinda/Divisão de Pesquisa e Extensão/Coordenação do Mestrado PROFEPT

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins,

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Jane D'arc Feitosa de Carvalho Alves Beserra**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado **PERMANÊNCIA ESCOLAR DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS E OS SUJEITOS?**, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Assis Leão da Silva, cujo objetivo é analisar os fatores que favorecem a permanência dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Belo Jardim**.

Essa autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução nº 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

MARCOS ANTÔNIO GERMANO DO NASCIMENTO
 Diretor-Geral
 Campus Belo Jardim



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Germano do Nascimento**, Diretor(a)-Geral, em 19/12/2022, às 16:33, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0451293** e o código CRC **4E8309BB**.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE
DE ENSINO SUPERIOR E
TÉCNICO - ASCES**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERMANÊNCIA ESCOLAR DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS E OS SUJEITOS?

Pesquisador: JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES BESERRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62469822.9.0000.5203

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.688.577

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa objetiva analisar os fatores que favorecem a permanência dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE). O tema da permanência é importante, para o desenvolvimento de pesquisas e formulação de políticas e programas educacionais. Com a implementação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), ampliou-se o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio aos estudantes oriundos das escolas públicas, pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência. Para compreender os desafios enfrentados pelos estudantes cotistas para permanecerem nos cursos, chegou-se ao seguinte problema da pesquisa: Quais os fatores externo e interno que contribuem para a permanência escolar dos estudantes cotistas nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado do IFPE? A pesquisa é de abordagem qualitativa.

Identifica-se quanto aos objetivos em pesquisa descritiva e explicativa. Os procedimentos contemplam três fases: na primeira etapa, a pesquisa bibliográfica; na segunda, a pesquisa documental; e, na terceira, a pesquisa de campo. Os sujeitos da pesquisa serão os estudantes cotistas dos Cursos Técnico de Nível Médio Integrado do IFPE Campus Caruaru e Recife. Como Critério de Inclusão a pesquisa será realizada com os estudantes que estejam cursando o 2º, 4º, 6º e 8º períodos em em 2022.2, serão excluídos da pesquisa os estudantes não cotistas que

Endereço: Avenida Portugal, 584

Bairro: Universitário

CEP: 55.016-910

UF: PE

Município: CARUARU

Telefone: (81)2103-2090

Fax: (81)2103-2053

E-mail: cep@asc.es.edu.br

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE
DE ENSINO SUPERIOR E
TÉCNICO - ASCES**



Continuação do Parecer: 5.688.577

ingressaram como ampla concorrência nos processos seletivos que estejam matriculados em 2022.2 nos Cursos Técnico de Nível Médio Integrado do IFPE

Campus Caruaru e Recife. O instrumento de coleta de dados, optou-se por questionários com perguntas fechadas e de múltipla escolha. A análise dos dados qualitativos a serem obtidos tanto nos questionários quanto nos documentos selecionados serão realizados a partir da análise categorial. Na fase pré-análise, serão realizadas quatro etapas, a saber: leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a

formulação de indicadores. Na exploração do material os dados são transformados em categorias de análise, será a posteriori, devido ao fato de essa ser construída em torno de um resultado progressivo, isto é, ser formada após um tratamento e sistematização de elementos (frases e palavras) diante do procedimento analítico. Por fim, chega-se ao tratamento dos resultados obtidos, a partir da interpretação dos dados para resultar

nas reflexões finais. Nesta pesquisa parte-se da perspectiva de que a permanência escolar dos estudantes cotistas nos Cursos Técnico Integrado à Educação Profissional está atrelada à qualidade do ensino, relação com os professores e participação em programas e projetos que visem a otimização do rendimento acadêmico, e consigam envolver os alunos em questões sociais e técnicas, as quais lhes possibilitem uma formação ampla e humanista. A partir do resultado da pesquisa será elaborado um produto educacional que será um projeto para a criação da plataforma institucional denominada de Observatório Permanência Escolar Estudantes do Ensino Médio Integrado Educação Profissional e Tecnológica. Este produto mostra-se relevante do ponto de vista acadêmico, científico e social, pois irá abordar questões que ampliam o repertório de pesquisas sobre Educação Profissional, permanência escolar no ensino médio integrado, efetividade das ações afirmativas através do sistema de cotas para a permanência e sucesso escolar dos estudantes, além de ser um espaço para as experiências exitosas da permanência escolar e ações interventivas

para reduzir a retenção e evasão.

Consideração: A apresentação do projeto está elucidativa e engloba os elementos que permitem a compreensão da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primario:

Analisar os fatores que favorecem a permanencia dos estudantes cotistas no Ensino Medio Integrado a Educacao Profissional e Tecnologica (EPT)

Endereço: Avenida Portugal, 584	CEP: 55.016-910
Bairro: Universitário	
UF: PE	Município: CARUARU
Telefone: (81)2103-2090	Fax: (81)2103-2053
	E-mail: cep@asc.es.edu.br

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE
DE ENSINO SUPERIOR E
TÉCNICO - ASCES**



Continuação do Parecer: 5.688.577

Objetivo Secundario:

1. Analisar como as questões referentes a permanência escolar estão relacionadas na literatura acadêmica, na legislação brasileira, nos documentos Institucionais IFPE; 2. Identificar os fatores internos e externos que contribuem para permanência e sucesso dos estudantes cotistas no Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFPE campus Caruaru e campus Recife; 3. Analisar as dimensões da permanência escolar no Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Pernambuco, a partir dos documentos institucionais e experiências dos estudantes cotistas; 4. Elaborar o projeto da Plataforma Institucional denominada Observatório Permanência Escolar Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, considerado o resultado da pesquisa com os estudantes cotistas da permanência escolar como experiência instituinte.

Comentário: Os objetivos apresentam-se articulados entre si.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Em conformidade com a Resolução no 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde (Brasil, MS, 2016), o presente estudo será submetido a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Portanto, ao longo da realização da pesquisa será preservado todo o aspecto ético preconizado por esta resolução. Os dados obtidos serão utilizados apenas para o alcance dos objetivos da presente pesquisa, assim como, para inclusão na literatura científica especializada e a sua apresentação em eventos científicos. Ademais, será garantido o sigilo absoluto da identidade dos participantes deste trabalho, sendo os estudantes identificados por pseudônimos. Além do mais, os entrevistados serão orientados, por parte da pesquisadora, quanto aos objetivos da pesquisa e poderão se negar a participar ou se ausentar dela a qualquer momento. A pesquisa não acarretará riscos à integridade física ou moral dos participantes. O risco mínimo que poderá surgir estará relacionado à possível dificuldade ou constrangimento por parte dos jovens e adolescentes para responder ao questionário e revelar suas percepções. No intuito de atenuar tais riscos, a pesquisadora dará o apoio necessário aos estudantes participantes da pesquisa, para mitigar os possíveis riscos. Consideramos o que nos traz Gatti (2019) acerca dos potenciais riscos aos participantes da pesquisa, alertando para a necessidade de conhecimentos metodológicos aprofundados, regidos por princípios éticos que envolvam a relação entre pesquisador e pesquisado; bem como o respeito total à dignidade humana, garantindo a inviolabilidade.

Endereço: Avenida Portugal, 584	
Bairro: Universitário	CEP: 55.016-910
UF: PE	Município: CARUARU
Telefone: (81)2103-2090	Fax: (81)2103-2053 E-mail: cep@asc.es.edu.br

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE
DE ENSINO SUPERIOR E
TÉCNICO - ASCES**



Continuação do Parecer: 5.688.577

individual e a integridade pessoal dos participantes, protegendo-os de prejuízos pessoais e excesso de tensão; além do que, no caso específico de nossa pesquisa, temos atenção as peculiaridades da fase da adolescência.

Benefícios:

O resultado da pesquisa pode desvelar os fatores internos e externos que contribuem para desenvolvimento acadêmico dos estudantes cotistas, contribuindo para efetivação da política de permanência nos cursos técnicos integrados ao ensino médio nos Institutos Federais, propondo estratégias, intervenções eficazes de permanência e sucesso escolar do estudante que ingressou por meio da Lei de Cotas.

Consideração: Os riscos e benefícios estão de acordo a natureza do estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante em função de proporcionar o entendimento e possível desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o público estudado

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com as exigências do CONEP.

Recomendações:

Recomendamos a observância quanto a faixa etária participante do estudo, porque caso haja algum estudante com idade inferior a 18 anos, deverá constar o termo de assentimento livre e esclarecido.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O estudo apresenta relevância no âmbito social.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1970134.pdf	30/09/2022 15:07:40		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/09/2022 15:07:01	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES BESERRA	Aceito

Endereço: Avenida Portugal, 584
Bairro: Universitário **CEP:** 55.016-910
UF: PE **Município:** CARUARU
Telefone: (81)2103-2090 **Fax:** (81)2103-2053 **E-mail:** cep@asc.es.edu.br

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE
DE ENSINO SUPERIOR E
TÉCNICO - ASCES**



Continuação do Parecer: 5.688.577

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	30/09/2022 14:13:19	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES	Aceito
Outros	financeiro.pdf	18/08/2022 23:14:55	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_de_anuencia.pdf	18/08/2022 22:53:40	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES	Aceito
Outros	curriculum_orientador.pdf	18/08/2022 22:52:23	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES	Aceito
Outros	curriculum_pesquisadora.pdf	18/08/2022 22:50:24	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES	Aceito
Cronograma	Cronograma_de_Atividades.pdf	15/08/2022 21:47:55	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_JaneDarc_assinado.pdf	15/08/2022 17:35:06	JANE DARC FEITOSA DE CARVALHO ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CARUARU, 06 de Outubro de 2022

Assinado por:
Sibele Ribeiro de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Portugal, 584
Bairro: Universitário **CEP:** 55.016-910
UF: PE **Município:** CARUARU
Telefone: (81)2103-2090 **Fax:** (81)2103-2053 **E-mail:** cep@asc.es.edu.br